

# REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 24 – Nº 70  
Janeiro/Abril – 2018**

**R454**

**Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 24, N<sup>o</sup> 70, (jan./abr.2018) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 164 p. il.**

**Quadrimestral  
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.  
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

**CDU 801 (05)**

# *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

## **EXPEDIENTE**

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

## **Editora**

**Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)**  
**Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ**  
**[publica@filologia.org.br](mailto:publica@filologia.org.br) – (21) 2569-0276 e <http://www.filologia.org.br/revista>**

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <b>Diretor-Presidente:</b>         | Prof. Dr. José Pereira da Silva           |
| <b>Vice-Diretor-Presidente:</b>    | Prof. Dr. José Mario Botelho              |
| <b>Primeira Secretária:</b>        | Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva    |
| <b>Segunda Secretária:</b>         | Profa. Me. Eliana da Cunha Lopes          |
| <b>Diretor de Publicações</b>      | Profa. Me. Anne Caroline de Moraes Santos |
| <b>Vice-Diretor de Publicações</b> | Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon      |

## **Equipe de Apoio Editorial**

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

**Redator-Chefe:** José Pereira da Silva

## **Conselho Editorial**

|                                 |                                    |
|---------------------------------|------------------------------------|
| Alicia Duhá Lose                | Álvaro Alfredo Bragança Júnior     |
| Angela Correa Ferreira Baalbaki | Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues      |
| João Antonio de Santana Neto    | José Mario Botelho                 |
| José Pereira da Silva           | Luane da Costa Pinto Lins Fragoso, |
| Maria Lucia Leitão de Almeida   | Maria Lúcia Mexias Simon           |
| Mário Eduardo Viaro             | Nataniel dos Santos Gomes          |
| Regina Céli Alves da Silva      | Renata da Silva de Barcelos        |
| Ricardo Joseh Lima              | Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz  |

|   |                         |
|---|-------------------------|
| <b>Diagramação, editoração e edição</b> | José Pereira da Silva   |
| <b>Editoração eletrônica</b>            | Silvia Avelar Silva     |
| <b>Projeto de capa:</b>                 | Emmanuel Macedo Tavares |

## **Distribuição**

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

**REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL**  
**[www.filologia.org.br/revista](http://www.filologia.org.br/revista)**

SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>Editorial .....</b>   | <b>5</b>   |
| <b>1. A afetividade em cartas de mãos inábeis do semiárido baiano: um estudo das formas de tratamento .....</b>  | <b>7</b>   |
| <i>Dameres Oliveira de Souza, Tânia Maria Alkmin e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>   |            |
| <b>2. A língua inglesa através do tempo: as influências consequentes das invasões escandinavas nas Ilhas Britânicas .....</b>                                  | <b>17</b>  |
| <i>Ana Marielli Borba Martini e Isabelle Maria Soares</i>  |            |
| <b>3. A técnica de trabalhos bem belos: a tecelagem e seu vocabulário correlato na épica grega .....</b>   | <b>35</b>  |
| <i>Marina Pereira Outeiro</i>  |            |
| <b>4. Cruz e Sousa versus vanguardas europeias: redimensionamento da influência sobre os modernistas .....</b>   | <b>66</b>  |
| <i>Juan Marcello Capobianco</i>  |            |
| <b>5. Edição diplomático-interpretativa de uma provisão régia da Capitania do Ceará de 1761, numa perspectiva dos estudos filológicos e linguísticos .....</b> | <b>92</b>  |
| <i>Francisco Jeimes de Oliveira Paiva</i>  |            |
| <b>6. Edições filológicas de um auto de defloramento de 1914 .....</b>   | <b>110</b> |
| <i>Jéssica Pâmela Bomfim Silva e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto</i>   |            |
| <b>7. Estudo geonímico das feições da costa do estado do Rio de Janeiro .....</b>  | <b>126</b> |
| <i>Pamela Marcia Ferreira Dionisio, Thiago Costa Virgilio e Paulo Marcio Leal de Menezes</i>   |            |
| <b>8. Modos de uso das TIC no ensino da língua portuguesa: uma reflexão da prática docente sobre as mídias.....</b>  | <b>146</b> |
| <i>Adalberto Romualdo Pereira Henrique</i>   |            |
| <b>9. O papel da EBAL na consolidação das histórias em quadrinhos como ferramentas educacionais .....</b>  | <b>155</b> |
| <i>Cesar Augusto Lotufo, André Luís Soares Smarra, Nataniel dos Santos Gomes e Luciano Filizola da Silva</i>   |            |
| <b>INSTRUÇÕES EDITORIAIS .....</b>   | <b>164</b> |

**EDITORIAL**

O CiFEFiL tem o prazer de apresentar-lhe o número 70 da *Revista Philologus*, do primeiro quadrimestre de 2018, com nove artigos dos seguintes autores: Adalberto Romualdo Pereira Henrique (p. 146-154), Ana Marielli Borba Martini (p. 17-34), André Luís Soares Smarra (p. 155-163), Cesar Augusto Lotufo (p. 155-163), Damares Oliveira de Souza (p. 7-16), Francisco Jeimes de Oliveira Paiva (p. 92-109), Isabelle Maria Soares (p. 17-34), Jéssica Pâmela Bomfim Silva (p. 110-125), Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (p. 110-125), Juan Marcello Capobianco (p. 66-91), Luciano Filizola da Silva (p. 155-163), Marina Pereira Outeiro (p. 35-65), Nataniel dos Santos Gomes (p. 155-163), Pamela Marcia Ferreira Dionisio (p. 126-145), Paulo Marcio Leal de Menezes (p. 126-145), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (p. 7-16), Tânia Maria Alkmin (p. 7-16) e Thiago Costa Virgílio (p. 126-145).

Iniciando este número, Damares, Tânia e Rita realizam um estudo descritivo acerca das formas de tratamento de cunho afetivo em cartas de mãos inábeis do semiárido baiano, observando o sexo/gênero dos remetentes e destinatários, o tipo de relação pessoal entre eles e, por fim, o grau de afetividade apresentado nessas formas de tratamento.

No segundo artigo, Ana e Isabelle fizeram uma breve contextualização da chamada Era Viking, na Inglaterra, para valorizar e reconhecer a importância da permanência escandinava no Reino Unido, no que tange às consequências linguísticas provenientes daquele período.

A seguir, Marina estuda o vocabulário associado às práticas relativas à tecelagem, expresso na poesia épica grega, investigando a técnica da tecelagem, tal como se supõe que fosse praticada na Grécia homérica (séc. VIII a.C.), considerando os conceitos de história nova, gênero, arqueologia de gênero e arqueologia clássica e arrolando um conciso repertório lexical referente à arte de tecer, extraído da épica grega.

No quarto artigo, Juan faz uma pesquisa que vai na contramão dos estudos tradicionais, aprofundando o movimento modernista nacional sob a perspectiva da influência exercida pela obra de Cruz e Sousa, protagonista central do Simbolismo, na literatura brasileira.

Francisco estuda, no quinto artigo, a relação das atividades filológicas e linguísticas com a diplomática, a partir da leitura crítico-textual

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

das práticas de letramento, em um *Registro da Provisão do Ofício de Almojarife da Fazenda Real*, de 1761, analisando, à luz dos aspectos linguístico-filológicos determinantes, o contexto sócio-histórico do referido manuscrito, para se entender o *modus faciendi* daquela edição.

Também relacionado à crítica textual, Jéssica e Josenilce propõem, no sexto artigo, as edições filológicas do *Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus*, com o objetivo preservar as informações do documento, disponibilizar a edição para outros pesquisadores e contribuir para as pesquisas na área da filologia (ciência dos textos escritos), valendo-se das técnicas da edição semidiplomática.

Pamela, Thiago e Paulo, no sétimo artigo, realizam um levantamento da geonímia pertinente às feições da costa fluminense, tais como ilhas, pontas, praias, lagoas costeiras etc., investigando, diacronicamente, suas etimologias e classificações, desvelando a memória da costa fluminense a partir das formas simbólicas identitárias dos geônimos.

No penúltimo artigo, Adalberto trata (num estudo de caso da prática docente nos anos finais do ensino fundamental) do uso das novas tecnologias da informação e comunicação, analisando como essas tecnologias têm sido utilizadas pelo professor de português no processo de ensino e aprendizagem e refletindo sobre as suas dificuldades e sobre as possíveis novas maneiras de explorar as mídias para melhorar o ensino.

Por fim, no último artigo, Cesar, André, Nataniel e Luciano apresentam um estudo sobre a importância das histórias em quadrinhos nas atividades docentes e nos livros didáticos e paradidáticos, fazendo um retrospecto da história do entrosamento das histórias em quadrinhos com as atividades de ensino e aprendizagem, na escola moderna.

Excepcionalmente, não foram incluídas as tradicionais resenhas neste número 70 da *Revista Philologus*, ficando prometida a continuação delas nas próximas edições.

Concluindo, o CiFEFiL agradece pelas críticas que nos puder enviar sobre este número da *Revista Philologus*, visto que pretende produzir um periódico cada vez melhor e mais interessante para o aperfeiçoamento da interação acadêmica dos profissionais de linguística e letras.

Rio de Janeiro, abril de 2018.



**A AFETIVIDADE EM CARTAS  
DE MÃOS INÁBEIS DO SEMIÁRIDO BAIANO:  
UM ESTUDO DAS FORMAS DE TRATAMENTO**

*Damares Oliveira de Souza* (UEFS)  
[da\\_mares.oliveira@hotmail.com](mailto:da_mares.oliveira@hotmail.com)

*Tânia Maria Alkmin* (UEFS)  
[tmarial@uol.com.br](mailto:tmarial@uol.com.br)

*Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz* (UEFS)  
[rcrqueiroz@uol.com.br](mailto:rcrqueiroz@uol.com.br)

**RESUMO**

Para o presente trabalho, foram utilizados como *corpus* 18 cartas pessoais, escritas no século XX, redigidas por mãos inábeis de remetentes naturais de comunidades rurais da região sisaleira, no semiárido baiano, trocadas entre familiares, amigos e namorados. Assim, devido à relação de proximidade desses missivistas, presume-se que as formas de tratamento utilizadas por esses remetentes apresentam um caráter afetivo, e, um menor grau de formalidade na escrita. Desse modo, objetivou-se realizar um estudo descritivo acerca das formas de tratamento de cunho afetivo em cartas de mãos inábeis do semiárido baiano, observando o sexo/gênero dos remetentes e destinatários, o tipo de relação pessoal entre eles e, por fim, o grau de afetividade apresentado nessas formas de tratamento. Para isso, como aporte teórico, foram utilizados Luís Filipe Lindley Cintra (1972), Maria Tereza Camargo Biderman (2001), Huda da Silva Santiago (2012), entre outros. A partir dos resultados preliminares deste estudo, é possível afirmar o caráter afetivo nas formas de tratamento em cartas de mãos inábeis do semiárido baiano, e um menor grau de formalidade na escrita, sendo que quanto maior o grau de intimidade entre os missivistas, maior o grau de informalidade. Também foi possível identificar que, em comparação aos homens, as mulheres possuem uma maior tendência a fazerem uso dos pronomes de tratamento no diminutivo. Deste modo, incursionou-se sobre o vocabulário do português brasileiro, mais especificamente, da região rural sisaleira.

**Palavras-chave:** Afetividade. Formas de tratamento. Cartas de mãos inábeis.

**1. Considerações iniciais**

Tem-se como *corpus* de análise, 18 cartas pessoais, escritas no século XX, redigidas por sertanejos naturais de comunidades rurais da região do Sisal, no semiárido baiano. Essas cartas, constantes da dissertação de mestrado de Huda da Silva Santiago (2012), foram trocadas entre alguns familiares, amigos e namorados. Assim, verificados esses três tipos de relação entre missivistas e destinatários, conjectura-se que as formas de tratamento utilizadas por esses remetentes apresentam um caráter

afetivo e, por conseguinte, um menor grau de formalidade na escrita.

A língua nunca é a mesma para todos os indivíduos, visto que ela é um fato social, e os falantes a adquirem de forma distinta. Cada falante dispõe de um conjunto de formas de tratamento para se comunicar que refletem nas relações existentes entre si. Deste modo, as escolhas linguísticas podem ser condicionadas devido ao contexto situacional e o grau de familiaridade e/ou proximidade entre os interlocutores, nas diversas relações, definindo, assim, o grau de formalidade ou informalidade.

Isto posto, propõe-se neste trabalho, a partir de uma análise descritiva, um estudo acerca das formas de tratamento de cunho afetivo, encontradas nas cartas escritas pelos sertanejos baianos do século XX, observando o sexo/gênero dos remetente e destinatários, o tipo de relação pessoal entre eles e o grau de afetividade.

## **2. Um breve histórico das formas de tratamento**

Ao longo dos tempos muito tem se discutido acerca das formas de tratamento, isto é, sobre o conjunto das formas usadas entre dois interlocutores. Muito debatido e comentado por diversos pesquisadores, sabe-se que o sistema português é complexo; além disso, o uso das formas de tratamento do português do Brasil se diferencia do português de Portugal. Essa diferença pode ser atribuída a diversos fatores, como, por exemplo, diferenças culturais, sociais e geográficas.

Herdado do latim, nos primórdios da língua portuguesa, se constituía um sistema binário, o qual se estabelecia, através das formas de tratamento *tu* no singular e *vós* no plural (tratamento íntimo), *versus* o *vós* no singular (tratamento cerimonioso), a distinção entre o plano da intimidade e o da distância.

No entanto, segundo Luís Filipe Lindley Cintra (1972), o português do Brasil tende a distanciar o “estilo” brasileiro do “estilo” português de falar, uma vez que o emprego do pronome *você* quase que totalmente eliminou o uso corrente do pronome *tu* nas grandes cidades.

Tomando-se como ponto de partida as formas de tratamento do ponto de vista histórico, é necessário destacar que o sistema de tratamento atualmente utilizado no português se difere daquele encontrado em tempos pretéritos. Ao longo do tempo, o sistema foi se distinguindo em três tipos de tratamento: os pronominais (*tu*, *você*, *V. Ex<sup>a</sup>*); os nominais

(o senhor, a senhora, o senhor Dr., o meu amigo etc.) e os verbais (na 2ª e na 3ª pessoa: Quer? Querem?). Assim, como se pôde observar, uma das características no sistema do português atual é a abundância e frequência de emprego dos tratamentos do tipo nominal. (CINTRA, 1972)

Destarte, o autor destaca uma segunda característica do sistema português: a própria estruturação, a qual se distingue em três planos: a) formas próprias de intimidade; b) formas usadas de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade; c) formas de reverência ou de cortesia.

Para uma melhor compreensão sobre o percurso histórico das formas de tratamento do sistema português, aborda-se, brevemente, a história dos tratamentos nominais, já que estes se distinguem dos outros, em certa medida, por ser caracterizador.

No fim do século XIV, houve um processo de mudança nas formas nominais de tratamento, a qual foi correlacionada a um processo cada vez maior de hierarquização da sociedade e cujo início de emprego foi em Portugal. O *Vossa Mercê*, um dos mais antigos exemplos de forma de tratamento utilizada por estrangeiros em 1331, para dirigirem-se ao seu rei ou rei de Portugal. Posteriormente, *Vossa Alteza* foi utilizada em relação ao rei nas cortes de 1455. A partir de 1442, o *Vossa Senhoria* começou a ser usado, esporadicamente, nas cortes para o rei e depois passou a ser empregado para fidalgos da nobreza, pronome o qual se estabeleceu num nível superior a *Vossa Mercê*.

Felipe II estabeleceu legalmente, na Espanha, em 1586 e, em Portugal, em 1597, como deveriam ser empregadas as expressões de tratamento. Sendo assim, a partir de fins do século XVIII e início do século XIX, o *vós* praticamente cai em desuso e no lugar surge o *você* que,

[...] semelhante pelas origens às referidas fórmulas, mas muito mais evoluído dos pontos de vista semântico e fonético, estava o caminho aberto para a progressiva invasão e expansão das outras formas substantivas que levam o verbo para a 3ª pessoa. (CINTRA, 1972, p. 35-38)

No Brasil, no século XIX, houve uma simplificação dos pronomes de tratamento, um dos elementos de caracterização e diferenciação das variantes nacionais do português de Portugal e do português do Brasil. Desse modo, como afere Paul Teyssier (1997, p. 107),

[...] em Portugal, o *vós* desapareceu, mas o *tu* sobrevive apenas no extremo sul e em áreas não suficientemente delimitadas do Norte. Em circunstâncias normais, existem apenas duas fórmulas: o tratamento por *você*, que é familiar, e o

tratamento por *o senhor, a senhora*, que é mais reverente. Ademais, essas fórmulas só excepcionalmente admitem os substitutos que, em Portugal, complicam a sintaxe do tratamento.

Sendo assim, a partir do exposto sobre o histórico das formas de tratamento, a estrutura do português atual não é simples, não é estática e os usos dessas formas trazem consigo valores que os falantes atribuem a elas, nas diversas situações comunicativas.

### 3. *O corpus*

O *corpus* de análise é constituído por 18 cartas escritas por mãos inábeis, produzidas por remetentes de origem rural da região do Sisal, no sertão baiano, mais especificamente dos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, no semiárido baiano.

Conforme a proposta de Rita Marquilhas (2000) sobre a escrita de mãos inábeis, reconhece-se esse tipo de escrita nessas cartas, a qual pode ser identificada a partir de aspectos da aquisição daquela e de aspectos fônicos, e pela aparência física dos textos. (SANTIAGO, 2012)

Essas cartas fazem parte do banco *Documentos Históricos do Sertão* (DOHS), do *Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do PB*, da Universidade Estadual de Feira de Santana, e constituem a dissertação intitulada *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*, defendida em 2012, por Huda da Silva Santiago, no mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para a transcrição desses documentos, foram adotadas as normas do projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB).

No período em que essas missivas foram escritas, a ausência e a dificuldade de acesso aos meios de comunicação e transportes acabavam por tornar a comunicação por cartas o meio mais comum e acessível para os moradores da zona rural, sendo assim, eram enviadas, na maioria das vezes, por terceiros. Dessa maneira, muitas dessas cartas destinadas a parentes, amigos e namorados, apresentam caráter informal, as quais exprimem sentimentos de afeto, demonstrados, principalmente, através das formas de tratamento.

Neste viés, de acordo com a temática desenvolvida neste trabalho, sobre as cartas correspondentes a mãos inábeis do semiárido baiano, foram selecionadas as mais significativas, ou seja, as que apresentam afeti-

vidade nas formas de tratamento.

#### 4. Análise dos dados

Para o estudo das formas de tratamento de cunho afetivo, buscou-se realizar uma análise descritiva observando o gênero/sexo dos remetentes e destinatários, o tipo de relação pessoal entre eles e o grau de afetividade.

Para uma melhor visualização e entendimento, os dados foram colocados no quadro 1, o qual está dividido em: formas de tratamento, contexto em que se localiza a forma de tratamento, remetente (Rem) e destinatário (Dest), sendo ambos classificados por homem (H) e mulher (M), e o tipo de relação entre eles: parentesco (P), de amizade (A) e romântica (R).

| FORMAS DE TRATAMENTO     | CONTEXTO   | REM |   | DEST |   | TIPO DE RELAÇÃO |   |   |
|--------------------------|--|-----|---|------|---|-----------------|---|---|
|                          |  | H   | M | H    | M | P               | A | R |
| CARO AMIGO               | “[...] <u>Caro Amigo João</u> [...]” (C30, 1.02)   | x   |   | x    |   |                 |   | x |
| MEU PREZADO COMPADRE     | “[...] <u>meu Prezado compadre João</u> eu avizo au senhor [...]” (C31, 1. 03)   | x   |   | x    |   | X               |   |   |
| PREZADO IRMÃO            | “[...] <u>Prezado irmão Joãopitanga</u> a rescibri [...]” (C37, 1.03)  | x   |   | x    |   | X               |   |   |
| DESTINTO AMIGUINHO       | “[...] <u>Destinto Amiguinho..  João Pitanga Carneiro..</u> [...]” (C40, 1. 02-03)                                     | x   |   | x    |   |                 |   | x |
| QURIDINHA AMIGUÏNHA      | “[...] <u>Quridinha Amiguinha Amerinda  As minha saudações </u> [...]” (C43, 1.03-04)                                  |     | x |      | x |                 |   | x |
| PERZADA QUERIDO ESTIMADO | “[...] <u>Perzada querido estimado/ Commadi Almerinda Maria di </u> [...]” (C45, 1.02-03)                              | x   |   |      | x | x               |   |   |
| DESTINTA! AMIGUINHA      | “[...] <u>Destinta ! Amiguinha Amerinda  Beijo-ti Auzentimente </u> [...]” (Carta 47, 1.02-03)                         |     | x |      | x |                 |   | x |
| PREZADA TIA              | “[...] <u>Prezada Tia Almerinda</u> [...]” (C48, 1.02)   |     | x |      | x | x               |   |   |
| QUERIDO                  | “[...] <u>Querido Zezito</u> te escrevo esta duas  linha par te resposta a carta <u>querido </u> [...]” (C54, 1.03-04) |     | x | x    |   |                 |   | x |



remetentes, 11 cartas foram escritas por homens e 07 escritas por mulheres.

Das cartas que apresentam relação de parentesco, 03 são de remetentes homens e 03 de remetentes mulheres, sendo que 02 são escritas de homem para homem, 01 de homem para mulher e 03 de mulher para mulher. As ocorrências de afetividade nas formas de tratamento foram: “meu prezado”, “prezado irmão”, “prezada tia”, “prezada querida estimado”, “querida didinha” e “muito estimado senhor”.

Das cartas que expõem relação de amizade, 04 são de remetentes homens e 02 de remetentes mulheres, sendo que 04 são escritas de homem para homem, 01 de homem para mulher e 01 de mulher para mulher. As ocorrências foram: “caro amigo”, “quidinha amiguinha”, “destinta ! amiguinha”, “*illustríssimo senhor*[...] meu querido| estimado amigo”.

Nesse tipo de relação entre amigos, observa-se na última ocorrência citada, cujo contexto “[...] *Illustríssimo Senhor* Fernando Jose| de Oliveira o meu querido| estimado amigo saudação| [...]” (C82, 1.03-04), que o remetente utiliza as formas de cortesia “*Illustríssimo Senhor*”, mas não deixa de acrescentar à sua escrita as formas informais “querido| estimado amigo”, as quais remetem a um plano de intimidade e afetividade.

As formas afetivas de tratamento “querido”, “meu amôr”, “meu bezinho/querida”, “gerida mu bei”, “meu amo” e “neu primero e unico amor”, enquadradas no tipo de relacionamento “romance”, demonstram o pouco distanciamento entre emissor e receptor, o que caracteriza uma maior informalidade. Essas ocorrências apresentaram-se em 04 cartas escritas por remetentes homens e 02 por remetentes mulheres, sendo que 04 foram escritas de homem para mulher e 02 cartas escritas de mulher para homem.

Foi possível constatar, nas ocorrências “caro amigo”, “prezado irmão e “prezada tia”, o uso de fórmulas menos informais, que designam, sobretudo nas referidas cartas, caráter de respeito e/ou hierarquia. Todavia, a ocorrência “muito estimado senhor” é uma escrita delegada, ou seja, segundo Huda da Silva Santiago (2002), é redigida por alguém que tem um domínio maior das habilidades de escrita, por exigir mais formalidade, ao pedir a mão da futura esposa através de cartas, uma vez que a “delegação da escrita” é um fenômeno ocorrido principalmente nas sociedades parcialmente alfabetizadas, e se verifica quando uma pessoa deveria escrever um texto e não está em condições de fazê-lo porque não pode

ou não sabe. Neste caso, verificou-se que

[...] as atitudes sociais relativas à linguagem podem condicionar totalmente a linguagem. De fato, o prestígio das classes sociais mais abastadas junto às classes média e baixa constitui um fator decisivo nos comportamentos dos falantes. (BIDERMAN, 2001, p. 30)

Outro aspecto importante a ressaltar é que constam 05 ocorrências de formas de tratamento no diminutivo, dentre estas, 03 são utilizadas por mulheres e 02 por homens, ou seja, dentre as cartas selecionadas nesse *corpus*, mesmo que por uma diferença pequena em relação aos homens, as mulheres tendem mais a utilizar as formas de tratamento no diminutivo.

## 5. Considerações finais

Foi possível verificar, a partir da análise descritiva de 18 cartas de mãos inábeis do semiárido baiano, escritas por sertanejos da região do Sisal, a existência de afetividade nas formas de tratamento e um menor grau de formalidade. Para isso, em cada carta foi selecionada uma ocorrência de forma de tratamento afetiva. Em seguida, as ocorrências foram colocadas no quadro, no qual se pôde identificar os contextos das formas, presentes em grande maioria no início das cartas, o gênero/sexo dos remetentes e destinatários, e o tipo de relação entre eles.

As cartas de alguns familiares, amigos e namorados apresentaram em seu léxico um significativo grau de intimidade, o que demonstra menor grau de formalidade nas formas de tratamento, ou seja, quanto maior o grau de intimidade entre os missivistas, menor o grau de formalidade. Nesse seguimento, pôde-se identificar que as formas de tratamento do tipo “romântica” apresentaram maior número de ocorrências e maior grau de informalidade, as quais foram escritas, em grande maioria, por remetentes homens.

Assim, essas formas de tratamento expõem a intimidade de sertanejos letrados em trocas comunicativas de informalidade, caracterizando a aproximação afetiva entre remetente e destinatário, visto que as cartas não apenas aproximam pessoas, mas intensificam o relacionamento entre os missivistas, pois, para muitos, além da emoção, é uma forma de ousar, ser transparente e vulnerável. Dessa maneira, “[...] trocar cartas, corresponder-se, escrever para alguém são formas de se expor, de compartilhar experiências, construir elos invisíveis e, muitas vezes duradouros”. (CU-

NHA, BASTOS & MINGNOT, 2002, p. 184)

Por fim, faz-se necessário externar que o *corpus* utilizado neste trabalho, com o intuito de realizar um breve estudo da afetividade nas formas de tratamento constantes das cartas de mãos inábeis do semiárido baiano, é apenas um recorte das cartas utilizadas na tese de Huda da Silva Santiago (2012). Portanto, este estudo com cartas de inábeis não se faz exaustivo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa: Revista de Linguística*, 1972. Disponível em:  
<<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3520/3293>>.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Sobre “Formas de Tratamento” na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte/Coleção Horizonte, 1972.

CUNHA, Maria Teresa Santos; BASTOS, Maria Helena Camara; MINGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

LOPES, Celia Regina dos Santos; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVI-II e XIX. In: RAMOS, Jânia Martins; ALKMIM, Mônica A. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. V. Estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: Ed. FALE/UFMG, 2007. Disponível em:  
<[www.letras.ufrj.br/laborhistorico/producao/Lopes%20&%20Duarte%20PHPB.pdf](http://www.letras.ufrj.br/laborhistorico/producao/Lopes%20&%20Duarte%20PHPB.pdf)>. Acesso em: 19-07-2017.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. Notícias de estudos realizados sobre as formas de tratamento no português brasileiro. *Revista Letra Magna: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, ano 02, n. 02, 1º sem. 2005. Disponível em:  
<<http://www.letramagna.com/estudostratamento.pdf>>. Acesso em: 19-07-2017.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

**A LÍNGUA INGLESA ATRAVÉS DO TEMPO:  
AS INFLUÊNCIAS CONSEQUENTES DAS INVASÕES  
ESCANDINAVAS NAS ILHAS BRITÂNICAS<sup>1</sup>**

Ana Marielli Borba Martini (UTFPR)  
[anamarielli@hotmail.com](mailto:anamarielli@hotmail.com)

Isabelle Maria Soares (UNICENTRO)  
[isa\\_ms@hotmail.com](mailto:isa_ms@hotmail.com)

**RESUMO**

A história da língua inglesa está intrinsecamente ligada aos povos que habitaram onde hoje é o território da Inglaterra e às demais culturas com as quais os povos ingleses tiveram contato. Neste artigo, primeiramente, será feita uma breve contextualização da época e do espaço histórico a que esse estudo se destina: a chamada Era Viking na Inglaterra. Através de uma pesquisa bibliográfica que reúne várias teorias e fenômenos relacionados com as influências do *Old Norse* (língua falada pelos povos escandinavos) sobre a língua inglesa, o foco deste trabalho será analisar e refletir sobre a transição do *Old English* para o *Middle English* denotando o impacto causado pelo contato com o *Old Norse*. Contudo, apesar de que as influências escandinavas sobre a cultura e língua inglesa se mostrem claramente presentes, tal episódio histórico é, de certo modo, ofuscado por interferências romanas e francesas que demonstraram maior impacto no que se refere à política a nível continental. Por isso, outro objetivo aqui é o de valorizar e reconhecer a importância da permanência escandinava na Inglaterra no que tange, principalmente, às consequências linguísticas provenientes desse período.

**Palavras-chave:** Linguística inglesa. História inglesa. Cultura escandinava.

## **1. Introdução**

A língua inglesa tem passado por diversas transformações no decorrer da história até tornar-se a língua que é falada mundialmente hoje, conhecida também pelo termo *Modern English*<sup>2</sup>. Grande parte da história

---

1 Tradução e adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *The Old Norse influences in the transition from the Old English to Middle English and its repercussions on Modern English*, que foi redigido e apresentado em língua inglesa pelas autoras, com orientação do Professor Mestre Leandro Zago, para a obtenção do título de Licenciatura em Letras – Português/Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) no ano de 2016.

2 Philip Durkin (2014), baseou-se no *Oxford English Dictionary* para definir a periodização da língua inglesa: *Old English* (até 1150 d.C.), *Middle English* (desde 1150 até 1500 d.C.) e *Modern English* (desde 1500 d.C. até os dias atuais).

dessa língua está diretamente ligada aos povos que viveram onde hoje é o território britânico, cuja história inclui a expansão do Império Romano, as invasões escandinavas, o domínio dos Normandos, por exemplo. Para elucidar as suas configurações linguísticas temporais e geográficas e compreender, não somente sobre a história da língua em si, mas também dos povos envolvidos, é indispensável compreender a constituição da língua inglesa desde seus primórdios até sua forma atual. Desse modo, pretende-se fazer uma análise e reflexão linguística sobre a transição do *Old English* ao *Middle English*, especialmente, ao que se refere às influências escandinavas<sup>3</sup> nesse processo.

As pesquisas sobre a herança escandinava nas Ilhas Britânicas começaram a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Sandra Dögg Friðriksdóttir (2014), os linguistas que têm estudado a língua inglesa, buscando explorar os traços originários da cultura e língua escandinava, descobriram que grande parte do léxico inglês foi influenciado pela língua falada pelos povos escandinavos, o *Old Norse*. Assim sendo, o principal objetivo deste estudo é identificar os aspectos mais significativos que foram influenciados pelo *Old Norse* que podem ser encontrados no Inglês falado hoje, como também, articular um pouco sobre como o processo da relação entre as línguas ocorreu. Os empréstimos escandinavos são identificados na morfologia, fonologia e fonética, sintaxe e semântica do *Modern English*. Além disso, algumas características da cultura e do folclore escandinavo podem ser encontradas em países falantes de língua inglesa, especialmente no Reino Unido e na Irlanda.

Assim sendo, através da pesquisa e leitura de um amplo material bibliográfico sobre a história e estrutura da língua inglesa, especialmente ao que se refere às influências linguísticas e culturais do contexto escandinavo, serão feitas relações com o objetivo de compreender diferentes concepções sobre a história da língua inglesa. Este trabalho baseou-se principalmente nos materiais escritos pelos linguistas Joseph Embley Emonds, Jan Terje Faarlund, Albert C. Baugh, Thomas Cable, Otto Jespersen e Philip Durkin, além de outros pesquisadores, como Sandra Dögg Friðriksdóttir, que comentam sobre as teorias dos estudiosos citados. Na bibliografia utilizada, há estudos que fazem uma análise linguística de textos escritos no período do *Middle English*. Outros focam nos

---

3 O território escandinavo, como é conhecido hoje, é formado pela Dinamarca, Suécia, Noruega, Islândia e Finlândia. No contexto deste trabalho, o território dinamarquês e norueguês serão mais representativos.

empréstimos que representam a evolução linguística do *Old Norse* para o *Middle English* e, por fim, para o *Modern English*.

## 2. *Contextualização histórica: anglo-saxões e escandinavos*

O território britânico foi por muito tempo colônia do Império Romano, aproximadamente entre os anos 43 a 449 d.C. Antes das invasões romanas, as terras britânicas eram povoadas por muitas tribos celtas. A chegada dos romanos transformou o modo de vida celta através da imposição de sua língua, suas crenças e costumes, aproximando os povos, ao mesmo tempo que acentuando as diferenças entre eles. De acordo com Borges:

As ilhas britânicas eram a colônia mais distante de Roma, a mais setentrional, e tinham sido conquistadas até a Caledônia, atual território escocês, onde viviam os pictos, povo de origem celta separado do resto da Bretanha pela muralha de Adriano. Ao sul, habitavam os celtas convertidos ao cristianismo e os romanos. Nas cidades, a gente culta falava latim; as classes baixas falavam diversos dialetos gaélicos. (BORGES, 2003, p. 2)

No século V, as legiões romanas foram forçadas a abandonar o território britânico a pedido de Honório, o primeiro imperador romano do Oeste, que temia a invasão dos visigodos em Roma. Esse fato facilitou a entrada de povos germânicos que se estabeleceram, a princípio, nas regiões costeiras no sul da Grã-Bretanha. O termo “anglo-saxão” refere-se à fusão desses povos (anglos, saxões e jutos) que compartilhavam costumes, crenças e outras características similares. Michael D. C. Drou (2006) comenta sobre o estabelecimento destes povos no território britânico:

[...] os anglos se colocaram no norte da Inglaterra, os saxões ao sul e os jutos em Kent, no leste. Todas as tribos falavam o *Old English*, mas em diferentes dialetos. Por muitos séculos, o *Old English* (também chamado de *Anglo-Saxon*) foi a língua da Inglaterra. Influenciado pelo Latim, adotando particularmente palavras relacionadas com a Igreja, e pelo Celta (mesmo que muito pouco), era essencialmente uma língua Germânica do Leste. (DROUT, 2006, p. 61) (tradução nossa)<sup>4</sup>

---

4 [t]he Angles settled the north of England, the Saxons settled the south, and the Jutes settled in Kent, to the east. Each of the three tribes spoke *Old English*, but of a different dialect. For several centuries, *Old English* (also called Anglo-Saxon) was the language of England. It was influenced by Latin, particularly in the adoption of words having to do with the Church, and by Celtic (surprisingly little, however), but it was essentially a West Germanic language. (DROUT, 2006, p. 61)

As tribos que conquistaram a antiga Inglaterra formaram sete reinos: Nortúmbria, Mércia, Ânglia Oriental, Essex, Kent, Sussex e Wessex<sup>5</sup>. Havia quatro dialetos principais: *West Saxon*, *Kentish*, *Mercian* e *Northumbrian*. Mesmo havendo muitas diferenças linguísticas entre eles, todos os dialetos eram compreensíveis entre si (TRIPS, 2002). Importa mencionar ainda, que houve outro período de influência romana, o período de cristianização antes da chegada dos escandinavos. Durante esse tempo, monges latinos trabalharam para converter os povos que viviam na Inglaterra, trazendo influências romanas sobre a cultura e a língua novamente.

Já os escandinavos viviam em uma terra distante no extremo Norte da Europa e sua presença em outros territórios era, em grande parte, nada amigável, pois muitos deles praticavam a pirataria. Um relato bastante conhecido sobre os povos escandinavos, que é razoavelmente imparcial, foi escrito por Ibn Fadlan, o emissário do califa de Bagdá, em 921 d.C., no atual território russo. Ele reportou ao califa, além de outros assuntos, sobre a primeira vez que ele encontrou pessoas nórdicas na costa do rio Volga:

[...] Eu nunca vi compleições físicas mais perfeita que a deles – eles são como palmeiras, são claros e avermelhados, [...]. O homem veste uma capa que cobre metade de seu corpo, deixando um de seus braços descoberto. Cada um deles carrega um machado, uma espada e um punhal [...]. Cada mulher tem, em seu peito, um pequeno disco, atado <em volta de seu pescoço>, feito de ferro, prata, cobre ou ouro, dependente do valor da relação financeira e social de seu marido. [...] Eles são os mais sujos de todas as criaturas de Alá: eles não se limpam depois de evacuar e urinar nem se lavam quando estão em estado de ritual impuro (i.e., depois do coito) e nem <mesmo> lavam suas mãos depois de se alimentarem. Em cada lar moram 10 a 20 pessoas, às vezes mais, às vezes menos. Cada um deles tem um leito aonde sentam. Eles são acompanhados por escravas bonitas para negociação. Um homem terá relações sexuais com sua escrava enquanto seu companheiro observa. [...] Eles são adeptos ao álcool, bebem dia e noite. Às vezes um deles morre com o copo ainda em sua mão. (MONTGOMERY, 2000, p. 5-14) (tradução nossa)<sup>6</sup>

---

5 Northumbria, Mercia, East Anglia, Essex, Kent, Sussex and Wessex

6 [...] I have never seen more perfect physiques than theirs—they are like palm trees, are fair and reddish, [...]. The man wears a cloak with which he covers one half of his body, leaving one of his arms uncovered. Every one of them carries an axe, a sword and a dagger [...]. Each woman has, on her breast, a small disc, tied <around her neck>, made of either iron, silver, copper or gold, in relation to her husband's financial and social worth. [...] They are the filthiest of all Allāh's creatures: they do not clean themselves after excreting or urinating or wash themselves when in a state of ritual impurity (i.e., after coitus) and do not <even> wash their hands after food. [...] They gather in the one house in

Apesar que Ibn Fadlan demonstrou estar bastante impressionado por suas características fisiológicas, suas vestimentas, armas e outros acessórios, ele criticou seus comportamentos na mesa e na cama, por exemplo, os rotulando como sujos, dependentes alcóolicos e impúdicos. Tal relato é notável porque descreve elementos comuns da vida escandinava, mesmo que a partir da visão do “outro”.

Os escandinavos eram também conhecidos por sua maestria na tecnologia naval, por seus barcos longos que podiam navegar tanto em rios quanto em mar aberto, e que possibilitavam suas relações comerciais em vários territórios da Europa, Ásia (especialmente no Oriente Médio) e América. Eles atacaram não somente a Grã-Bretanha, mas também, os territórios litorâneos da Alemanha e Países Baixos. Na França, eles navegaram pelo rio Sena levando terror às zonas ruais e colocando fogo em Paris (ALLAN, 1987). De acordo com Albert C. Baugh e Thomas Cable (2002), estes eram princípios para capturar novos territórios:

Suas atividades começaram com saques e terminaram com conquistas. Os suecos estabeleceram um reinado na Rússia; os noruegueses colonizaram partes das Ilhas Britânicas, as Ilhas Faroé, e a Islândia, da onde saíram para a Groelândia e para as costas de Terra Nova e Labrador; os daneses formaram um ducado na Normândia e finalmente conquistaram a Inglaterra. (BAUGH; CABLE, 2002, p. 83) (tradução nossa)<sup>7</sup>

Embora eles vivessem em uma das regiões mais frias da Europa, os escandinavos superaram a isolamento geográfica através da sua excelência e engenho nas construções de navios e outros conhecimentos navais que os permitiram chegar em novas terras. A herança mais significativa deixada pelos daneses que se estabeleceram no território inglês, contudo, foram as influências que eles causaram sobre a língua inglesa (FRIDRIKSDÓTTIR, 2014). Mais especificamente, a considerável praticidade dessa língua, percebida através do léxico que contém palavras com morfologia simples e pronúncia fácil, bem como outros aspectos, como a transição do objeto-verbo para o verbo-objeto.

---

their tens and twenties, sometimes more, sometimes less. Each of them has a couch on which he sits. They are accompanied by beautiful slave girls for trading. One man will have intercourse with his slave-girl while his companion looks on. [...] They are addicted to alcohol, which they drink night and day. Sometimes one of them dies with the cup still in his hand. [...] (MONTGOMERY, 2000, p. 5-14)

7 Their activities began in plunder and ended in conquest. The Swedes established a kingdom in Russia; Norwegians colonized parts of the British Isles, the Feroes, and Iceland, and from there pushed on to Greenland and the coasts of Labrador and Newfoundland; the Danes founded the dukedom of Normandy and finally conquered England. (BAUGH; CABLE, 2002 p. 83)

O primeiro contato violento entre anglo-saxões e vikings<sup>8</sup> aconteceu em uma manhã de primavera em 793 d.C. Um grupo de escandinavos chegou na ilha de Lindisfarne, localizada a nordeste da Inglaterra, e atacaram o monastério local. Não apenas saquearam seus pertences, como também mataram muitos monges e capturaram outros, tornando-os escravos. Outros ataques sucederam, não apenas no território britânico, já que a Era *Viking* estava apenas começando e os guerreiros nórdicos tornariam-se a força mais temida de toda a antiga Europa (ALLAN, 1987). Entre 866 e 867 d.C., o exército dinamarquês capturou York e tomou o poder da Nortúmbria, um reino localizado no norte da Inglaterra. Em 869, o rei Edmund da Ânglia Oriental foi morto. O rei da Mércia, Burgred, exilou-se em Roma em 873. O único reino que prevaleceu forte foi Wessex. O Rei Alfred, de Wessex, não pôde derrotar e banir os dinamarqueses, contudo, conseguiu manter a paz – mesmo que por pouco tempo – assinando um acordo com o rei Guthrum, da Dinamarca, que ficou conhecido pelo Tratado de Wedmore e que delimitou as fronteiras entre Wessex e a Danelaw<sup>9</sup>.

De acordo com Joseph Embley Emonds e Jan Terje Faarlund, “a situação por aproximadamente 200 anos foi que a Inglaterra consistiu em dois países com a fronteira significativamente instável” (2014, p. 35) (tradução nossa)<sup>10</sup>. Muitos dinamarqueses e noruegueses estabeleceram-se no território da Danelaw, e por isso, essa região da Inglaterra tem muitos nomes de lugares de origem escandinava e que são usados até hoje.

As tentativas de impedir as invasões não cessaram até 1014, quando o rei Aethelred exilou-se e Cnut tornou-se rei da Inglaterra, Dinamarca e Noruega. Tal conquista é considerada o auge das invasões nórdicas (KU, 2009) porque o objetivo de conquistar um novo território foi finalmente alcançado. O fim da Era *Viking* é marcado pela derrota nórdica na Batalha de Stamford Bridge e a morte do rei Haroldo Hardrada, da Noruega, em 1066 (ROESDAHL, 1998 *apud* KU, 2009). O domí-

---

8 Aqueles que praticavam invasões e saques eram considerados Vikings. Não deve haver confusão com Escandinavos, termo que se refere a todos os povos originários da região europeia conhecida por Escandinávia.

9 A *Danelaw* foi o território estabelecido pelos dinamarqueses no século IX onde presidia as leis destes povos escandinavos sobre a dos anglo-saxões.

10 “[...] the situation for nearly 200 years was then that England consisted of two countries with a highly unstable border [...]”. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 35).

nio nórdico terminou da mesma forma que começou, em outras palavras, em guerra. Quando seu rei foi morto, os escandinavos sentiram-se forçados a se render, trazendo assim o fim de uma era. Depois de muitos anos em conflito, a Inglaterra tornou-se Inglaterra novamente, não havendo mais tentativas por parte dos guerreiros nórdicos de tomar o poder de volta.

### 3. As línguas germânicas

Os anglo-saxões e os escandinavos mantinham relações culturais significativas, pois ambos possuíam uma mesma descendência, advinda de tribos germânicas. Consequentemente, o *Old English*, a língua dos anglo-saxões, e o *Old Norse*<sup>11</sup>, a língua falada pelas tribos escandinavas, também compartilhavam conexões lexicais e gramaticais que facilitavam a comunicação entre seus falantes. Michael D. C. Drout (2006) explica essa relação:

[...] a língua dos Vikings era uma língua norte-germânica e possivelmente era compreendida pelas pessoas que falavam um dialeto anglicizado do Old English – uma língua oeste-germânica. Muitos ingleses que viviam na Danelaw eram falantes anglos. (DROUT, 2006, p. 77) (tradução nossa)<sup>12</sup>

Entretanto, algumas línguas germânicas partilham características mais acentuadas, fazendo com que a família das línguas germânicas se divida em grupos, são eles: Germânico Ocidental, Norte-Germânico e Germânico Oriental. Enquanto o *Old English* é considerado essencialmente uma língua Germânica Ocidental (*West Germanic*), o *Old Norse* é de origem Norte-Germânica (*North Germanic*). O Germânico Ocidental ainda possui duas ramificações: Alto Alemão (*High West Germanic*), que evoluiu para Alemão Moderno (*Modern German*), e o Baixo Alemão (*Low West Germanic*), que gerou muitas outras línguas, inclusive o Neerlandês Moderno. Acredita-se que o *Old English* evoluiu para o *Middle*

---

11 Other Germanic speakers settled in the very north of Europe, in Denmark and Scandinavia. Their language was *Old Norse*, but this language also began to change and diversify, splitting into East Norse and West Norse. East Norse eventually evolved into Swedish and Danish, and West Norse became Norwegian and Icelandic. Old Icelandic is particularly important because so many of our most important medieval texts are preserved in this language. DROUT, M. D. C. *A History of the English Language*. Course Guide. Recorded Books, LCC, 2006.

12 [...] the language of the Vikings was a North Germanic language and possibly was understandable to the people who spoke the Anglian dialect of *Old English*—a West Germanic language. Most of the English in the Danelaw were Anglian speakers. (DROUT, 2006, p. 77)

*English* e finalmente para o *Modern English*. Sobre a origem do *Modern English*, Joseph Embley Emonds e Jan Terje Faarlund complementam:

O *Modern English* é inquestionavelmente de origem germânica por causa de sua história fonológica, seu vocabulário básico e o Sistema morfosintático. Mas nada do que foi dito implica que foi originado da língua dos Anglo-saxões, inclusive, eles não foram os únicos imigrantes falantes de língua germânica que cruzaram o Mar do Norte. Logo, ainda sobre as ramificações do germânico, a questão sobre a descendência genealógica da língua inglesa permanece aberta. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 22) (tradução nossa)<sup>13</sup>

Os autores admitem que o *Modern English* tem origem germânica. Em contraste, eles questionam sobre as particularidades dessa descendência: será que o *Modern English* realmente pertence ao ramo *West Germanic*? Eles acreditam que a participação do *Old Norse* no processo de evolução linguística do Inglês não esteve relacionada simplesmente com influências e empréstimos.

#### 4. Línguas em conflito

Com as invasões *Viking* e posteriormente a chegada destes ao poder dos territórios ingleses, muitas famílias escandinavas estabeleceram-se no território da *Danelaw*, onde a cultura nórdica era mais representativa. Michael D. C. Drout comenta sobre a importância desses fatores históricos na Inglaterra para o processo de evolução da língua inglesa:

Regiões inteiras da Inglaterra estavam sob o comando *Viking* mesmo depois que o Rei Alfred resistiu aos ataques mais severos – uma área do leste e do norte da Inglaterra pertencia a *Danelaw*. Durante este período, o *Old Norse* influenciou fortemente o *Old English*. Muitas palavras foram “emprestadas”, não somente substantivos e verbos, os quais foram em grande número, mas também aspectos linguísticos tão fundamentais quanto os pronomes e os fundamentos da linguagem, como a pronúncia. (DROUT, 2006, p. 61) (tradução nossa)<sup>14</sup>

---

13 *Modern English* is unquestionably Germanic by virtue of its phonological history, its core vocabulary, and its morphosyntactic system. But nothing in what has been said implies that it is descended from the language of the Anglo-Saxons, and rightly so, since they were not the only Germanic-speaking immigrants from across the North Sea. Within the Germanic sub-family, the question of the genealogical descent of English remains open. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 22)

14 Whole sections of England were under Viking rule even after King Alfred withstood the harshest Viking attacks — an area of the east and north of England was the *Danelaw*. During this time *Old Norse* strongly influenced *Old English*. Many, many words were borrowed, not only nouns and verbs, which were borrowed in great numbers, but also such fundamental building blocks as pronouns and

O contato entre os falantes do *Old Norse* e do *Old English* causou, em um primeiro momento, empréstimos linguísticos de ambas as partes, já que cada uma das línguas possuía elementos diferentes. Além disso, a comunicação oral foi muito significativa para essas trocas linguísticas, contribuindo para a formação da língua inglesa. De acordo com María Ángeles Ruiz Moneva (1997):

Esses pressupostos talvez possam ser aplicados à situação linguística entre os anglo-saxões e os escandinavos, no sentido de que a língua oral tende a refletir as mudanças linguísticas pois é produzida de forma muito mais espontânea, o que faz com que a minimização dos esforços no processamento. Pode-se dizer que, na forma oral, o eixo inferencial de comunicação predomina no eixo do código. Pelo contrário, quando se trata de escrever, os esforços de processamento geralmente são aumentados, porque a expressão tende a ser mais precisa. (MONEVA, 1997, p. 186) (tradução nossa)<sup>15</sup>

Os falantes nórdicos precisavam adquirir vocabulário nas áreas tipicamente anglo-saxãs, especialmente pelo fato de que as Ilhas Britânicas estiveram sob domínio do Império Romano no processo de cristianização, incluindo então, palavras consequentes disso, referentes, por exemplo, à “construção de estradas, estrutura das cidades, canalização de água e construções de casas” (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 40) (tradução nossa)<sup>16</sup>. Até mesmo palavras relacionadas com as colheitas e a comida, por causa da melhor adaptação ao clima das novas terras, foram adotadas. Além disso, “a antiga Inglaterra tinha uma cultura escrita, e presumivelmente um uso mais amplo de documentação e outras práticas escritas (herança, propriedade, escolas) do que na Escandinávia” (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 40) (tradução nossa)<sup>17</sup>. Nesse sentido, a aquisição desse novo vocabulário formou o *Anglicized Norse*, uma língua nórdica anglicizada.

---

such language basics as pronunciation. (DROUT, 2006, p. 61)

15 These assumptions maybe can be applied to the linguistic situation between the Anglo-Saxons and the Scandinavians in the sense that the oral language tends to reflect the linguistic changes because it is produced in a much more spontaneous way, and this causes the minimisation of the processing efforts. It may be said that in the oral form, the inferential axis of communication predominates the code axis. On the contrary, when it comes to writing, the processing efforts are usually increased, because the expression tends to be more accurate. (MONEVA, 1997, p. 186)

16 “road-building, town layouts, channeling water, and building construction”. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 40)

17 “Old England had a written culture, and presumably a wider use of documents and practices based on them (inheritance, property, schools) than did Scandinavia”. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 40)

Joseph Embley Emonds e Jan Terje Faarlund (2014) sugerem que a fusão das línguas faladas no território britânico ocorreu apenas por aproximadamente 1300 d.C., muito depois das invasões normandas, formando o chamado *Middle English*. Contudo, há controvérsias entre os pesquisadores e linguistas sobre o processo de desenvolvimento para o *Middle English*:

- a. *Middle English* se desenvolveu a partir do *Old English* (a hipótese comumente mais aceita). *Old English* sofreu muitas mudanças gramaticais fundamentais, incorporando muito do vocabulário do *Old Norse* (durante dois séculos), e tornando-se o *Middle English*.
- b. *Middle English* se desenvolveu a partir do *Old Norse* [...]. *Old Norse* não sofreu mudanças gramaticais significativas [...], incorporou algum vocabulário do *Old English* (por quatro séculos), e tornou-se o *Middle English*. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 44) (tradução nossa)<sup>18</sup>

Nota-se que a linguística tradicional afirma que o *Middle English* evoluiu a partir do *Old English*, com alguma influência escandinava. Por outro lado, para os pesquisadores Joseph Embley Emonds e Jan Terje Faarlund (2014), o *Old English* praticamente extinguiu-se e o *Norse* originou o *Middle English* recebendo muitas influências do *Old English* durante seu processo evolutivo nas Ilhas Britânicas (o *Anglicized Norse*). Outros estudiosos, como Patricia Poussa (1982), defendem a ideia da creolização, ou, em outras palavras, de uma mistura equilibrada entre *Old English* e *Old Norse*. Apesar da divergência entre as teorias, é inegável a contribuição da antiga língua escandinava para a formação da língua inglesa, e que, suas relações enquanto parte de uma mesma família linguística facilitou a interação entre os diferentes povos que partilhavam um mesmo território.

Michael D. C. Drout (2006) afirma que a língua tende a se transformar quando ocorre interação entre povos que falam diferentes línguas, levando ao processo de empréstimos entre elas. Já Philip Durkin (2009 *apud* FRÍÐRIKSDÓTTIR, 2014) explica que esses empréstimos lexicais são determinados pela necessidade, quando algo é desconhecido para uma língua, mas possui um termo em outra língua com a qual está em

---

18 a. *Middle English* developed from *Old English* (a commonly accepted view). *Old English* underwent many fundamental grammatical changes, incorporated much *Norse* vocabulary (over two centuries), and became *Middle English*.

b. *Middle English* developed from *Norse* [...]. *Norse* underwent essentially no grammatical changes [...], incorporated somewhat more *Old English* vocabulary (over four centuries), and became *Middle English*. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 44)

contato, ou tem notoriedade, quando uma palavra corresponde a algo de grande status social ou de honra para os falantes.

Nessa perspectiva, o contato entre os povos anglo-saxões e os povos nórdicos deixaram uma importante herança linguística, pois, como María Ángeles Ruiz Moneva (1997) afirma, ambos os povos tinham a necessidade de aprender uns com os outros:

[...] a quantidade e a qualidade dos empréstimos escandinavos que aparecem na língua inglesa mostram que um certo grau de bilinguismo deve ter existido e que a transferência de palavras do escandinavo para o inglês pode ter sido favorecida pelo fato de que os falantes escandinavos adotaram a antiga língua inglesa. Por outro lado, sendo os ingleses, na época, os povos submissos ou conquistados, eles podem ter se encontrado de alguma forma obrigados a aprender a língua. Outro fator é o intercâmbio comercial, o que teria demonstrado a conveniência de aprender a língua estrangeira. O que também teria favorecido o contato entre essas duas línguas, seria o casamento entre pessoas dos diferentes povos. (MONEVA, p. 187, 1997) (tradução nossa)<sup>19</sup>

Otto Jespersen (1905) considera que uma primeira “prova” de empréstimos de palavras do *Old Norse* está presente em um poema escrito depois de 993, quando ocorreu a batalha de Maldon. Tal evidência é o verbo “call” (do *Old Norse* “kalla”) (JESPERSEN, 1905, p. 62). De acordo com esse aspecto, pode-se afirmar que as influências escandinavas sobre a língua inglesa começaram bem cedo. Além disso, Bryce Kaiser (2012) assinala que aspectos relacionados com leis e o militarismo foram primordiais durante esse novo período histórico na Inglaterra anglo-saxônica, que foi impactada e influenciada principalmente pela presença danesa e por isso “começou a adaptar partes da cultura *Viking*, incluindo leis e táticas militares” (p. 5) (tradução nossa)<sup>20</sup>.

Uma possível evidência pode ser encontrada em *Ormulum* (c. 1200). A palavra escandinava “awe” e em *Old English* “eye”. Nos primórdios do *Middle English*, a segunda forma era mais comum, mas mu-

---

19 [...] the amount and quality of Scandinavian loans appearing in English shows that a certain degree of bilingualism must have existed, and that the transference of words from Scandinavian into English may have been favoured by Scandinavians adopting English. On the other hand, being English the submitted or conquered people, they may have found themselves somehow compelled to learn the language. Another factor is commercial interchanges, which would have shown the convenience of learning the foreign language. Inter-marriage would also have favoured the contact between these two languages. (MONEVA, p. 187, 1997)

20 “it began to adapt pieces of the Viking culture, including laws and military tactics” (KAISER, p. 5, 2012).

dou aproximadamente em 1300, quando a palavra em *Old Norse* começou a se tornar mais recorrente até substituir a outra: “as duas formas devem ter sido correntes no discurso do dia a dia do nordeste [da Inglaterra] por muitos séculos, até que finalmente a pronúncia *awe* prevaleceu” (BAUGH; CABLE, 2002, p. 91) (tradução nossa)<sup>21</sup>. Os autores também afirmam que o mesmo aconteceu entre as palavras “*ey*”, em *Old English*, e “*egg*”, em *Old Norse* (p. 91). Além disso, citam-se alguns empréstimos do *Old Norse* identificados no *Old English*, que estão relacionados com a atividade naval e com o caráter guerreiro dos escandinavos, excepcionalmente dos *Vikings*:

[...] *barda* (beaked ship), *cnearr* (small warship), *scegp* (vessel), *liþ* (fleet), *sceþmann* (pirate), *dreng* (warrior), *hā* (oarlock) [...], *bātswegen* (boatman, source of *Modern English* boatswain), *hofding* (chief, ringleader), *orrest* (battle), *rān* (robbery, rapine), and *fylcian* (to collect or marshal a force) [...]. (BAUGH; CABLE, 2002, p. 89)

Além disso, não se pode deixar de mencionar o fato de que muitos estudiosos da história da língua sugerem que o *Old Norse* contribuiu com muitas palavras relacionadas com violência, incluindo, os verbos “to *die*”, “to *ransack*”, “to *rive*”, “to *scare*”, and “to *thrust*” como também os substantivos “*slaughter*” e “*sab*” (DROUT, 2006, p. 78). É notável que a presença de “graça e elegância são raras nos empréstimos escandinavos” (GEIPEL, 1971 *apud* FRĪÐRIKSDÓTTIR, 2014, p. 16) (tradução nossa)<sup>22</sup>. Estes empréstimos mostram não somente a hostilidade dos invasores nórdicos em relação ao povo anglo-saxão, mas também traços culturais dos diferentes povos. Os escandinavos eram bastante populares quanto à sua engenharia de navegação e habilidades militares e, conseqüentemente, os povos que foram dominados por eles não poderiam ignorar o vocabulário que representaria essas atividades.

Com a conquista e estabelecimento da *Danelaw*, muitas palavras relacionadas com a lei foram adicionadas ao vocabulário (a própria palavra “*law*”) como “[...] *māl* (action at law), *hold* (freeholder), *wapentake* (an administrative district), *hūsting* (assembly), and *riding* (originally *t-hriding*, one of the former divisions of Yorkshire) [...]” (BAUGH; CABLE, 2002, p. 89-90). Entretanto, mais tarde, a Conquista Normanda

---

21 “The two forms must have been current in the everyday speech of the northeast for several centuries, until finally the pronunciation *awe* prevailed” (BAUGH; CABLE, 2002, p. 91)

22 “grace and elegance are rare in the Scandinavian borrowings” (GEIPEL, 1971 *apud* FRĪÐRIKSDÓTTIR, 2014, p. 16)

também trouxe e impôs suas próprias terminologias relacionadas com leis, anulando muitas das antigas (escandinavas). O fato de que a palavra “law” sobreviveu mesmo com as invasões normandas demonstra o quão profundamente os costumes escandinavos entraram na cultura do *Old English*, precisando ser adotada até mesmo pelos Normandos.

### 5. *Contraste entre empréstimos Franceses/Latinos e Escandinavos*

De acordo com Emma Pardo (2009), a língua francesa tem uma influência mais ampla sobre o *Modern English* do que o *Old Norse*. É verdade que os povos escandinavos chegaram muito antes que os franceses e estabeleceram sua própria terra dentro do território britânico. Contudo, seus empréstimos são menores que os franceses. Emma Pardo ainda explica a diferença da difusão do *Old Norse* e da antiga língua francesa:

[...] As línguas escandinavas e o francês infiltraram no inglês por diferentes classes sociais: as escandinavas ganharam acesso consistente pelas pessoas comuns através de colonizadores [...], enquanto o francês se tornou uma língua associada à alta sociedade (PARDO, 2009, p. 237) (tradução nossa)<sup>23</sup>

Os assentamentos escandinavos não eram apenas para guerreiros, mas também para famílias de fazendeiros. Além disso, as pessoas comuns de ambos os lados matinham certo contato, emprestando palavras comuns, fazendo com que as mudanças linguísticas ocorressem no “dar e receber do dia a dia” (BAUGH; CABLE, 2002, p. 90) (tradução nossa)<sup>24</sup>. Por outro lado, as invasões normandas alcançaram mais a “[...] realeza, cortesãos e a classe alta, que tinham certa autoridade para adotar itens lexicais franceses na configuração da língua inglesa” (PARDO, 2009, p. 237) (tradução nossa)<sup>25</sup>. O novo governo dos franceses impôs sua língua, na Inglaterra, especialmente em campos aristocráticos e de leis. Contudo, assinala-se que isso não significa que todas as palavras escandinavas relacionadas com leis foram substituídas.

---

23 [...] Scandinavian languages and French infiltrated English at different social stratum: Scandinavian more consistently gained access to ordinary people via settlers [...], whereas French became a language associated with the highest tiers of society. (PARDO, p. 237, 2009)

24 “[...] the give-and-take of everyday life”. (BAUGH & CABLE, 2002, p. 90)

25 “[...] royalty, courtiers and the upper class, who had the authority to adopt such French lexical items in the English setting”. (PARDO, 2009, p. 237)

Em complemento, nem a região da Escandinávia nem a do *Danelaw* tinha uma cultura escrita consolidada (apenas a região britânica do Wessex que possuía), fazendo com que suas palavras se espalhassem através da oralidade, geração após geração: “mesmo hoje, a proporção de palavras originárias do *norse* é muito maior na linguagem coloquial do que na utilizada na escrita padronizada (língua culta)” (BURNLEY, 1992, p. 146 *apud* PARDO, 2008-2009, p. 238) (tradução nossa)<sup>26</sup>. Por outro lado, a influência da língua francesa ganhou espaço na língua inglesa através de textos escritos, especialmente os políticos e religiosos.

Portanto, é visto que ambas as línguas tiveram grande impacto na língua inglesa, porém, de maneiras diferentes. Os empréstimos escandinavos penetraram no inglês depois da conquista dinamarquesa, através do uso popular da linguagem, oralmente, alcançando principalmente os plebeus, enquanto o francês com a conquista normanda, se fez presente no uso erudito da língua, principalmente na forma escrita, e pelas classes mais altas. Para ilustrar essas distinções, Joseph Embley Emonds e Jan Terje Faarlund agruparam alguns exemplos de palavras usadas no dia a dia:

- A) bait, band, birth, bloom (not meaning flower as in German), brink, call, cow, crook (as in crooked), die, dike, dregs, egg, flat, flit, freckle, girth, hale (in good health), keel, kindle, link, low, nag, odd, race, ransack, root, sack, scant, scare, score, scrape, screech, sister, skirt, sky, snare, tattered, thrift, and whisk;
- B) add, approve, argue, arrange, ball, boil, bottle, button, chair (with a back), cider, cup, domain, equal, flower, fork, fry, garden, grand, ink, juice, lamp, letter, lettuce, marriage, master, mason, napkin, offer, orange, park, pea, peach, pear, plate, porch, promise, question, roast, scarf, servant, table, vase, and vest (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 50-51).

Em A) as palavras têm origem escandinava enquanto em B) estão os empréstimos do francês. Ainda, Joseph Embley Emonds e Jan Terje Faarlund argumentam que, provavelmente os falantes do *Middle English* começaram a utilizar as palavras escandinavas não porque eram termos culturalmente novos, mas por causa da herança linguística repassada dos pais escandinavos para seus filhos. Em contraste, as palavras francesas provinham de um meio nobre e culto, sendo que o antigo povo francês era em sua grande maioria “[...] melhor alimentado, com melhores mo-

---

26 “Even today, the proportion of Norse words is much higher in dialect speech than in the standard written language”. (BURNLEY *apud* PARDO, 2008-2009, p. 238)

radias, roupas, sem alguma chance de viver na pobreza”. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 51) (tradução nossa)<sup>27</sup>

De modo geral, o que a pesquisa desses autores propõe é a ideia de que, embora o número de empréstimos escandinavos seja menor que os franceses, os escandinavos são mais representativos e mais frequentes no uso da língua. Philip Durkin (2014) listou os empréstimos que podem ser encontrados entre os 100 itens mais frequentes do *British National Corpus* (BCN)<sup>28</sup> e entre eles há sete termos de origem escandinava: *they, their, to get, to take, to give, like* e *to want*; dois franceses: *people* and *very*; e mais dois que podem ter sua origem ou do latim ou do francês: *just* e *to use*.

Como os dados acima mostram, os empréstimos escandinavos são menores em número do que os franceses. Contudo, os empréstimos escandinavos, são itens mais utilizados, superando os latinos e franceses por causa de sua “simplicidade”. Em geral, “a palavra emprestada das línguas escandinavas não se limita, como nas línguas Latinas, a poucos campos semânticos”. (DROUT, 2006, p. 77) (tradução nossa)<sup>29</sup>

## **6. Considerações finais**

O propósito deste estudo foi, primeiramente, propor novos questionamentos e reflexões acerca da história da língua inglesa com o fim de identificar e valorizar a influência que os antigos povos escandinavos deixaram e ainda mantêm sobre o inglês, bem como, sobre os seus falantes, que estão espalhados pelo mundo todo.

Ficou claro que a Era Viking deixou mais que uma herança sanguínea na história da Europa, pois assinala-se que esses povos não eram apenas selvagens, mas antigos povos que mantinham a arte da guerra, da engenharia naval e da navegação, o que os permitiu que viajassem para

---

27 “[...] well fed, well housed, well clothed, and by no means poor”. (EMONDS; FAARLUND, 2014, p. 51)

28 O *British National Corpus* (BNC) é uma coleção de aproximadamente 100 milhões de palavras de amostras da língua falada e escrita provinda de um amplo material de fontes, designada a representar o Inglês Britânico falado desde o século XX.

29 “word borrowing from Scandinavian languages is not limited, as was Latin, to a few semantic fields”. (DROUT, 2006, p. 77).

terras distantes com objetivo de comércio, saques e colonização. Nesse ponto, é memorável, por exemplo, que em 1014, Cnut, um homem dinamarquês, tornou-se rei da Inglaterra, Dinamarca e Noruega, sendo esse fato considerado o auge das invasões escandinavas.

O legado escandinavo é evidenciado pela cultura inglesa, principalmente pela língua, incluindo também nomes de lugares, nomes próprios e sobrenomes. Claramente, é a conexão e a interação entre povos o meio mais significativo para que mudanças linguísticas ocorressem constantemente. A história da Inglaterra mostra que escandinavos e anglosaxões mantiveram contato por muito tempo. Os pesquisadores e linguistas citados neste trabalho mostram que o relacionamento entre esses povos construiu uma importante herança linguística. Nesse sentido, é certo que muitos aspectos do léxico do *Modern English*, a fonética e a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, devem muito ao *Old Norse*. Tais empréstimos não foram apenas impostos politicamente pelos conquistadores nórdicos, mas também e, essencialmente, através da convivência diária desses povos que compartilhavam territórios, mais especificamente, através da comunicação oral.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAN, Tony. *Nações do mundo: Escandinávia*. Rio de Janeiro: Cidade cultural, 1987.

BAUGH, Albert C.; CABLE, Thomas. *A history of English language*. 5. ed. Londres: Routledge, 2002.

BORGES, Jorge Luís. *Curso de literatura inglesa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DROUT, Michael D. C. *A history of the English Language*. Course Guide. Recorded Books, LCC, 2006.

DURKIN, Philip. *Borrowed Words: A history of Loanwords in English*. Nova Iorque: Oxford University, 2014.

EMONDS, Joseph Embley; FAARLUND, Jan Terje. *English: the language of the vikings*. Olomouc modern languages monographs, vol. 3. Palacký University: Olomouc, 2014. Disponível em: <<http://anglistika.upol.cz/vikings2014/>>. Acesso em: 08-06-2016.

FRÍÐRIKSDÓTTIR, Sandra Dögg. *Old Norse Influence in Modern Eng-*

lish. The effect of the Viking invasion. Monografia – Department of English, School of Humanities, University of Iceland, 2014. Disponível em: <<https://skemman.is/handle/1946/17234>>. Acesso em: 14-03-2016.

GEIPEL, John. *The Viking Legacy: The Scandinavian Influence on the English Language*. Newton Abbot: David and Charles, 1975.

JESPERSEN, Otto. *Growth and Structure of the English Language*. Leipzig: B.G. Teubner, 1905.

KAISER, Bryce. *The legacy of the Danes: A Look at the Impacts of Viking Conquest on England in the Late Ninth Century*. History Undergraduate Theses – Department of History, Carroll College, 2012. Disponível em: <<https://scholars.carroll.edu/handle/20.500.12647/2496>>. Acesso on: 15-11-2016.

KU, Ivan Chia Kuo. *Language contact in Viking Age England. A sociolinguistic perspective*. Tese – Programme in Nordic Viking and Medieval Culture, Department of Linguistics and Scandinavian Studies, Faculty of Humanities, University of Oslo, 2009. Disponível em: <<https://www.duo.uio.no/handle/10852/26692>>. Acesso em: 14-03-2016.

MONEVA, María Ángeles Ruiz. A relevance theory approach to the Scandinavian influence upon the Development of the English Language. *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*. Universitat d'Alacant/ Universidad de Alicante, vol. 10, p. 183-191, 1997. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/6002>>. Acesso em: 14-03-2016.

MONTGOMERY, James E. Ibn Fadlan and the Rusiyyah. *Journal of Arabic and Islamic studies*. Edinburgh University Press, vol. 3, p. 1-25, 2000. Disponível em: <<http://www.lancaster.ac.uk/jais/volume/volume3.htm>>. Acesso em: 13-10-2016.

PARDO, Emma. Compare and contrast influence on English of the Scandinavian Languages and French. *INNERVATE – Leading Undergraduate Work in English Studies*. University of Nottingham, vol. 1, p. 236-243, 2008-2009. Disponível em: <<https://www.nottingham.ac.uk/english/teachinglearning/innervate/innervate2008-09archive.aspx>>. Acesso em: 14-03-2016.

POUSSA, Patricia. The evolution of early standard English: the creolization hypothesis. *Studia Anglica Posnaniensia*. Poznan: Adam Mickie-

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

wicz University, vol. 14, p. 69-85, 1982. Disponível em: <[http://ifa.amu.edu.pl/sap/studia\\_anglica\\_posnaniensia\\_14](http://ifa.amu.edu.pl/sap/studia_anglica_posnaniensia_14)>. Acesso em: 17-10-2016.

TRIPS, Carola. *From OV to VO in Early Middle English*. Estugarda: John Benjamins, 2002.

**A TÉCNICA DE TRABALHOS BEM BELOS:  
A TECELAGEM E SEU VOCABULÁRIO CORRELATO  
NA ÉPICA GREGA<sup>30</sup>**

*Marina Pereira Outeiro (UFRGS)*  
[marina\\_outeiro@hotmail.com](mailto:marina_outeiro@hotmail.com)

**RESUMO**

O presente artigo consagra-se ao estudo das práticas relativas à tecelagem e ao vocabulário a ela associado, conforme expresso na poesia épica grega. Inicialmente, investiga-se a técnica da tecelagem tal como se supõe que fosse praticada na Grécia homérica (século VIII a.C.), a partir de dados fornecidos pelo aporte arqueológico e textual, destacando-se a tecelagem realizada por Penélope, a filha de Icário. Nessa primeira etapa, são considerados os conceitos de história nova, gênero, arqueologia de gênero e arqueologia clássica. Em seguida, é arrolado um conciso repertório lexical referente à arte de tecer, extraído da épica grega, isto é, os poemas homéricos e hesiódicos e os hinos homéricos. Para tanto, são privilegiados dicionários etimológicos e bases de dados que disponibilizam textos antigos, especialmente gregos e latinos.

**Palavras-chave:** Épica grega. Arte da tecelagem grega. A figura de Penélope.

**1. Questões preliminares**

Dentre as atividades femininas retratadas pelos poemas homéricos<sup>31</sup>, merecem destaque os trabalhos exercidos junto ao tear e aqueles relacionados a suas atribuições acessórias, como a fiação e o bordado. Em seus cantos, Homero descreve como as esposas e as filhas dos heróis, assim como as deusas, dedicavam grande parte do dia ao exercício da tecelagem, fiando, tecendo e bordando com as próprias mãos, fosse solitariamente ou na companhia de escravas ou amigas.

A prática da tecelagem não se limitava a um mero entretenimento feminino, adequado especialmente às mulheres da nobreza. O produto fi-

---

30 Agradeço as contribuições da professora Luciana Malacarne, fundamentais para a realização desta pesquisa. Este artigo foi desenvolvido a partir da dissertação de mestrado, intitulada "A Filha de Icário, Penélope Bem-Ajuizada": *A métis e a kléos* da rainha tecelã de Homero (2017).

31 A *Iliada* e a *Odisseia* são frutos da tradição oral grega que, atribuídas ao *aedo* Homero, teriam sido consolidadas durante século VIII a.C. Os épicos narram de forma poética as realizações e conquistas dos ilustres ancestrais gregos, os reis e os príncipes que interagiam com os deuses olímpicos enquanto lutavam na guerra contra Troia.

nal da fiação e da tecelagem, o tecido, prestava-se a muitas finalidades para além da necessidade imediata do vestuário do grupo familiar. John Scheid e Jesper Svenbro (2010, p. 15) registram o caráter metafórico da tecelagem e do tecido, privilegiando o campo político, conjugal e poético:

Entre as representações que os gregos fizeram do social, dos laços entre os homens e da coesão do grupo humano, e até mesmo da cidade, há uma talvez mais do que todas as outras, que parece fabricar o social: a tecelagem. Doméstica ou política, profundamente ritual, a tecelagem opera um conjunto de noções suscetíveis de se inscreverem na memória coletiva, assim como tantos outros gestos que permitem apreender o social, tocá-lo.

Para os autores, o ato de tecer fornece aos homens e às mulheres um paradigma compreensível, esquadrinhando noções sobre a essência da coesão social, tanto em termos familiares quanto cidadãos. Os estudiosos assinalam como a tecelagem evidencia as possibilidades e as pretensões para se pensar a vida mediante um regime comunitário, uma vez que essa atividade remete à unificação, especialmente a elementos que devem ser unidos.

Especialmente na *Odisseia*, é possível destacar a presença de várias passagens e personagens vinculadas à prática da tecelagem. No canto inicial, Telêmaco exorta Penélope a cuidar dos afazeres “do tear e da roca” e a ordenar a execução do mesmo trabalho às criadas (HOMERO, 2014, 1, 357). Na sequência do poema, o deus Hermes, ao chegar à ilha de Ogígia portando uma mensagem de Zeus, encontra a deusa Calipso “cantando com bela voz, ativa junto ao tear” (HOMERO, 2014, 5, 61-2). Arete, a rainha dos feácios, por sua vez, “junto à lareira, à luz do fogo, volteando fios púrpura na roca, assombro à visão, reclinada contra a coluna; criadas sentam-se atrás dela” (HOMERO, 2014, 6, 305-7), e mais adiante os companheiros de Odisseu, explorando a ilha de Aiaie, ao se aproximarem do palácio de Circe, vislumbram a deusa junto ao pórtico, “cantando com bela voz, ativa junto ao grande tear imortal”. (HOMERO, 2014, 10, 221-2)

Dominar as perícias necessárias à confecção de tecidos se constituía ao mesmo tempo em um dever e uma virtude exigidos pela norma social a todas as mulheres gregas. A tecelagem despontava como a única habilidade que Palas Atena ensinou a Pandora: criada com a finalidade de ser um mal que encantasse o espírito, a primeira mulher foi instruída pela deusa unicamente na arte de tecer urdiduras. (HESÍODO, 2012, p. 64)

A tecelagem era uma atividade cotidiana cujo produto final era um artefato indispensável para suprir uma das necessidades mais básicas da vida, a vestimenta. Cabia às mulheres a responsabilidade de prover os tecidos que seriam usados como trajes, roupas de cama, mantos para o mobiliário, sudários.

Sob a égide da corrente teórica denominada História Nova, que propõe novos enfoques, métodos e campos temáticos, observa-se o alargamento do campo de interação entre a história e as outras ciências sociais. O contato com outras disciplinas e o alargamento documental coincidiram com o interesse da Nova História por recortes temáticos considerados pelos historiadores tradicionais, até então, como secundários, consoante registra Peter Burke (2011, p. 11):

nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo [...], a feminilidade [...], a leitura [...], a fala e até mesmo o silêncio.

Nesse sentido, o termo “gênero” aplicado à mulher passou a ser usado com o intuito de conferir ilustração e respeitabilidade aos trabalhos acadêmicos consagrados a desvelar a história das mulheres. A preferência por essa expressão se destinava à conveniência do repertório das ciências sociais, enquanto, aparentemente, indicava um rompimento com as políticas feministas. Entretanto, Joan Wallach Scott (1995, p. 75) salienta que o termo implica a noção de que qualquer informação sobre as mulheres se relaciona diretamente com informações sobre os homens:

Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior.

O conceito de gênero evidencia um processo cultural que determina a natureza dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres e influencia decisivamente a construção social das subjetividades designadas para os sexos. A historiadora sustenta que o gênero se constitui em uma categoria social infligida sobre um corpo sexuado, de modo que propicia a diferenciação das práticas sexuais das funções outorgadas às mulheres e aos homens.

As personagens femininas dos épicos homéricos foram estudadas por Andromache Karanika. A autora destaca que, dentre elas, Helena foi

retratada na *Ilíada*<sup>32</sup> tecendo uma tapeçaria. A professora observa que a “tecelagem, enquanto uma atividade distintamente feminina, está associada com ela nesta cena, estabelecendo sua vida doméstica e o direito ao seu espaço”. (KARANIKÁ, 2014, p. 25)

A arqueologia de gênero busca associar os conceitos de “espaço” e “mulher”, assumindo que as mulheres necessitam redefinir sua identidade, e, para tanto, propõe os parâmetros sobre os quais essa identidade se constrói: o tempo e o espaço. De acordo com Ruth Falco Martí, as mulheres eram estimuladas a priorizar o espaço, não somente em virtude de sua responsabilidade para com o cuidado da prole, mas igualmente para zelar pelo grupo social, compromisso que implicava a execução das tarefas de manutenção da vida diária, como o preparo de alimentos e a confecção dos tecidos para o vestuário:

Devemos pensar que o “espaço” é uma dimensão estática, enquanto o “tempo” é uma dimensão dinâmica e, em razão desses dois conceitos, podemos classificar as identidades do homem e da mulher. Os homens fazem seu modelo de realidade construído sobre a prioridade do parâmetro “tempo”, enquanto as mulheres mantêm uma percepção da realidade sobre o parâmetro mais estático, o espaço. [...] A identidade do gênero feminino manteve a preferência do “espaço” como eixo construtor da realidade, enquanto a identidade de gênero masculina deu prioridade ao “tempo”. (MARTÍ, 2003, p. 205, tradução nossa)

A consolidação de uma identidade feminina foi estabelecida mediante o desenvolvimento de um papel afetivo e expressivo, bem como através da vinculação das mulheres ao espaço físico, e, em virtude dessas premissas, as mulheres passaram a ser automaticamente associadas ao âmbito doméstico e seus afazeres.

Os trabalhos junto à roca e ao tear despontavam como ofícios próprios das mulheres, sobretudo daquelas de ascendência nobre, uma vez que tais práticas remetiam ao enclausuramento doméstico, uma medida que, ao mesmo tempo, contribuía para a manutenção da fidelidade conjugal feminina. Remetendo-se aos trabalhos de Eva C. Keuls, Kathryn Sullivan Kruger (2001, p. 53) aponta que

aprender a fiar e tecer se caracterizava como “um elemento importante na aculturação da mulher [...], o segundo em importância, perdendo apenas para o casamento”. A tecelagem assegurava que as mulheres permanecessem dentro da casa, na segurança incontestada da *gynaikonitides*, ou seja, os aposentos pri-

---

32 “Teci uma urdidura, cor de pórforo, ampla, dupla trama. Bordava nela os muitos prélios que os domacorcéis Troicos e os Aqueus de veste brônzea, à discríção de Ares por ela pugnavam” (*Il.* 3.12)

vados das mulheres.

Mesmo que a presença física das mulheres não fosse admitida fora da esfera privada, o trabalho feito por suas mãos poderia circular publicamente, com os mais diversos fins.

O exame dos épicos de Homero, da obra hesiódica e dos hinos homéricos evidencia diferentes usos do vocabulário grego relacionado à tecelagem: além de serem empregados diferentes termos para significar "fiar", "tecer", "tramar" etc., o sentido de tais vocábulos ultrapassa o valor concreto dessas atividades. Embora considerada enquanto competência essencialmente feminina, a relevância da tecelagem ocasionou a propagação de seus termos correlatos, que passaram a ser empregados para referir atividades de natureza mental, política, social e cultural, tomando a aparência de metáforas para qualificar pensamentos e intenções astuciosas, ofícios que demandavam habilidades, e para aludir temas como o destino, a vida e a morte e os poderes invisíveis que influenciavam a sorte dos homens e mulheres da Grécia.

Nesse sentido, foi elaborado um conciso léxico de termos gregos referentes à tecelagem, composto de sete verbos e seis substantivos encontrados no texto homérico. Tais palavras foram então introduzidas no *Diogenes*, uma excelente ferramenta de busca e navegação em bases de dados de textos antigos, principalmente latinos e gregos, que são publicados pelo *Thesaurus Linguae Graecae* e o *Packard Humanities Institute*. A pesquisa foi limitada aos textos da épica grega, isto é, às obras de Homero e Hesíodo e aos hinos homéricos – obras do *corpus* da língua grega que se enquadram no período de tempo em que se concentra a presente investigação.

Isso posto, as palavras arroladas para esta pesquisa foram: *analyō* (ἀναλύω)<sup>33</sup>, *ēlakátē* (ἤλακάτη)<sup>34</sup>, *hyphainō* (ὑφαίνω)<sup>35</sup>, *dólos* (δόλος)<sup>36</sup>, *histós* (ἱστός)<sup>37</sup>, *mēdos* (μῆδος)<sup>38</sup>, *mētis* (μητις)<sup>39</sup>, *mýthos* (μῦθος)<sup>40</sup>, *klō-*

33 Consoante o *Dicionário Grego-Português*, (MALHADAS; DEZOTTI & NEVES, 2006, v. 1, p. 62), 'desligar; desatar; soltar'.

34 *Ibidem* (v. 2, p. 196), 'roca; fuso da roca'.

35 *Ibidem* (v. 5, p. 189), 'trabalhar no tear; tecer; urdir'.

36 *Ibidem* (v. 1, p. 249), 'engenho enganador; armadilha; maquinação engenhosa; embuste'.

37 *Ibidem* (v. 2, p. 244), 'eixo de um tear'.

38 *Ibidem* (v. 3, p. 172), 'pensamento; designio; intenção'.

*thō* (κλώθω)<sup>41</sup>, *nēō* (νέω)<sup>42</sup>, *plékō* (πλέκω)<sup>43</sup>, *strōpháō* (στρωφάω)<sup>44</sup>, *toly-peúō* (τολυπεύω)<sup>45</sup>.

Inicialmente, buscou-se vertê-las ao português e cotejar suas nuances semânticas por meio do uso dos dicionários de Daisi Malhadas, Maria Celeste Consolin Dezotti e Maria Helena de Moura Neves (2010), Henry George Liddell, Robert Scott e Henry Stuart Jones (disponível no próprio *Diogenes*) e Anatole Bailly (2000). Em seguida, procedeu-se à análise etimológica e filológica de tais vocábulos, com o auxílio dos dicionários etimológicos de Pierre Chantraine (1999) e Robert Beekes (2010), a fim de determinar, se possível, sua origem indo-europeia ou não, sua ancestralidade e a eventual presença de suas raízes formadoras em outros idiomas (no latim, por exemplo). Com efeito, a partir da análise das raízes dos termos, foi possível apreender os sentidos mais primitivos implícitos em tais vocábulos, como será exposto a seguir.

## 2. A produção têxtil: ponderações sobre a tecelagem

As mulheres detinham o domínio de todo o processo produtivo que envolvia a atividade têxtil. A laboriosa execução desse ofício demandava a participação de duas ou mais executantes, como salienta Fábio de Souza Lessa (2004, p. 44):

A tecelagem, além de ser uma atividade virtuosa para a esposa, se constituía em uma tarefa que pressupunha, quase sempre, um grupo para a sua realização; isso porque as esposas, exercendo tal atividade em conjunto, formavam uma equipe eficiente, e com isso produziam mais que se estivessem atuando em separado. [...] Sue Blundell enfatiza, indiretamente, a necessidade de um grupo para a realização das atividades da tecelagem, ao afirmar ser necessário um período de seis semanas para uma mulher produzir material suficiente para a confecção de um *péplos* ou de um *chitón*.

---

39 *Ibidem* (v., p. 174), 'sabedoria; prudência; habilidade'.

40 *Ibidem* (v. 3, p. 185), 'palavra; discurso; matéria de um discurso; discurso; narrativa'.

41 *Ibidem* (v. 3, p. 78), 'fiar; tecer'.

42 *Ibidem* (v. 3, p. 197), 'fiar'.

43 *Ibidem* (v. 4, p. 91), 'trançar; entretecer; entrelaçar; tramar'.

44 *Ibidem* (v. 5, p. 42), 'virar e revirar; virar continuamente'.

45 *Ibidem* (v. 5, p. 134), 'enrolar em novelo de lã, em fuso'.

Fábio de Souza Lessa igualmente destaca que, no decorrer dessa convivência exigida pela prática laborativa, havia um incentivo para o processo de interação social entre as esposas, as filhas e as demais mulheres do espaço doméstico. A senhora da casa, em se tratando de um *oikos* próspero, poderia contar com o auxílio de suas escravas, além de, no caso de ter filhas, também instruí-las nos trabalhos do tear. Em famílias menos abastadas, era possível que mulheres externas ao círculo doméstico nuclear, como irmãs, sogras, cunhadas ou vizinhas, contribuíssem para a execução desses afazeres.

Antes de manipular o tear, era preciso adquirir o fio que seria transformado em tecido. Um dos materiais mais usados para a sua confecção era a lã ovina. Nessa etapa produtiva da confecção têxtil, a única fase que contava com o auxílio masculino, era necessária a tosquia do pelo do animal. Após a tosquia, tinha início o esforço feminino para limpar e lavar manualmente a lã em estado bruto.

Em seguida, prosseguia-se com a cardação, ou cardagem, processo em que as fibras eram desemaranhadas, permitindo a retirada completa de eventuais impurezas. Durante a cardação, comumente as mulheres utilizavam um instrumento chamado *epínetron*, que, segundo Maria Angélica de Souza (2005, p. 66), encaixava-se entre o joelho e a coxa da fiandeira e possuía uma face superior áspera, em forma de concha, para erçar, amassar a lã e facilitar o trabalho de puxar, enrolar e correr com o fio que estava sendo fiado. O uso dessa ferramenta eliminava os nós, separando as fibras e deixando a lã pronta para a fiação.

Uma vez adquirida e beneficiada a matéria-prima, as mulheres passavam à etapa seguinte da produção têxtil, a fiação. Essa atividade demandava o manejo de certas ferramentas básicas, segundo a listagem de Fábio de Souza Lessa (2004, p. 45): “o cesto para a lã – *kálathos* –, um fuso de prata e um de madeira e três pesos para dar tensão ao fio”. O autor destaca que esses objetos eram leves, portáteis e facilmente deslocáveis. Essas condições permitiam a realização dessa tarefa em outros ambientes domésticos, além dos aposentos femininos.

O fuso era um instrumento cilíndrico feito de madeira ou metais como prata ou ouro. Na parte superior, havia um pequeno gancho por onde se passava a fibra, abaixo do qual estava o contrapeso, uma estrutura em formato redondo que servia para dar estabilidade ao fuso. Logo depois do contrapeso, estava a haste, conforme registra William Smith (1875, s.v. “fusus”):

O fuso era um bastão de 25 ou 30 centímetros de comprimento, tendo numa ponta uma fenda ou presa (*dens*, ἄγκιστρον), na qual se fixava o fio, de modo que o peso do fuso pudesse continuamente puxar para baixo o fio enquanto ele era formado. A extremidade inferior inseria-se em uma pequena roda chamada de espiral (*vorticellum*), feita de madeira, pedra ou metal, destinada a manter o fuso mais estável e fazê-lo girar. (Tradução nossa)

A constituição do fuso, isto é, seu tamanho e seu peso, dependia da espessura do fio que a fiandeira desejava obter, porém as dimensões do instrumento invariavelmente se adequavam ao manejo da mão feminina, de modo que a fiandeira pudesse empunhá-lo com facilidade, torcendo o fio completamente, sem deixar o fuso cair.

Analisando o método de fiação manual utilizado pelas atuais fiandeiras das regiões mediterrâneas, os arqueólogos Ian Jenkins e Sue Bird (1979-1982, p. 3-4) defendem que a prática empregada pelas mesmas pouco difere da técnica utilizada pelas mulheres da Grécia Antiga:

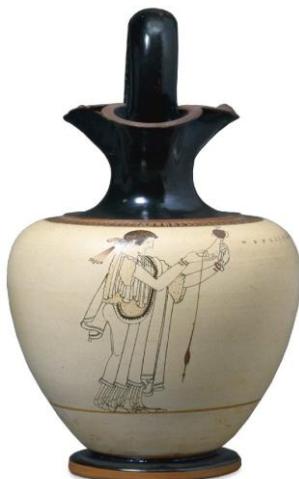
A fiandeira toma uma pequena porção de lã previamente fiada para servir como corda guia e a amarra na ponta do fuso. Segurando o fuso numa mão, ela põe a ponta não amarrada da corda guia sobre fibras de lã previamente alisadas ou desemaranhadas, que ela segura na outra mão. Ela então suspende o fuso pela ponta da corda guia e começa a girá-lo. A ação rotatória do fuso é mantida e regulada pelo peso da espiral. A ponta da corda guia torce-se e agarra as fibras de lã. A fiadora envolve mais uma porção das fibras com os dedos, e elas são transformadas em fio pela ação do fuso. À medida que a rotação continua, o comprimento do fio recém-fiado aumenta até finalmente o fuso alcançar o chão. A rotação é interrompida, e a mulher enrola o novo fio sobre a haste do fuso. Ela deixa desenrolada a última porção do fio e, suspendendo o fuso a partir deste, como antes, continua fiando até que o fuso fique cheio. (Tradução nossa)

A fiandeira separava um pedaço de lã ou outra fibra têxtil e o enrolava com os dedos, até obter um cordão ou “corda guia”, que era amarrada na haste do fuso, passada em uma fenda do contrapeso e, por fim, enlaçada no gancho. Fixada dessa maneira, a corda guia permitia à fiandeira deixar o fuso suspenso no ar e assim, girá-lo (como um pião). Depois a fiandeira enrolava um pedaço de lã na parte superior da corda guia e girava a haste do fuso, criando um movimento circular ascendente que torcia a lã.

Conforme o fio era fiado e crescia em comprimento, a fiandeira o tirava do gancho e o enrolava na haste do fuso. Assim, ela soltava mais um pouco de lã que estava atada na extremidade superior da corda guia, prendia novamente uma parte do fio no gancho e tornava a girar o fuso, repetindo todos os movimentos até fiar toda a quantidade de lã que tives-

se à disposição ou de que necessitasse.

Ao examinar a imagem estampada em um *oinokhóē*, atribuída ao pintor de Brygos<sup>46</sup>, Fábio de Souza Lessa (2004, p. 51) descreve os procedimentos de uma fiandeira: “no centro da imagem temos uma mulher de pé, segurando com a mão a roca – *ēlakátē*. O polegar e o dedo indicador da direita seguram o fio – *ēlákata* – enquanto o fuso – *átraktos* – gira de modo a puxá-lo para baixo. Observamos que a ponta do fio foi amarrada em um peso, de modo a mantê-lo em constante tensão”. Segundo o professor, a roca poderia ser utilizada em conjunto com o fuso, com a mesma finalidade, isto é, a prática da fiação.



**Fig. 1 – Fuso e Roca**

Evidentemente, o manuseio desses dois objetos demandava concentração e perícia. Igualmente Ian Jenkins e Sue Bird (1979-1982, p. 4) afirmam que a fiação poderia ser feita com o auxílio da roca, destacando que esta poderia ser constituída de “um cabo de madeira ou de metal, cuja extremidade possuía o formato de uma espiga, para prender a lã de um puxador a outro”.

De acordo com William Smith, a roca se constituía em um ins-

---

46 Disponível em:

[http://www.britishmuseum.org/research/collection\\_online/collection\\_object\\_details.aspx?objectId=399971&partId=1&searchText=Brygos&page=1](http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=399971&partId=1&searchText=Brygos&page=1). Acesso em: 3-07- 2016.

trumento complementar ao fuso e, à sua semelhança, possuía uma estrutura delicada, permitindo que a fiandeira o segurasse debaixo do braço oposto ao que sustentava o fuso. As rocas poderiam ser confeccionadas tanto com materiais comuns e de maneira singela, como de maneira artística, mediante o uso de metais nobres, como o ouro; essas diferenças materiais eram relativas à condição social da fiandeira que usava o instrumento:

A roca, aproximadamente três vezes mais comprida do que o fuso, forte e grossa em proporção, geralmente era um bastão ou um junco com uma expansão próxima ao topo para segurar a roda. Às vezes era ornamentada e feita de materiais preciosos. [...] Rocas douradas são atribuídas, por Homero e Píndaro, às deusas e outras mulheres de notável dignidade, que eram chamadas χρυσήλακτοι (*khryselákatoi*). (SMITH, 1875, s.v. “fusus”; tradução nossa)

Cenas de mulheres manuseando a roca e o fuso, bem como diversas temáticas alusivas ao universo feminino, foram registradas em profusão pelos artistas gregos em vasos de cerâmica, conforme exemplifica o *oinokhōē* anteriormente referido. Sylvia Constant Vergara argumenta sobre as possibilidades de análise depreendidas a partir dos registros iconográficos para a reformulação dos conceitos relativos ao papel desempenhado pelas mulheres na sociedade grega.

Os estudos da iconografia presente na cerâmica instigam numerosas questões e demandam cautela interpretativa. Sylvia Constant Vergara destaca três dicotomias interligadas entre si<sup>47</sup>, registradas nos campos da arqueologia e das artes, uma vez que esses limites seriam imperceptíveis tanto para o pintor como para o público da antiguidade grega:

Em muitos vasos, inclusive naqueles que retratam o feminino, não temos condições de traduzir a intenção do pintor. Queria registrar uma cena diária ou representar uma narrativa mítica? Queria representar uma mulher comum ou uma Musa? Uma Musa ou a poetisa Safo? Esse é um dos pontos nos quais percebemos uma necessária mudança de modelos de interpretação iconológica. (VERGARA, 2008, p. 152-153)

Em seus estudos de cenas de mulheres tocando instrumentos musicais no interior do gineceu, uma vez ausentes elementos que possam conotar uma presença divina, Sylvia Constant Vergara privilegia identificá-las como episódios humanos de divertimento musical.

O despontar do repertório iconográfico oriundo da cerâmica como

---

47 Conforme o autor (VERGARA, 2008, p. 152): “1.ª) realismo e idealismo; 2.ª) temática humana/cotidiana e temática mitológica; 3.ª) sentido denotativo e sentido conotativo”.

instrumento de análise para historiadores e historiadoras dedicados às investigações referentes ao papel feminino na sociedade grega figura entre as vantagens provenientes da aproximação disciplinar entre a história antiga e a arqueologia clássica.

A origem do interesse pelos vestígios arqueológicos legados pelas culturas clássicas, isto é, grega e romana, pode ser esquadrihada desde o Renascimento, através da coleção de obras de arte produzidas nas antigas Grécia e Roma. Todavia, a redescoberta de cidades como Roma, Pompeia e Herculano, mediante escavações praticamente desprovidas de suporte científico, impulsiona definitivamente o surgimento da disciplina, como aponta Pedro A. Funari (2004, n.p.):

A arqueologia clássica como uma atividade acadêmica derivou da Filologia e era, normalmente, praticada em instituições devotadas aos estudos clássicos. Em muitos lugares, a arqueologia e a história da arte foram consideradas como temas gêmeos, já que o estudo dos restos materiais do mundo antigo concentrou-se, em primeiro lugar, na grande arquitetura, escultura e pintura.

O professor destaca que, em seus primórdios, a disciplina se encontrava profundamente vinculada às pretensões imperialistas de países como Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e Alemanha, que, conseqüentemente, fundaram proeminentes institutos dedicados aos estudos arqueológicos clássicos. Cientes das origens políticas perpassadas por questões de identidade nacional, os atuais estudiosos da Arqueologia Clássica se dedicam à análise do campo discursivo e epistemológico da disciplina, procurando compreender como se estabelecem os objetos de conhecimento dessa matéria.

A princípio, a arqueologia clássica privilegiava objetos artísticos vultosos, como estatuária, padrões arquitetônicos e composições mosaicas monumentais, enfim, artefatos que remetiam ao fausto e à grandiosidade da cultura greco-romana, e concentrava suas pesquisas de campo essencialmente na Grécia e na Itália. Contudo, mediante a progressiva renovação disciplinar experimentada pela disciplina, os pesquisadores passaram a trabalhar ao longo de toda a extensão do Mediterrâneo, bem como em regiões do norte-europeu, e a valorizar artefatos outrora desprezados, isto é, objetos cotidianos como ânforas, tijolos e mesmo uma infinidade de itens em bronze.

Nas últimas décadas, numerosas pendências assombraram os pesquisadores clássicos, especialmente os arqueólogos desse campo, em vista do questionamento acerca da relevância dos estudos do mundo antigo, segundo destaca Mark D. Groover (2002, p. 122):

O latim e grego foram ensinados para alunos em escolas elitizadas, e o mundo clássico foi idealizado como um modelo para potências imperialistas modernas. No entanto, os estudiosos clássicos têm sido marginalizados na sociedade, pois impérios já não existem, nem mesmo se encontram em voga, e a arqueologia clássica tem sido desafiada por colegas arqueólogos que a consideram uma disciplina conservadora e, em grande parte, fora de contato com a ciência moderna. (tradução nossa)

Mark D. Groover assinala que, mesmo em face de percalços, os arqueólogos clássicos têm-se empenhado para interagir com as tendências pós-processualistas, isto é, a ênfase na subjetividade da interpretação das evidências arqueológicas. O antropólogo igualmente registra que o interesse pelos pressupostos filosóficos e discursivos das teorias pós-modernas progressivamente se consolida entre os arqueólogos classicistas.

Diante dos desafios lançados à arqueologia clássica, Pedro A. Funari (2004, n.p.) destaca que “as perspectivas da disciplina dependem de sua capacidade de interagir com as novas realidades”, e que, para tanto, é fundamental a colaboração com arqueólogos dedicados ao estudo de outras civilizações e culturas.

As contribuições da arqueologia clássica expressas na análise iconográfica dos vasos de cerâmica grega proporcionam uma maior visibilidade do universo feminino da Grécia Antiga, em resposta ao modelo anterior de interpretação, que disseminava a noção de que era permitida às mulheres uma participação ínfima na vida da comunidade, à exceção de algumas festividades cívicas e religiosas, como afirma Sylvia Constant Vergara (2008, p. 157):

Como sustentação cotidiana desta ideologia, a mulher seria por total analfabeta, passaria seus dias na reclusão do gineceu, ausente do mundo do trabalho e das atividades intelectuais e artísticas que notabilizaram a Antiguidade grega aos olhos de seus contemporâneos e da posteridade. Este modelo pressupõe uma equivalência entre os discursos misóginos, presentes na literatura ficcional e científica antiga, e as práticas sociais, entendendo que, na “realidade social”, a vida da mulher reproduziria alguns axiomas filosóficos e morais que determinavam a exclusão feminina.

O professor enfatiza que a iconografia cerâmica revela testemunhos provocativos e contrários aos discursos e práticas generalizadas de menosprezo à contribuição feminina, cobrando do pesquisador uma reinterpretação dessa documentação escrita. Sylvia Constant Vergara salienta que as temáticas iconográficas relativas ao exercício da música, bem como as rotinas educativas e laborais vivenciadas no gineceu, fornecem elementos únicos para a reflexão sobre os papéis femininos e as relações

entre os gêneros na Grécia Antiga.

Ainda que o recorte temporal dos trabalhos da professora Sylvia Constant Vergara – o século V a.C. – seja posterior ao período privilegiado por esta investigação, seus argumentos no sentido de ressignificar o espaço e as tarefas femininas são relevantes para serem aqui considerados, uma vez que se pretende estabelecer o mesmo procedimento à realidade das mulheres representadas nos épicos homéricos.

Na *Odisseia*, os trabalhos femininos de fiação são retratados com maior proeminência. Como destaca Andromache Karanika (2014, p. 31), as mulheres homéricas poderiam ser admitidas em ambientes masculinos enquanto fiavam com a assistência de suas servas. Por exemplo, pode-se testemunhar Helena irrompendo em meio à audiência entre o rei Menelau, Telêmaco e Pisístrato, enquanto duas servas preparam sua cadeira e uma terceira lhe entrega uma roca dourada carregada de lã roxa e uma cesta prateada com rodas e acabamentos dourados (HOMERO, 2014, 4.120-135). Arete, por sua vez, toma assento entre Alcínoo e seus convivas, em companhia de criadas, enquanto manipula a lã na roca (HOMERO, 2014, 6, 305-307). Outra situação que retrata a presença feminina no meio masculino é descrita na passagem em que Telêmaco, após retornar de Esparta, partilha uma refeição com o companheiro Peiraio, sendo atendido pelas servas, enquanto Penélope se senta defronte, “junto ao pilar do salão, reclinada na cadeira, volteando os finos fios”. (HOMERO, 2014, 17, 96-97)

Na *Odisseia*, as referências ao trabalho de fiar realizado pelas rainhas, cercadas por suas servas, denotavam refinamento e mesmo certa espetacularidade:

o requinte dos próprios materiais, o ouro e a prata, vinculados aos instrumentos de trabalho, a púrpura e a macieza dos tecidos à raridade dos produtos confeccionados, consagrou o retrato de um requinte que transformava o trabalho em passatempo elegante e em promoção social. (SILVA, 2007, p. 183)

Utensílios como fusos e rocas feitos de metais preciosos e a confecção de delicados tecidos também eram associados às deusas, pois nem mesmo as mulheres divinas se furtavam aos trabalhos têxteis.

Uma vez cumprida a etapa da fiação, as mulheres passavam à fase seguinte da produção têxtil, a tecelagem, uma atividade realizada através da manipulação do tear. O modelo de tear mais utilizado na Grécia era o tear vertical, constituído de duas barras verticais, que ficavam em um leve ângulo com relação ao plano vertical, e uma barra horizontal ou barra

da roupa, da qual pendiam cordas tecidas de considerável espessura, cujas extremidades inferiores possuíam pesos. O tear ficava recostado contra uma parede, e sua dimensão estrutural influenciava as medidas do tecido nele confeccionado.

Para fins ilustrativos, convém destacar o repertório iconográfico da cerâmica grega, de modo a proporcionar uma dimensão figurativa da possível estrutura física do tear vertical. Como exemplo, pode-se mencionar um *skýphos*<sup>48</sup> ("copo", "vasilha") beócio, datado de 450-420 a.C., que apresenta figuras negras. Embora o artefato tenha sido produzido no período clássico e, portanto, não compreenda a cronologia privilegiada por esta investigação, seu suporte iconográfico fornece um significativo retrato do tear vertical.



**Fig. 2 – Tear vertical**

Por se tratar de um recipiente no formato de uma tigela funda, o *skýphos* possui duas faces, ambas portando figuração artística trabalhada em tinta negra. Numa das faces, tem-se a representação de uma mulher oferecendo uma taça a um homem que está de cócoras, e folhas de videira decoram um ambiente que aparenta ser interno. À esquerda da mulher que oferta a taça, está o tear vertical. Esta cena, apesar de seu estilo considerado grotesco<sup>49</sup>, é comumente associada ao encontro entre Circe e Odisseu, especificamente no momento em que a deusa oferece ao herói a taça que contém suas drogas mágicas. (HOMERO, 2014, 10, 315-318)

---

48 Disponível em:

[http://www.britishmuseum.org/research/collection\\_online/collection\\_object\\_details.aspx?objectId=399970&partId=1&searchText=circe+and+odysseus&page=1](http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=399970&partId=1&searchText=circe+and+odysseus&page=1). Acesso em: 3-7-2016.

49 O referido *skýphos* insere-se na categoria dos vasos *cabeiros*. Consensualmente, os pesquisadores dedicados à análise da iconografia que caracteriza os vasos *cabeiros* admitem o predomínio de elementos caricaturais e grotescos na composição das imagens e concentram seus esforços em identificar o sentido das cenas registradas.

O próprio sistema vertical que caracterizava a estrutura desse tipo de tear era responsável por manter esticada a urdidura, isto é, os fios posicionados de cima para baixo, devido à ação dos pesos atados na parte inferior das cordas tecidas que estavam amarradas na barra horizontal superior. O tipo e a quantidade dos pesos condicionavam diretamente o tipo do tecido que seria produzido no processo de tecelagem. Sobre a singularidade desse sistema, observa Diane Lee Carrol. (1987, p. 97)

em um estudo anterior sobre a tecelagem na Grécia, postulei, com base nas figuras de teares na arte grega arcaica, que os tecelões gregos montavam seus teares com pesos amarrados em meadas ou embrulhos de urdiduras, várias urdiduras finalizadas em meadas e cada peso anexado em uma determinada meada.

Uma vez posicionada diante do tear vertical, a tecelã iniciava seus trabalhos, confeccionando primeiramente a urdidura, ou seja, os fios verticais, para depois preparar a trama, ou seja, os fios horizontais, que eram então passados por baixo ou por cima dos fios do urdume. As particularidades dessas duas etapas e sua relação com a fiação e a tecelagem são salientadas por John Scheid e Jesper Svenbro (2010, p. 28):

Do mesmo modo, a fiação, produzindo a urdidura e a trama, não poderia se confundir com a tecelagem. Com a moagem e o remendo, são artes que “disputam com a tecelagem o privilégio de cuidar e de fabricar as vestimentas”. A *talasiourgiké* (o “trabalho com a lâ”) compreende todas essas artes, mas ela se divide em duas, conforme separam ou reúnem: a cardagem separa, a fiação reúne; e, coisa importante, a tecelagem faz os dois, considerando que a lançadeira separa inicialmente urdidura e trama, para juntá-las em seguida em um tecido.

Os autores destacam que a tecelagem conjugava as técnicas da cardagem e da fiação para, em seguida, separar e voltar a unir fios de diferentes direcionalidades. Essa técnica se configurava em um tipo de arte capaz de unificar formas de arte aparentemente contrárias, mas que sob seus auspícios se tornavam complementares. A tecelã gradualmente harmonizava os fios horizontais com os fios verticais, do topo até o fim do tear, e assim obtinha o tecido com o auxílio da lançadeira, uma peça de madeira plana, que possibilitava conduzir de um lado ao outro do tear através dos pequenos espaços (calas) existentes entre os fios da trama.

Sobre as características dos tipos de peças têxteis que eram produzidas no tear vertical, convém averiguar os apontamentos de Margarita Gleba e Joanne Cutler (2010, p. 166), ainda que as autoras analisem um período anterior ao século VIII a.C.:

A fibra e o tipo de fio usado, com o tipo de tecedura, afetavam a natureza

do tecido produzido. Porém, como poucos tecidos da Idade do Bronze egeia foram preservados, existe uma pequena evidência material para os tipos de tecidos que foram manufaturados. Os poucos tecidos sobreviventes da Idade do Bronze egeia se constituem em equilibrados tafetás, com uma contagem média de fios de 15-20 fios/centímetro, tecidos em sentido S e Z para cada dois fios chapados. A matéria-prima utilizada era principalmente o linho, apesar de também terem sido identificados urtiga e pelo de cabra. (Tradução nossa)

Os tecidos produzidos no tear vertical apresentavam uma estrutura semelhante ao tafetá, pois também seguiam o método do trançado, sendo resistentes e facilmente tingidos e lavados. As autoras também destacam que trabalhos da arqueologia experimental demonstraram que entre as características funcionais mais importantes do tear vertical estavam seu peso e sua espessura. Combinado ao tipo de fibra e de fio produzido, o peso e a espessura do tear vertical influenciavam a forma da tecedura e assim determinavam a natureza do tecido.

O tear vertical se configurava como um signo de interioridade devido a suas condições estruturais. A natureza das atividades realizadas através desse instrumento reforçava a perspectiva de que os trabalhos femininos deveriam ser efetuados sob a proteção do *oîkos*, pois “a tecelagem em grande escala requer um abrigo fixo, uma vez que o tear tende a ser grande e pesado e, portanto, difícil de transportar”. (SOUZA, 2005, p. 91)

Diferente dos instrumentos de fiação, cuja estrutura leve permitia um considerável deslocamento, o tear exigia espaço e fixidez, daí sua compatibilidade com o comportamento da esposa respeitável, que, ciosa de seus trabalhos com a lã, permanecia no aposento das mulheres para praticá-los.

A existência de um cômodo da casa destinado ao trabalho feminino, como por exemplo, as atividades relativas à tecelagem, não implica necessariamente a exclusão das mulheres da esfera social. O espaço de atividades de manutenção, tais como o ato de tecer, deve ser entendido como um lugar relacional, definido pelos conjuntos de interações humanas que definem essas práticas e auxiliam sua execução, conforme aponta Ruth Falco Martí (2003, p. 221):

A proposta de atividades de manutenção não pretende buscar as mulheres fora da esfera social, mas defender e demonstrar como é importante a criação cotidiana da vida nos grupos humanos. Evidentemente, não podemos falar de uma exclusividade feminina para esse tipo de atividade, quer dizer, não temos certeza de que no passado todas as atividades de manutenção tenham sido realizadas sempre por mulheres, mas é certo que eram associadas às mulheres.

A arqueóloga critica a teoria tradicional por esta ter idealizado a esfera doméstica, materializada no espaço da casa, como o local onde as mulheres realizam suas atividades. O espaço doméstico foi ajustado ao espaço privado, numa manifesta contradição à dimensão pública. Para Ruth Falco Martí, esse modelo se constitui de maneira declaradamente androcêntrica, pois, ao discriminar a atividade social em duas esferas, pública e privada, restringiu o espaço doméstico ao privado, situando-o fora da História.

Dessa maneira, as atividades de manutenção, ainda que imprescindíveis para a dinâmica da vida cotidiana, tanto em seus desdobramentos públicos como privados, poderiam ser habilmente manipuladas para inferiorizar a mulher e suas contribuições à comunidade, conforme a vontade masculina.

Na *Odisseia*, o aedo descreve rainhas e deusas trabalhando atarefadas no tear, com delicados e preciosos fios, confeccionando tecidos para as vestimentas da família e dos hóspedes. Calipso, ao despedir-se de Odisseu, além de banhá-lo, presenteia o herói com “vestes olorosas” (HOMERO, 2014, 5, 264). Durante a audiência com Odisseu, recém-chegado à corte dos feácios, a rainha Arete logo “reconhecera manto e túnica, ao ver as vestes belas que ela própria tecera com criadas mulheres” (HOMERO, 2014, 7, 234-235). Helena, rainha de Esparta, presenteou Telêmaco com um peplo confeccionado por ela mesma, como “lembrança das mãos de Helena para as bodas desejadas”. (HOMERO, 2014, 15, 126)

Dentre tantas personagens marcantes, “a filha de Icário, Penélope bem-ajuzada” (HOMERO, 2014, 1, 329) desponta como protagonista feminina da *Odisseia*, sendo exaltada por seus trabalhos ao tear, e a notoriedade de seus talentos, isto é, sua “técnica de trabalhos bem belos” (HOMERO, 2014, 2, 117), figurava entre as justificativas para a corte de seus pretendentes.

Penélope deixou o lar paterno na Arcanânia ainda jovem, para se tornar rainha da ilha de Ítaca ao desposar o herói Odisseu. Poucos anos após as núpcias, seu marido foi convocado para lutar em Troia e, diante da possibilidade de não regressar ao lar, encarregou Penélope de cuidar de seus pais e de seu palácio. Odisseu também aconselhou a esposa para que contraísse um segundo casamento quando Telêmaco, filho de ambos, atingisse a idade adulta.

Após dez anos de cerco a Troia, os gregos saíram vitoriosos, mas o retorno de Odisseu não se concretizava, e logo Penélope passou a ser considerada viúva. Em alguns anos, ela se viu cortejada por mais de uma centena de pretendentes advindos da sociedade itácia e das ilhas vizinhas. Penélope conseguiu frustrar o assédio dos jovens aristocratas por quase quatro anos, sob o pretexto de tecer uma mortalha para seu sogro Laertes, a qual ela destecia ao cair da noite, prorrogando assim sua finalização.

De acordo com Maria de Fátima da Silva (2007, p. 186-187), Penélope pode ser considerada a tecedeira mais famosa da Antiguidade, pois se valeu de suas habilidades no manejo da lã e do tear como um instrumento político, visando a proteger o trono do marido ausente do assalto ilegítimo dos pretendentes:

No *mégaron*, Penélope instalou um tear e "simulou" confeccionar um tecido "delicado e enorme". Ao contrário de Helena, cobriu as suas tarefas de razões de utilidade e de pragmatismo: a preocupação em preservar o fio para que se não desperdice, o objetivo de tecer a mortalha de Laertes, conferindo ao produto do seu trabalho o sentido de um dever doméstico, associa à soberana de Ítaca o traço talvez mais humanizado de uma vulgar dona de casa. E durante quatro anos manteve incólume o trono de Ulisses, no eterno fazer e desfazer da sua teia, que só a denúncia traiçoeira de uma escrava desmontou.

A autora destaca que Penélope expôs o produto de seu labor, pois, mesmo se considerarmos que a tecelagem do manto de Laertes servia aos interesses familiares, tal premissa não minimizava o fruto do trabalho feito pelas mãos de uma rainha. Orgulhosamente, Penélope ostentou aos seus pretendentes o tecido finalizado, que, após ter sido lavado, brilhava de modo a rivalizar com o brilho do sol e da lua (HOMERO, 2014, 24, 147-148). Penélope teceu por vários anos o destino de sua casa e de sua família. A rainha sabia que, enquanto não finalizasse o sudário de Laertes, seu casamento e o reino de Odisseu estariam salvaguardados.

A *métis* que caracteriza os trabalhos de Penélope ao tear corresponde à *métis* que orienta as ações de seu marido, o *polýmetis* Odisseu, "o muitas-vias" (HOMERO, 2014, 1, 1). A tecelagem de Penélope – o tecer e destecer que prolongam a finalização do sudário – pode ser comparada à atribulada viagem de Odisseu, pois em certos momentos o herói se aproxima do seu destino, para em seguida ser dele afastado. A *homophrosýne*<sup>50</sup> que qualifica as relações do casal se expressa na *métis* com que ambos arquitetam seus planos, revelando a inteligência astucioso-

---

50 Segundo o DGP (v. 3, p. 231), 'acordo de sentimentos; união; concórdia; unanimidade'.

sa que pauta suas condutas, empregada para sobrepujar os inimigos e lhes garantir a vitória nos embates que disputam.

### **3. Vocabulário relacionado à tecelagem**

A tecelagem se configura em uma prática ancestral no mundo grego, cuja origem, de difícil precisão, coexiste com seu registro em numerosos mitos gregos contemporâneos e posteriores aos poemas homéricos, reforçando a relevância dos trabalhos da roca e do tear.

O estudo etimológico e filológico dos termos gregos que aludem à técnica da tecelagem aponta para a natureza arcaica desse ofício. Algumas dessas palavras parecem ter origem na língua dos povos autóctones do território grego, os pelasgos, indicando possivelmente o domínio dos trabalhos ao tear como anterior à chegada dos invasores indo-europeus; outras, formadas a partir de antigas raízes reconstituídas de seu idioma, apontam para a provável existência da prática da tecelagem já em meio a esse povo.

Ao longo da *Odisseia*, torna-se evidente que a tecelagem realizada por Penélope supera as prerrogativas de uma atividade cotidianamente laborativa e passa a expressar a *métis* da qual a rainha se serve para encerrar os sórdidos avanços dos pretendentes. Assim, as habilidades mentais de Penélope, a destreza nos trabalhos com a lâ e a perspicácia irretocável garantem-lhe o privilégio da *kléos*<sup>51</sup> em sua comunidade.

A *métis* e a *kléos* de Penélope, em alguma medida, relacionam-se diretamente com a confecção da mortalha de Laertes, uma vez que, conforme salienta Ioanna Papadopoulou (2016, n.p.), “o fato de que três repetições são preservadas na tradição textual testemunha a importância deste tema no desempenho da performance”. Ao se admitir a tecelagem como uma atividade multifacetada, manifesta-se a necessidade de uma análise filológica que viabilize a apreensão dos vocábulos relacionados com sua prática.

Cumprir registrar que esse cuidado em limitar a pesquisa ao período épico – particularmente os poemas homéricos consolidados no século VIII a.C. – se faz necessário, visto que o sentido das palavras sofre modificações ao longo do tempo, especialmente perdendo ou ganhando acep-

---

51 *Ibidem* (v. 3, p. 73), ‘rumor; notícia; renome; glória; ações gloriosas; altos feitos’.

ções de acordo com o gênero literário e a época de sua produção.

### 3.1. Analýō (ἀναλύω)

"Desligar", "desatar", "soltar", daí "desfazer" ou "destecer", quando o verbo descreve a ação de Penélope de "desmanchar" à noite a trama que tece de dia, conforme *Odisseia*, 2, 105 e 109. Nessas duas ocorrências, porém, o verbo encontra-se em sua forma épica, ἀλλύω: ἀλλύεσκεν (o infix -σκ- indica um tempo verbal iterativo) e ἀλλύουσαν.

Também na *Odisseia*, Homero utiliza o verbo no sentido de "desatar" (cabos de navio) (9, 178) e no sentido de "soltar", "libertar" (de ca-deias) (12, 200).

O verbo é um composto de λύω, "desligar", "destruir", "dissolver", "soltar", "libertar", "pagar", "remir", "expiar", seguidamente empregado com prevérbios que especificam seu sentido. Essa mesma raiz indo-europeia está presente no verbo latino *luō*, "pagar", "expiar", "resgatar", "remir", "libertar". Ainda que seja clássico, *luō* é de uso raro, sendo geralmente substituído por seu derivado *soluō* (> \**se-luō* ou \**so-luō*), que passou ao português e pode ser identificado em vocábulos como "resolver", "dissolver", "solução", "análise" etc.

### 3.2. Ēlakátē (ἤλακᾶτη)

"Roca" e também "fuso". Designava mais especialmente a haste (diferente de ἄρακτος, "fuso", "flecha"), como indicam certos compostos, e também Platão, na *República* (616c). Na *Odisseia*, se verifica a primeira ocorrência do termo, quando Telêmaco admoesta Penélope, para que ela voltasse aos seus "próprios afazeres, do tear e da roca" (1, 358-359).

No sentido figurado, o termo é dito de certos objetos em razão de sua forma, como a parte mais elevada de um mastro. O composto *khrysē-lákatos* (χρυσηλάκατος), epíteto de Ártemis e de outras deusas em Homero, geralmente é traduzido como "da roca de ouro", embora às vezes seja interpretado como "da flecha de ouro" (cf. *Iliada*, 16, 183, em LEAF, W. *The Iliad*. Vol. II. London: Macmillan, 1888. p. 140.). O neutro plural *ēlakáta* (ἤλακᾶτα) se refere aos fios de lã na roca.

Segundo Chadwick-Baumbach (*The Mycenaean Vocabulary*, p.

200, disponível em <<http://www.jstor.org/stable/40265918>>, o nominativo plural feminino micênico *a-ra-ka-te-ja*, "fiadoras", é um testemunho antigo do termo e descreve mulheres em Cnossos num contexto de tecelagem.

Consoante Pierre Chantraine (1999), nada pode ser afirmado com certeza a respeito da etimologia da palavra e, segundo Robert Beekes (2010), ela provavelmente é pré-grega.

### 3.3. *Hyphaínō* (ὕφαίνω)

Em sentido estrito, "trabalhar no tear", "tecer" (um manto, véu etc.); em sentido figurado, "tecer", "urdir", "tramar" (uma intriga), "inventar", "imaginar" (um plano bom ou perverso).

Em Homero, também se encontra ὑφαίνεσκον (HOMERO, 2014, 19, 149), a forma do imperfeito iterativo de ὑφαίνω, com a qual Penélope descreve sua ação repetitiva de tecer o sudário de dia e destecê-lo (ἀλλύεσκον: ver ἀναλύω, acima) à noite.

Na inscrição micênica *e-we-pe-se-so-me-na*, "que serão tecidos", conforme Robert Beekes (2010), evidencia-se a raiz indo-europeia da palavra. Segundo Pierre Chantraine (1999), a técnica de tecer situa-se nas antigas bases do indo-europeu, e a raiz que exprime essa noção é atestada na maior parte das línguas (mas não no ramo italo-céltico).

Essa raiz alterna-se entre as formas *\*webh-e* *\*ubh-*; esta última, acrescida posteriormente de uma combinação do infixos nasal *-av-* com *\*ye/o-*, deu origem a ὑφαίνω.

Frequentemente, o verbo é usado com complementos, tais como *dólos*, *histós*, *médos*, *mêtis* e *mýthos*, substantivos que serão analisados a seguir.

### 3.4. *Dólos* (δόλος)

No sentido concreto, "isca para pesca" (HOMERO, 2014, 12, 252), daí o sentido figurado de "artifício para enganar", "engenho enganador", "armadilha", "maquinação enganosa", "embuste", "falcatura", "fraude". Assim, na *Odisseia* o termo refere-se à rede com que Hefestos apanha Ares (8.276), ao cavalo de Troia (8.494) e também ao sudário que

Penélope tece para Laertes (19.137). Denota também qualquer truque ou estratégia, como "tramar um truque sensato" (*Ilíada*, 6, 187; 3, 202; 4, 339) e, em sentido abstrato, "astúcia", "má-fé", "perfidia" (HOMERO, 2014, 9, 406, *Ilíada*, 7, 142).

Embora seja evidente que o termo grego *dólos* é cognato de *dolus* no latim, isso não quer dizer que elas tenham uma mesma origem no indo-europeu, pois é possível que o latim tenha tomado a palavra emprestada ao grego. Segundo Robert Beekes (2010), a palavra é provavelmente de origem pré-grega, isto é, anterior à chegada dos indo-europeus ao território grego.

### 3.5. Histós (ἵστός)

Derivado do verbo *hístēmi* (ἵστημι), "pôr em posição vertical, pôr em pé", significa "qualquer objeto colocado em posição vertical", daí "mastro (de navio)", "eixo de um tear (vertical)", "tela", "tecido", "vara". Homero usa muitas vezes a palavra no sentido de mastro de navio (HOMERO, 2014, 9, 77, 15.289, 496, *Ilíada*, 1, 480; 23, 852), mas também na acepção de tear (*Ilíada*, 1, 31; 6, 491, *Odisseia*, 5, 62) e para a própria trama (*Ilíada*, 3, 125; 6, 456, *Odisseia*, 2, 104). O termo ἵστός também é empregado como o primeiro membro de compostos como *histodókē* (ἱστοδόκη), "cavelete sobre o qual se deita o mastro" (*Ilíada*, 1, 434), e *histopédē* (ἱστοπέδη), "base do navio onde se encaixa o mastro". (HOMERO, 2014, 11, 51, 162)

Em *Os Trabalhos e os Dias* (779), Hesíodo (2012, p. 431, 435) emprega o vocábulo no sentido de "colocar de pé o tear". Também na referida obra encontra-se o termo como "timão".

De acordo com Robert Beekes (2010), a raiz indo-europeia presente em ἵστός é *\*steh2-*, "colocar de pé", "estar de pé", que deu origem à família de *hístamai* (ἵσταμαι) ou de uma forma verbal de tempo presente que se perdeu, do mesmo tipo do verbo latino *sistō*, "suster", "parar", "estabelecer", "colocar de pé", "erguer" (cf. port. "persistir", "insistir", "resistir" etc.), que por sua vez é relacionado a *stō*, "estar de pé", "estar imóvel" (> port. "estar"). *Hístamai* tem o sentido básico de "estar de pé" e era originalmente usado para descrever a ação de pôr de pé o tear.

### 3.6. Médos (μήδος)

Substantivo que aparece somente na forma plural, τὰ μέδεα (τὰ μήδεα), significa "conselhos", "planos", "pensamentos", "intenções", "cuidados", "projetos"; especialmente com a noção de "prudência" ou "astúcia", é verificada a sua ocorrência em *Ilíada*, 3, 202 (δόλους καὶ μήδεα πυχνά), *Ilíada*, 2, 340 (μήδεά τ' ἀνδρῶν), *Ilíada*, 7, 278 (μήδεα εἰδώ-ς), *Ilíada*, 24, 674 (μήδε' ἔχοντες), *Odisseia*, 19, 353 (πυκινὰ φρεσὶ μήδε-ε' ἔχουσα). Na *Odisseia*, emprega-se o vocábulo, com essa conotação, em "conselho arguto" (1, 279), "inteligente discurso" (1, 361), "juízo" (2, 231), "muita-tenência" (7, 1), "muito-truque" (10, 504), e assim por diante.

Na *Teogonia* de Hesíodo (2003, p. 397 e 545), a palavra pode ser traduzida por "desígnios", "planos".

Mήδεα é derivado do verbo μέδομαι (μήδομαι), "ter em mente", "meditar", "imaginar", "tramar ou maquirar algo contra alguém", "meditar um projeto", "preparar", "ter em mente", "cuidar de algo ou alguém". O nome próprio Μέδεια (Μήδεια), "Medeia", também é derivado desse verbo.

Segundo Robert Beekes (2010) e Pierre Chantraine (1999), é provável que μήδομαι possua a mesma raiz de μέδομαι (μέδω, na voz ativa), palavra de sentido muito semelhante, que apresenta derivados como Μέδουσα (Μέδουσα), "Medusa", nome de uma das górgonas (cf. *Teog.* 276). Essa raiz está também presente em cognatos latinos como *meditor*, "refletir", "meditar", *medeor*, "curar" (daí "médico"), *modus*, *modestus* e *moderor*. Outro importante derivado de μέδομαι é μέστῶρ (μήστῶρ), "conselheiro", que compõe nomes como *Klytaiméstra*, posteriormente alterado para *Klytaimnéstra* (Κλυταιμνήστρα), "Clitemnestra".

Segundo Pierre Chantraine (1999), a raiz indo-europeia desta família de palavras é \*mē-/mǝl-, cuja ideia básica é a de "medida", "cálculo", e que também está presente em vocábulos gregos como μέτρον, "medida", e μήτις (ver abaixo).

### 3.7. Mêtis (μήτις)

"Sabedoria", "prudência", "habilidade", "astúcia", "artifício", "perfidia", "desígnio", "plano"; Mêtis, Sabedoria ou Prudência, a primeira esposa de Zeus. Enquanto complemento de ὑφαίνω, significa "conselho",

"plano", "empreendimento", como em *Iliada*, 7, 324, *Odisseia*, 4, 678; 739; 9, 422 e em Hesíodo, no *Escudo de Hércules* (28).

Segundo Pierre Chantraine (1999), o termo, que se aplica à inteligência prática e às vezes à astúcia, é formado a partir de uma raiz verbal que significa "medir": medir implica cálculo, conhecimento exato. Esse sentido foi conservado em duas palavras gregas, *métron* (μέτρον), "instrumento para medir", "medida", e *métra* (μήτρα), "medida agrária". A raiz indo-europeia de *mētis* é \**mē-/māl-*, que também é encontrada no verbo latino *mētor*, "medir". Robert Beekes (2010) registra a raiz indo-europeia \**meh1-*.

Um importante composto da palavra *mētis* é *polýmētis* (πολύμητις), "capaz de muitas maquinações", "inventivo", que em Homero se refere a Odisseu e Hefestos, assim como *ankylomētēs* (ἀγκυλομήτης), "de espírito ardiloso", "astuto", em se tratando de Cronos e também Prometeu, em Homero e outros autores. Como termos derivados, encontram-se *mētiéta* (μητιέτα), epíteto de Zeus, "que possui *mētis*", além de *mētióeis* (μητιόεις), "imbuído de *mētis*".

### 3.8. Mṓthos (μῦθος)

"Palavra expressa", "discurso", "sequência de palavras que possui sentido", "proposição". É frequente em Homero e outros poetas, tanto no singular quanto no plural. Muitas vezes, o termo é usado em oposição a ἔργον, "obra" (cf. *Iliada*, 19, 242; 9, 443 μῦθων τε ῥήτηρ' ἔμειναι πρηκτῆρά τε ἔργων: "ser eloquente nas palavras e eficiente nas obras"). Em *Iliada*, 18, 252, o termo é usado para contrapor "meras palavras" (μῦθοισιν) e "lança" (ἔγχει).

O vocábulo também é usado em expressões que denotam discursos públicos (HOMERO, 2014, 1, 358, HESÍODO, 2012, p. 194), apelos (HOMERO, 2014, 21, 71), habilidade em falar (HOMERO, 2014, 7, 157), situações de conversação, em que se encontra principalmente no plural (HOMERO, 2014, 4.214, 239, 11.379, 23.301). Em Homero, o termo também pode significar "coisa dita", "assunto", "fato" (HOMERO, 2014, 4.744, 22.289), "aviso", "comando" (*Iliada*, 1, 388), "missão" (*Iliada*, 9, 625), "conselho" (*Iliada*, 5, 493; 7, 358; 12, 80, *Odisseia*, 1, 358), "pensamento", "propósito", "desígnio" (*Iliada*, 1, 273 e 545, *Odisseia*, 4, 76, 676 e 777; 11, 442; 15, 445 e 19, 502), "motivo" (HOMERO, 2014, 3, 140). Mṓthos denotando "história", "narrativa", "relato" – como o vo-

cábulo posterior λόγος –, sem a distinção entre verdadeiro ou falso, também é encontrado em Homero (2014, 3, 94, 4.324, 11, 492, 561).

Todavia, o sentido das palavras da família de μῦθος evoluiu após Homero. Do sentido geral de "palavras com sentido importante", "conselho", "ordem", "relato", elas passaram a significar "história", "lenda", "fábula", "mito", muitas vezes em oposição a λόγος.

Segundo Pierre Chantraine (1999), a etimologia de μῦθος é obscura, e nada pode ser afirmado, com certeza, sobre sua origem. Robert Beekes (2010) aventa a hipótese de a palavra ser pré-grega.

### **3.9. Klóthō (κλώθω)**

"Torcer através de movimento giratório", "fiar", "tecer"; em se falando das Fiandeiras (Κλωθες, cf. *Odisseia*, 7, 197), "fiar a trama da vida ou do destino de um homem".

O composto ἐπικλώθω é empregado mais frequentemente que o verbo simples e sempre a propósito do destino fiado pelas Moiras ou pelos deuses (*Íliada*, 24, 525, *Odisseia*, 3, 208; 4, 208; 8, 579 e 20, 196) ou dos poderes que influenciam a vida dos homens. Κλωθώ é também o nome de uma das três fiandeiras, parcas, moiras ou deusas do destino, segundo Hesíodo (2003, p. 218 e 905; 2012, p. 258).

Quanto à etimologia, κλώθω é provavelmente uma palavra pré-grega.

Esse verbo sofre a concorrência de νέω (ver abaixo).

### **3.10. Néō (νέω)**

"Fiar", em Homero, é usado apenas no tempo do aoristo (cf. *Odisseia*, 7, 198). Em Hesíodo (2012, p. 777), é usado em relação a uma aranha. Em Homero se encontra também o adjetivo derivado ἐύνητος, "bem fiado, bem tecido" (*Íliada*, 18, 596 e 24, 580, *Odisseia*, 7, 97), assim como o substantivo derivado νῆμα, "fio, " e às vezes, particularmente, "fio de uma trama" (HOMERO, 2014, 4.134, 2.98). Na história da língua grega, νέω e derivados (além da variação alargada νήθω) entraram em concorrência com κλώθω (ver acima) e derivados, mas enquanto este exprime a manipulação da roca, aquele significa sobretudo "fazer o fio".

Em Homero, encontra-se também o verbo derivado ἐπνέω (*Ilíada*, 20, 128 e 24, 210).

Em se tratando das Parcas ou Moiras, significa "fiar para alguém" ou "atribuir a alguém um destino determinado". É um verbo composto, no qual o prefixo ἐπι- acrescenta ao verbo νέω (ver acima) a ideia de objeto indireto, ou seja, a quem se dirige a ação.

O verbo procede do indo-europeu, da raiz \**sneh1-*, "fiar", que também é encontrada no verbo latino *nēre*, "fiar" e por extensão "tecer", "entrelaçar" (essa raiz não sobreviveu nas línguas neolatinas, sem dúvida por seu caráter monossilábico, tendo sido substituída pelo denominativo de *filum*, "fio", *filare*). Um importante derivado de \**sneh1-* é \**sneh1-ur/n*, "corda", "tendão": daí o grego νεῦρον, "nervo", "tendão", "fibra", "correia", assim como o latim *neruus* (> port. "nervo").

### 3.11. Plékō (πλέκω)

Em seu sentido técnico, significa "trançar" (cabelo, cesta), daí "torcer", "entrelaçar", "tecer", "entretecer"; em sentido figurado, significa "combinar", "construir", e especialmente "tramar", "maquinar" (uma mentira, intriga ou plano malévolo). Essa família de palavras que se aplicam à técnica do entrelaçamento e da cestaria (raramente ditas de cordas ou tecidos) teve um desenvolvimento particular com o radical πλοκ- para referir-se ao arranjo dos cabelos femininos.

Em Homero, encontra-se o substantivo πλόκαμος, "trança" (*Ilíada*, 14, 176), que aparece também como segundo termo de numerosos adjetivos compostos com εὖ-, "bom", "bem", καλλι-, "belo", λιπαρο-, "brilhante", sempre ditos de mulheres, além da forma feminina εὐπλοκάμιδες, dita das mulheres aqueias na *Odisseia*. Em *Ilíada*, 17, 52, tem-se πλοχμός, dito dos cabelos de um guerreiro troiano. Na *Odisseia*, o termo aparece em seu sentido mais incomum, isto é, "cabos" (10, 127).

O radical grego πλεκ- provém da raiz indo-europeia \**plek-*, "entrelaçar", que dá origem à raiz latina \**pleco*, bem atestada em verbos compostos como *implicare*, *explicare* (daí *plicō*, "dobrar", "redobrar") e, sobretudo, a forma aumentada *plectō*, "trançar", "entrelaçar", presente em vocábulos como *amplector*, "abraçar", *simplex*, *duplex*, *amplexus* etc.

### **3.12. Strōphāō (στρωφάω)**

"Virar e revirar", "virar continuamente", daí "tecer continuamente ou sem parar", quando o verbo tem como objeto, por exemplo, ἤλάκατα, "fio de lã na roca" (HOMERO, 2014, 6, 53 e 306). O verbo, que apresenta no radical o vocalismo *o* longo, é usado como frequentativo de στρέφω, "dar voltas", "virar", "girar", "rotar", "revolver", "tecer", "torcer", "entrelaçar" etc. Presente na poesia e na épica jônica, às vezes forma compostos com os prevérbios ἀνα-, ἐπι-, μετα-, περι- etc.

Em Homero, além desse sentido relacionado à tecelagem, o verbo também assume o significado de "virar-se para cá e para lá", "ir e vir" (*Iliada*, 13, 557); "encontrar-se habitualmente em" (*Iliada*, 9, 463); em Hesíodo (2012, p. 528), pode significar "visitar" (cidades).

Segundo Robert Beekes (2010), a raiz grega de στρέφω e palavras da mesma família – como στρωφάω –, por não apresentar cognatos indo-europeus, sugere que se trata de uma palavra de origem pré-grega. Pierre Chantraine (1999), por sua vez, sugere que a raiz deve remontar de fato ao indo-europeu, ainda que o desenvolvimento da família seja recente e tenha ocorrido apenas quando da evolução do grego.

### **3.13. Tolyreúō (τολυρεύω)**

No sentido concreto, "enrolar lã em novelo, em fuso"; em sentido metafórico, "desenrolar, completar, alcançar ou realizar pacientemente, conduzir longamente", "suportar, resistir, aguentar até o fim (a guerra, a velhice etc.)". É significativo, na epopeia, o desenvolvimento metafórico desse verbo, tomado de uma técnica feminina.

Na *Odisseia*, ele é usado tanto para descrever a ação astuciosa de Penélope (19, 137), tendo δόλος como complemento, quanto para referir-se à conclusão da guerra de Troia (1, 238; 4, 490; 14, 368 e 24, 95).

O verbo é um termo técnico derivado de τολύπη, "novelo", que, segundo Robert Beekes (2010), deve ser uma palavra de origem pré-grega.

## **4. Considerações finais**

Este artigo procurou evidenciar a relevância do processo de pro-

dução do tecido, uma atividade de expressiva relevância para a dinâmica do *oikos*, considerando-se as necessidades diárias de vestuário, lençóis e mantos para o mobiliário, gestos de comensalidade entre os nobres e oferendas ritualísticas. Mediante a contribuição da iconografia cerâmica e dos demais aportes da arqueologia, foi possível vislumbrar a estrutura física do tear vertical.

Sob o pretexto de confeccionar uma mortalha para seu sogro Laertes, Penélope logrou êxito em adiar as núpcias indesejadas por quase quatro anos. Os pretendentes da rainha lhe atribuíam um juízo prudente e a aptidão para realizar belos trabalhos e conceber artificios extraordinários, qualidades que a tornaram uma mulher de reconhecida excelência e justificaram a insistência dos pretendentes em disputá-la. A tecelagem, enquanto estratégia utilizada por Penélope, contribuiu para confundir seus pretendentes, de modo a postergar as novas núpcias que ela não desejava contrair.

Os trabalhos envolvendo a tecelagem no mundo grego possuíam origens obscuras, coexistindo ao lado de numerosos mitos – contemporâneos ou posteriores aos poemas homéricos – que evidenciavam a relevância dos trabalhos da roca e do tear. Assim, os estudos de natureza etimológica e filológica de termos relacionados à tecelagem apontam para a ancestralidade das práticas de tecer e evidenciam que tais vocábulos sofreram ampliação semântica, isto é, foram considerados para além de seus sentidos concretos.

Com efeito, analisando os épicos de Homero, a obra hesiódica e os hinos homéricos à luz dessas disciplinas, constatou-se que termos referentes às práticas da tecelagem, tais como “fiar”, “tecer”, “tramar”, gradualmente passaram a aludir a atividades de natureza mental, política, social e cultural. Esses termos se configuraram em metáforas para pensamentos e intenções astuciosas, para ofícios que requeriam habilidade, mas igualmente para temas como o destino, a vida, a morte e os poderes invisíveis que influenciavam a sorte dos homens e mulheres da Grécia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILLY, Anatole. *Le Grand Bailly – Dictionnaire Grec Français*. Paris: Hachette, 2000.

BEEKES, Robert. *Etymological Dictionary of Greek*. Leiden, Boston: Brill, 2010. (Leiden Indo-European etymological dictionary series; v.

10/1-2)

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARROL, Diane Lee. Warping the Greek Loom: A Second Method. In: *American Journal of Archaeology*, v. 87, n. 1, p. 96-99, jan., 1983. Disponível em:

<[http://www.jstor.org/stable/504672?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/504672?seq=1#page_scan_tab_contents)>.

Acesso em: 9 dez. 2015.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Interpretando evidências iconográficas da mulher ateniense. In: *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Pelotas, v. V, n. 9/10, p. 96-127, ago./dez. 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1203/1005>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque: Histoire des Mots*. Paris: Klincksieck, 1999.

FUNARI, Pedro A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. In: *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 65, n. 2, abr./jun. 2013. Disponível em:

<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252013000200010&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252013000200010&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 28 ago. 2015.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Aline Vieira de. Cultura Material e Patrimônio Científico. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Org.). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Museu de Astronomia e Ciências Afins: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

<[http://www.mast.br/livros/cultura\\_material\\_e\\_patrimonio\\_da\\_ciencia\\_e\\_tecnologia.pdf](http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2015.

GLEBA, Margarita; CUTLER, Joanne. Textile Production in Bronze Age Miletos: First Observations. In: NOSCH, Marie-Louise; LAFFINEUR Robert (Org.). *Kosmos: Jewellery, Adornment and Textiles in the Aegean Bronze Age*. Leuven-Liege: Peeters, 2012. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/2509295/Textile\\_Production\\_in\\_Bronze\\_Age\\_Miletos\\_First\\_Observations](https://www.academia.edu/2509295/Textile_Production_in_Bronze_Age_Miletos_First_Observations)>. Acesso em: 9 dez. 2015.

GROOVER, Mark D. Classical Archaeology. In: ORSER, Charles E. Jr, *Encyclopedia of Historical Archaeology*. London and New York: Routledge, 2002.

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução de José Antonio Alves Torrano. 5 ed. São Paulo: Iluminuras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os trabalhos e os dias*. Tradução de Alessandro Rolim de Moura. 22 ed. Curitiba: Segesta, 2012.

HOMERO. *Ilíada de Homero*. Tradução de Haroldo de Campos, Volume I e II. São Paulo: Arx, 2003.

\_\_\_\_\_. *Odisseia*. Tradução de Christian Werner. 1 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

JENKINS, Ian; BIRD, Sue. *Greek and Roman Daily Life Studies – Illustrated Notes for Teachers: 1 Athletics and Society in Ancient Greece; 2 Spinning and Weaving in Ancient Greece; 3 Greek Dress; 4 Greek Music*. London: British Museum, 1979-1982. Disponível em:

<[http://www.angelfire.com/art/architecture/legacy/spinning\\_weaving.pdf](http://www.angelfire.com/art/architecture/legacy/spinning_weaving.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

KARANIKA, Andromache. *Voices at Work: Women, Performance, and Labor in Ancient Greece*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

KRUGER, Kathryn Sullivan. *Weaving the Word: The Metaphorics of Weaving and Female Textual Production*. Londres: Associated University Presses, 2001.

LESSA, Fábio de Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

\_\_\_\_\_. Expressões do Feminino e a Arte de Tecer Tramas na Atenas Clássica. In: *Humanitas*, v. 63, p. 143-156, 2011. Disponível em:

<[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas63/07\\_Lessa.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas63/07_Lessa.pdf)>. Acesso em: 9-12-2015.

LSJ – LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert; JONES, Henry Stuart. *A Greek-English Lexicon. Ninth Edition with a Revised Supplement*. Oxford University Press, 1996.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Dicionário Grego-Português*. 5 v. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

MARTI, Ruth Falco. *La arqueologia del gênero: Espacios de mujeres, mujeres com espacio*. Cuadernos de Trabajos de Investigacion. Alicante:

Bancaja, 2003.

PAPADOPOULOU, Ioanna. Penelope's great web: the violent interruption. In: *Classical Inquiries (CI) - Harvard's Center for Hellenic Studies*, 2016. Disponível em: <<http://classical-inquiries.chs.harvard.edu/penelopes-great-web-the-violent-interruption>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

SCHEID, John; SVENBRO, Jesper. *O ofício de Zeus: mito da tecelagem e do tecido no mundo grego-romano*. Porto Alegre: CMC, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 22-08-2015.

SILVA, Maria de Fátima. O trabalho feminino na Grécia Antiga: lenda e realidade. In: *Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, vol. 20, n. 2, p. 182-201, 2007. Disponível em: <<http://classica.org.br/revista/index.php/classica/article/view/144/134>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

YATES, James. London: William Smith, 1875. p. 565. Disponível em: <<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/secondary/smigra/home.html>>. Acesso em: 10-12-2015.

**CRUZ E SOUSA VERSUS VANGUARDAS EUROPEIAS:  
REDIMENSIONAMENTO DA INFLUÊNCIA  
SOBRE OS MODERNISTAS**

Juan Marcello Capobianco (UFRJ)  
[juanmarcello@id.uff.br](mailto:juanmarcello@id.uff.br)

**RESUMO**

Neste estudo, empreendemos uma perscrutação que vai na contramão dos estudos tradicionais, que, em maioria, abordaram as influências do Modernismo brasileiro pelo ângulo das vanguardas europeias, como o Dadaísmo e o Surrealismo. Outros fundamentos nos levaram a aprofundar o movimento modernista nacional sob a perspectiva da influência exercida pela obra do poeta catarinense João da Cruz e Sousa (1861-1898), protagonista central do Simbolismo, no país. As pesquisas e análises, neste artigo, revelaram que a ascendência da arte de Cruz e Sousa em nosso Modernismo foi muito mais sólida, significativa e palpável do que a crítica habitualmente entende, ou dirige suas pesquisas.

**Palavras-chave:** Cruz e Sousa. Vanguardas europeias.  
Modernismo. Dadaísmo. Surrealismo.

**1. Introdução**

É notadamente visível que o maciço dos estudos<sup>52</sup> que se debruçaram sobre o movimento desencadeado pela *Semana de Arte Moderna*, de 1922, concentraram-se na relação entre as vanguardas europeias e o movimento cultural que foi sendo construído nas primeiras décadas do século XX, no país, até o estopim da *Semana de 1922*, ramificando-se, em seguida, em novas propostas e concretizações artísticas. Até mesmo a gestação do Modernismo, que teve um de seus marcos iniciais em 1912, no entusiasmo de Oswald de Andrade ao chegar do exterior propalando, como pioneiro, as inovações do *Futurismo*, movimento fundado em 1909 pelo italiano Filippo Tommaso Marinetti (1876-1944), são constantes na crítica e em trabalhos acadêmicos de relevo, que não retrocedem a origens mais remotas, como o Simbolismo. Nossos pesquisadores, em maioria, se sentem mais mobilizados e com maior material disponível para as construções teóricas sobre os desdobramentos desta relação modernista nacional com as vanguardas estrangeiras.

---

52 Para referenciar alguns: TELES (2012); CAMARGOS (2007); BRITO (1974) e BOSI (2013).

Malgrado esta cômoda relação já estabelecida pelo historicismo literário, o terreno é espinhoso e movediço. Outros estudiosos, igualmente renomados, estabelecem um tipo diferente de ligação entre os modernistas e as realizações em que foi precursor o Simbolismo (cujo surgimento e apogeu se deram bem anteriormente às vanguardas novecentistas).

Surpreendem, por exemplo, as palavras de um dos mais revolucionários iconoclastas do nosso Modernismo, Oswald de Andrade, quando afirmou: “a linha ascendente da moderna poesia brasileira deriva do Simbolismo” (ANDRADE, *apud* GÓES, 1959, p. 18) com o que concorda Donald Schüller, ao escrever que “a verdadeira renovação da poesia deve ser buscada no Simbolismo e não nos movimentos de vanguarda” (SCHÜLLER, 1970, p. 42). Não diferem de Massaud Moisés, que, sobre a *Semana de Arte Moderna*, afirma que os modernistas se voltaram “contra o Romantismo lacrimojante, o Realismo de Zola e Eça, o Parnasianismo marmóreo, apenas respeitando o Simbolismo, já por ser antiparnasiano, já por conter *presságios de sua proposta revolucionária*”. (MOISÉS, 2001, p. 17. Grifos nossos)

Decerto não foi ignorando a influência das vanguardas europeias que Otto Maria Carpeaux declarou: “toda a poesia moderna tem no Simbolismo o seu ponto de partida” (CARPEAUX, 1944, p. 313), pois “o Modernismo identifica-se como uma espécie de Simbolismo inconsciente” (CARPEAUX, 1944, p. 328); como o fez Alceu Amoroso Lima, que asseverou: “o Simbolismo foi, realmente, uma reação contra os movimentos anteriores, ao passo que os dois períodos seguintes, e particularmente o Modernismo, como que representam a sua continuação” (LIMA, 1969, p. 57). Massaud Moisés ponderou que “mesmo na ficção de Oswald de Andrade, como nas *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924)<sup>53</sup>, se adivinham expedientes cinematográficos e algo surrealista, de possível *extração simbolista*” (MOISÉS, 2001, p. 261. Grifos nossos). O crítico ainda assevera:

do ângulo de liberdade criadora e do à-vontade formal, não há dúvida que as raízes do Modernismo devem ser procuradas no Simbolismo. Ainda mais: algumas tendências simbolistas penetraram o Modernismo (como o referido grupo de espiritualistas), enquanto outras vieram a *influenciar* poetas como Manuel Bandeira, Mário de Andrade e outros (...). (Grifos nossos)

---

53 Já realizamos cotejo entre esta obra de Oswald de Andrade e a escrita de Cruz e Sousa, mapeando possíveis influências. Ver em: CAPOBIANCO, 2013.

O Simbolismo não fugiu à regra de ser, em seu tempo, também uma *vanguarda europeia*, com forte predominância francesa, desde Baudelaire, Verlaine, Rimbaud e Mallarmé – para ficar com os mais celebrizados, na época do surgimento e ápice do movimento. Entretanto, a julgar pela crítica que perscruta os modernistas a partir de fontes futuristas, dadaístas ou surrealistas, sobre “qual” simbolismo Otto Maria Carpeaux, Lima, Massaud Moisés, Donald Schüller e Oswald de Andrade estariam se referindo, nas afirmações que verificamos?

O forte intercâmbio intelectual do eixo cultural São Paulo/Rio de Janeiro com as novidades de fora, em verdade, leva o pesquisador a crer que nossos artistas da *Semana de 1922* se inspiraram em alguns processos do Simbolismo “externo”, porém, aqui se requer cuidado: na contramão do que considerou Mário da Silva Brito, não obstante seu magnífico estudo, a estética capitaneada no país por João da Cruz e Sousa *não passou* “acusada de não possuir nenhum senso do nacional [...], [movimento] praticamente despercebido [...]”, com

ressonância [...] pouco mais que nula, [...] [que] não chegou a operar como um todo [...], [sendo] mais uma etapa, um intervalo, um momento de passagem que constitui antes solução de continuidade no desenvolvimento literário nacional (BRITO, 1974, p. 19-20).

De forma alguma.

Não somente a visão de Mário da Silva Brito é antagônica ao *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro* (MURICY, 1987), coletânea magna em que José Cândido de Andrade Muricy, maior autoridade crítica no assunto, elenca 131 poetas em sua 3ª edição, de 1973<sup>54</sup>, como o próprio Mário da Silva Brito se contradiz, ao declarar que o Simbolismo constituiu “um período cinzento que, no entanto, viria *facilitar o surgimento da corrente modernista posterior*” (BRITO, 1974, p. 20. Grifos nossos). Lamentável, porém, é que atribua, no mesmo trecho, o legado do movimento oitocentista a “uma grande conquista, que seus sucessores iriam gerir até às últimas consequências: o *verso livre* [...]”. “Verso livre”, no fundo, sem artifícios intelectivos, Cruz e Sousa havia deixado

---

54 A 1ª edição surgira em 1952. Nas reimpressões que reproduziram sem mudanças a edição de 1973 foi possível, ainda, a José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984), nos últimos anos de vida, enviar à Editora um prefácio (logo incorporado) escrito em 1980, em que informa o Prêmio Machado de Assis que recebeu pelo conjunto da obra, além de render gratidão à importância editorial que o crítico e historiador Sérgio Buarque de Holanda conferiu ao *Panorama*, incluindo-o na “Coleção Textos” da Editora Perspectiva, e assim favorecendo a difusão e projeção da obra.

entremeado em todo o conjunto de sua prosa poética, cuja estrutura compreensiva constatamos como similar à poesia em verso (CAPOBIANCO, 2016, p. 436-456)<sup>55</sup>, sem olvidar o célebre poema em prosa *Emparedado*, do poeta catarinense.

É neste ponto que a pesquisa se bifurca e, buscando lucidez, não atribui demérito ao trabalho de Mário da Silva Brito. O crítico, cuja obra citada já possui consagração no meio literário, atendeu às expectativas de seu tempo e objeto, como à atmosfera de ruptura a que se entregaram nossos modernistas, a ponto de Alfredo Bosi chamar a tendência de “irracionalismo”, presente em “Mário de Andrade, o Manuel Bandeira teórico do ‘alubrimento’ e todo o roteiro de Oswald de Andrade”. (BOSI, 2013, p. 325)

O apagamento da obra de Cruz e Sousa, nesse ínterim, foi marcado por caricaturas, exotismos, paradigmas. Já concluímos que sobre ele vigorou a seguinte tríade: descendência direta de africanos, sem miscigenação; biografia torturada pela miséria financeira e loucura da esposa; e a rejeição dos meios dominantes da literatura, que lutaram (com armas desiguais) contra sua estética e pessoa (CAPOBIANCO, 2016). Tais elementos converteram o poeta em um “personagem” quase folclórico. Entretanto, a análise que radicaliza a relação modernista/vanguardas externas tem seu alicerce abalado desde que Cruz e Sousa, malgrado as críticas, mostra-se “lido” – e bem lido – por diversos intelectuais do período, desde o início do século XX, tempo em que *creditar publicamente* certas inovações e predominância a um homem afro-brasileiro, não tão longe do turbulento período abolicionista, quando o preconceito era a defesa e desforço injustos das elites, era pensável.

O Simbolismo a que se referem diversos autores citados, atuante sobre as bases do Modernismo, não excluía as vanguardas alienígenas, mas, em boa parte, centravam-se em Cruz e Sousa, como veremos adian-

---

55 Concluímos, em análise, que a prosa sousiana é construída como uma poesia com ligações às vezes prosaicas entre os “versos”, ensejando um texto corrido, mas permeado, o tempo inteiro, da poesia que traz a mesma sensibilidade que elaborou nas obras em verso, embora as diferenças de forma. Apenas na prosa Cruz e Sousa reduzia sua preocupação com a métrica e a rima, embora haja decassílabos perfeitos inseridos entre os períodos e rimas internas de diversas espécies. A transcendência simbólica é a mesma, não obstante a dimensão dos textos exija mais concentração do leitor, por isso a menor repercussão nos meios literários – cogitação nossa. Como foge ao escopo desta pesquisa adentrar na prosa do esteta catarinense, remetemos à nossa Tese de Doutorado, em que não descuidamos de abordar estes aspectos.

te, embora não o dissessem nominalmente. De certa forma afastado dos meios midiáticos da época, há vestígios de que o poeta simbolista foi lido “às escondidas”, com interesse, e talvez se possa dizer “com o silêncio e discrição” que não tinham qualquer intuito em mostrar que um brasileiro originário da longínqua África, situado no meio do período Monarquista/Republicano e Escravagista/Abolicionista, produzira pérolas novas de obras de arte que até hoje não seriam jamais superadas dentro do movimento simbolista, bastando se abrir qualquer livro didático básico para se constatar a unanimidade das opiniões atuais.

Vários fatos concretos complicam a análise simplista de que nossos modernistas herdaram os “futurismos” e “dadaísmos” que brotavam de fora e os adaptaram à expressão autóctone<sup>56</sup>, ainda vacilantes (como se vê em *Macunaíma*, de Mário de Andrade, de 1928) quanto ao volume expressivo imigratório, que botaria por terra a ideia tríptica (e absolutista) do brasileiro como confluência do português, do índio e do negro. Sem fazer tábula rasa dos estudos que, nos últimos cem anos, abordaram com coragem estes temas conflituosos da sociologia, em 1907 a Lei do Povoamento, de Miguel Calmon, trouxe para nosso país em oito anos a soma de quase um milhão de imigrantes, e o aumento das construções, na capital paulista, subiu 300% entre 1900 e 1918 (BRITO, 1974, p. 27 e 153). Teríamos, em pouco tempo, um “povo brasileiro” bem mais miscigenado, mesmo que ainda predominasse sua gênese histórica.

A visível apropriação de recursos simbolistas pelo movimento de gestação e eclosão do Modernismo, de fato, provém do vasto repositório de exemplos que nos brotam incessantes em uma pesquisa mais apurada, e que deságuam em Cruz e Sousa.

## **2. Os primórdios da questão**

Mário de Andrade, em anotações pessoais que jamais publicou (FERES, 1969), de 1923, tece surpreendentes elogios à poética de Cruz e Sousa, considerando-o “dadaísta” mais de uma vez, além de um breve parágrafo em *Mestres do Passado* (1921), em que prestigia com encô-

---

56 A ideia é afirmada nos seguintes termos, por Mário da Silva Brito: “o desejo era atualizar as letras nacionais – apesar de que, para tanto ser preciso importar ideias nascidas em centros culturais mais avançados – não implicava uma negação do sentimento brasileiro. Afinal, o que se aspirava era tão somente a aplicação de novos processos artísticos às inspirações autóctones [...]”. (BRITO, 1974, p. 32)

mios o poeta catarinense, traindo, assim, que conhecia – e bem – a obra do autor de *Broquéis*, malgrado o silêncio público do escritor paulista durante toda sua vida.

Cecília Meireles foi mais direta, concorrendo à cátedra de português e literatura brasileira da Escola Normal, atual Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, com a tese *O Espírito Victorioso* (1929), cujo título se referia ao próprio Cruz e Sousa, no texto, além dos vários desenhos sobre o poeta catarinense que deixou, e da conferência que sobre ele proferiu, em 1933. A escritora carioca foi inequívoca em demonstrar o alcance de sua ligação com o poeta de *Broquéis*, e algumas semelhanças já foram por nós exploradas oportunamente<sup>57</sup>.

Por que, seguindo o raciocínio, nossos artistas da Semana de 1922 teriam buscado inspiração simbolista – quantos críticos vimos que o afirmaram? – em terras estrangeiras, se aqui, no país, tinham Cruz e Sousa diretamente no idioma nativo (poeta cujo alcance foi bem maior do que sugere ou afirma Mário da Silva Brito)? Os estilos europeus em voga, ademais, já fluíam com fortes tintas de manifestos e obras dadaístas, cubistas, espírito-novistas, expressionistas, mais tarde surrealistas. (TELES, 2012)

Os vestígios traem-se nos detalhes. José Pereira da Graça Aranha, que para numerosos autores inaugura o Pré-Modernismo com *Canaã*, junto a Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, ambos em 1902, escreve em sua obra capital:

Aumentavam as sombras. No céu, nuvens colossais e túmidas rolavam para o abismo do horizonte... Na várzea, ao clarão indeciso do crepúsculo, os seres tomavam ares de monstros... As montanhas, subindo ameaçadoras da terra, perfilavam-se tenebrosas... Os caminhos, espreguiçando-se sobre os campos, animavam-se quais serpentes infinitas... As árvores soltas choravam ao vento, como carpideiras fantásticas da natureza morta...

[...] Os primeiros vagalumes começavam no meio da escuridão a correr as suas lâmpadas divinas... No alto, as estrelas miúdas e sucessivas principiavam também a iluminar... Os pirilampos iam-se multiplicando dentro da floresta, e insensivelmente brotavam silenciosos e inumeráveis nos troncos das árvores, como se as raízes se abrissem em pontos luminosos. [...] As montanhas acalmavam-se na imobilidade perpétua; as árvores esparsas na várzea perdiam o aspecto de fantasmas desvairados... No ar luminoso tudo retomava a fisionomia impassível. Os pirilampos já não voavam, e miríades deles cobriam os troncos das árvores que faiscavam cravados de diamantes e topázios... (ARA-

---

57 Ver em: CAPOBIANCO, 2013.

É Alfredo Bosi quem observa esses “processos impressionistas, que, conscientes ou não, bem se ajustam a esse naturalismo filtrado pela experiência simbolista” (BOSI, 2013, p. 350). O crítico paulista, ao observar os polos da estrutura de *Canaã*, destaca o representativo-emotivo como “impressionista [...] *cum grano salis*” (BOSI, 2013, p. 351. Itálicos no original), aludindo, em seguida, ao teatro, em *Malazarte*, trabalho do ficcionista maranhense cuja influência Alfredo Bosi atribui ao Simbolismo europeu.

Se os processos metafóricos do texto de José Pereira da Graça Aranha, recortado acima, autorizam a mencionar processos simbolistas, resta plausível atribuir de forma preponderante tais expedientes às renovações no estrangeiro, tendo no país um Cruz e Sousa? No período de elaboração de *Canaã*, e posteriormente, o poeta catarinense passou escondido somente da turbamulta de leitores, eis que Augusto dos Anjos, mesmo desde a distante Paraíba, soube haurir, aplicar e transfigurar vários dos mecanismos inaugurados pelo poeta catarinense, desde o início do século até sua morte, em 1914, como exaustivos estudos já o demonstraram.

José Pereira da Graça Aranha, na fluidez da prosa, parece disfarçar expedientes sousianos, ao escrever “ar luminoso”, ou que, “na várzea, ao clarão indeciso do crepúsculo, os seres tomavam ares de monstros...”, sem contar a visão dos caminhos espreguiçando-se pelos campos como serpentes, e, sobretudo, as terminações em reticências, presentes em praticamente todo o texto selecionado acima. Imagens raras e transcendentes, transfundidas em prosa corrida. Adiante, desvanecendo a fantasmagoria desvairada das árvores da várzea, ao clarear o dia, parece criar expressões simbólicas acomodadas ao gosto dos leitores, preenchendo os núcleos poéticos com textos da mais *comportada* sintaxe. Quisesse, o autor de *Canaã* poderia fazer poesia simbolista ou semelhante, tornando essas longas linhas bem mais enxutas, o que não fez por ser prosador, e não poeta, mas quem apontou os expedientes impressionistas e de fundo simbolista foi Alfredo Bosi. E não o fez em vão, eis que o texto sugere sensações e imagens bem distantes do realismo e naturalismo que marcaram o século XIX.

### **3. Mário de Andrade e a visita a Alphonsus de Guimaraens**

Por outro ângulo, a despeito dos vanguardismos, deparamo-nos com Oswald de Andrade, declarando que “Alphonsus de Guimaraens valia, sem dúvida, todos os poetas juntos da Academia Brasileira. Foi [...] um lutador da *arte nova* [...] da *boa arte nacional*” (ANDRADE O., 1921. Grifos nossos), enquanto Mário de Andrade já visitara, em 1919, um dos maiores poetas simbolistas vivos, o próprio Alphonsus – cujo respeito e idolatria por Cruz e Sousa aparecem na visita que o mineiro lhe fez, em 1895, vindo ao Rio de Janeiro somente para conhecê-lo, e no fato de ter publicado suas obras somente em 1899, após a morte do precursor catarinense<sup>58</sup>. As palavras de Mário sobre a visita, publicadas em jornal, como avisara a Alphonsus que o faria, dão a exata medida da relação do autor paulista com o *Simbolismo*, entusiasmo que hoje não permite mais que se confunda com uma mera admiração pela pessoa de Alphonsus ou por fragmentos de seus versos:

E foi uma hora de inesquecível sensação a que vivi com ele. Na tristura cinza do aposento, pude dizer-lhe pausadamente, em calma, as lindas coisas que eu sentia sobre a sua *arte desacompanhada e incompreendida*. [...] Falei-lhe depois do descaso em que o deixavam os nossos. Sorri, num meigo perdão; e recompensou-me o afeto, dando-me versos. [...] Passaram-me então pela voz grande cópia de versos maravilhosos que a nossa gente não sonha, nem imagina – *fortunas de poesia, nababescas, sepultadas numa terra de saudade. Versos encantados*, dos mais lindos da língua portuguesa, dos mais comovidos dos nossos dias, dispersos em revistas que os não realçam, fanando num ineditismo pasmado e burguês. (ANDRADE, 1919. Grifos nossos)

A admiração pelo Simbolismo jazia mal explicada. Para perscrutar a influência de Cruz e Sousa sobre nossos modernistas, levando em conta os tradicionais estudos que envolvem as vanguardas europeias, é preciso mapear o Pré-Modernismo e examinar a germinação da *Semana de 1922*. Façamo-lo com cuidado.

Mário da Silva Brito é objetivo quando aponta a atmosfera conflitante e instável dos dois primeiros decênios do século XX, permeados de greves e protestos que, de certo modo, externavam uma decepção com o

---

58 Destacamos oportunamente esse aspecto: “Andrade Muricy acentua a veneração que sentia Alphonsus por Cruz e Sousa: ‘Alphonsus de Guimaraens, admirador de Cruz e Sousa a ponto de viajar para o Rio somente a fim de conhecê-lo, só em 1899, já morto o poeta, publicou o seu primeiro livro de poemas [...]’ (MURICY, 2000, p. 34. (Grifos nossos). De fato, o poeta mineiro estreou em 1899 com duas obras: *Setenário das dores de Nossa-Senhora e Câmara ardente*, e também *Dona mística*, todas pela Tip. De Leuzinger & Cia. *Setenário das dores de Nossa-Senhora*, porém, foi escrito entre 1892-94. Ver em: LISBOA, 1945, p. 40; o que bem explica a ênfase das palavras de José Cândido de Andrade Muricy” (CAPOBIANCO, 2016, p. 104).

advento das conquistas da República, somando-se à tenebrosa época da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que abalou a noção de direitos, de ordem, de humanidade, de solidez política. Afora esse contexto, a confluência de uma brusca modernidade tecnológica inseriu fábricas, automóveis, luz elétrica e *bondes elétricos*<sup>59</sup>, novos sistemas de produção e trabalho, presente ainda a forte oligarquia cafeeira paulista, e engrossando o predomínio econômico-financeiro desta região sobre o restante do país (BOSI, 2013). Mais proeminente, São Paulo cresceu estatisticamente no campo populacional e produtivo, e exigiu que a Arte concorresse, igualmente, neste avanço. Não foi sem razão que, em 1942, discursando sobre o “Movimento Modernista”, o já maduro Mário de Andrade declarou que “a nobreza regional nos dava mão forte [...], a aristocracia tradicional nos deu mão forte”, e em rápido fragmento expõe uma constatação, diríamos, definitiva: “[...] o que importa era poder realizar essa ideia, além de audaciosa, *dispendiosíssima*. E o fator verdadeiro da Semana de Arte Moderna foi Paulo Prado” (ANDRADE, M., 1965, p. 231-255. Grifo nosso). Tratava-se de um mecenas influente no meio e amante das artes, cujo patrocínio e força política simplesmente permitiram que o evento ocorresse.

Nessa esteira, o pesquisador Sérgio Miceli entendeu o papel político como preponderante para a eclosão do movimento, realizando interessante comparação com os Simbolistas, cujo valor e projeção foram radicalmente mitigados. Escreve Sérgio Miceli:

---

59 A expansão dos bondes elétricos foi imensa e, praticamente, súbita – o que mudou *radicalmente* a paisagem e vida dos brasileiros. Embora o monopólio desse “novo” transporte tenha sido assumido, ainda no final do século XIX, pela companhia canadense *The São Paulo Tramway, Light and Power Co.*, e a *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power*, foi a Companhia estadunidense Ferro-Carril do Jardim Botânico que patrocinou a primeira viagem em um bonde elétrico, em 8 de outubro de 1892, o “104”, que em uma viagem de 12 minutos levou personalidades como o vice-presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, do Largo da Carioca até a Rua Dois de Dezembro. Em crônica, oito dias depois, Machado de Assis faz referência a essa viagem inaugural, impressionado com a altivez do motoneiro que conduzia o bonde. Popularizando-se, em seguida, nas grandes capitais, as primeiras linhas de bondes elétricos chegaram a Salvador, Bahia, em 1897, mas foram instaladas em Botafogo e Copacabana somente em 1901 – vascularizando-se para outros bairros nos anos seguintes (embora a luz elétrica nas ruas tenha chegado à cidade do Rio de Janeiro somente em 1904). Estes bondes à eletricidade foram implementados em Belém, no Pará, em 1907; Fortaleza, no Ceará, em 1913; Recife, em Pernambuco, em 1914; e no Maranhão em 1924. Conta Luiz Cesar que só nas primeiras décadas do século XX se deu a ramificação maciça dos bondes elétricos, modificando o tecido social na medida em que classes mais altas também utilizavam o serviço. (PRIORE, 2016; MOTOYAMA, 2004, p. 197; SELBACH, 2009; CARDEMAN & CARDEMAN, 2016; ASSIS, 2013; RODRIGUES, in: RIBEIRO, 2015)

Embora tenham sido os responsáveis pela importação das vanguardas europeias depois da Primeira Guerra – O Surrealismo, o Futurismo etc. – tal fato por si só não dá conta da vitória política com que consolidaram sua posição no campo intelectual. A nova hierarquia de legitimidades que acabaram por fazer prevalecer teve, de início, o respaldo do trabalho político-ideológico que desenvolveram em favor da burguesia paulista, em seguida, por força de seu envolvimento nos aparelhos do Estado durante o período Vargas. Não fosse tal papel político, o ‘destino’ social e intelectual dos modernistas poderia ter sido semelhante ao dos *simbolistas brasileiros*, relegados no campo intelectual a despeito da importação de um novo paradigma poético. (MICELI, 1977, p. 83. Grifos nossos)

No mesmo discurso proferido em 1942, por Mário de Andrade, diversas vezes se refere ao caráter *destrutivo* do movimento, que Alfredo Bosi designa como irracionalismo (BOSI, 2013, p. 325), ademais, tendência também nos grandes centros culturais do mundo, no entorno da época da *Semana de 1922*. Desfazer-se do passado era o lema, como nos sete artigos ousados que publicou no *Jornal do Commercio*, em 1921, sepultando e escarnecendo dos poetas parnasianos brasileiros mais célebres: Olavo Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Vicente de Carvalho e Francisca Júlia<sup>60</sup>.

#### **4. O futurismo e as artes plásticas**

A desilusão com o contexto sociopolítico não fez do Futurismo, movimento fundado em 1909 pelo italiano Filippo Tommaso Marinetti, apoio para que Oswald de Andrade, ainda em 1912, chegando ao Brasil entusiasmado com esta vanguarda e também com as novas proposições do laureado poeta Paul Fort, desse propulsão ao que viria a ser a eclosão modernista. Entretanto, as ideias lhe haviam ficado marcadas, germinando, e o influenciariam mais adiante.

A despeito disso, em uma análise do próprio Manifesto Futurista, vemos trechos que parecem não destoar do sentido que Cruz e Sousa pretendeu conferir à sua poética. Vejamos. Filippo Tommaso Marinetti propõe cantar

---

60 Proclama, em um dos trechos, Mário de Andrade, como o faz em outros: “[...] odiei os Mestres do Passado, que admiro, mas cuja paternidade renego. [...] Malditos para sempre os Mestres do Passado! [...] Tolos e Malditos! Cuspimos sobre vós a nossa maldição e as risadas alumbantes da nossa cólera, o despeito divino das nossas impaciências! [...] E que não fique nada! Nada! Nada!”. (BRITO, 1974, p. 254-309)

o amor ao perigo, o hábito à energia e à temeridade. Os elementos da nossa poesia serão a coragem, a audácia e a revolta. Tendo a literatura até aqui enaltecido a imobilidade pensativa, o êxtase e o sono, nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo ginástico, o salto mortal [...] uma beleza nova: a beleza da velocidade [...] É preciso que o poeta se desgaste com o calor, brilho e prodigalidade, para aumentar o fervor entusiástico dos elementos primordiais [...] A poesia deve ser um assalto violento contra as forças desconhecidas, para intimá-las a deitar-se diante do homem. (MARINETTI, in: TELES, 2012, p. 118-121)

O vanguardista italiano, curiosamente, termina o texto com uma frase de eco simbolista, como se lê: “de pé sobre o cimo do mundo, nós lançamos ainda uma vez mais o desafio às estrelas”, em que o conjunto das expressões são, em essência, elevar-se para reivindicar sua proposta a todos os cantos do mundo, simbolizado pelas estrelas.

Cruz e Sousa poderia ter espelhado estas propostas futuristas tendo vivido mais de dez anos antes? Em um soneto, da obra de estreia do catarinense, *Broquéis*, distante quinze anos dos ideais de Filippo Tommaso Marinetti, podemos ler:

#### LÉSBIA

Cróton selvagem, tinhorão lascivo,  
Planta mortal, carnívora, sangrenta,  
Da tua carne báquica rebenta  
A vermelha explosão de um sangue vivo.

Nesse lábio mordente e convulsivo,  
Ri, ri risadas de expressão violenta  
O Amor, trágico e triste, e passa, lenta,  
A morte, o espasmo gélido, aflitivo...

Lésbia nervosa, fascinante e doente,  
Cruel e demoníaca serpente  
Das flamejantes atrações do gozo.

Dos teus seios acídulos, amargos,  
Fluem capros aromas e os letargos,  
Os ópios de um luar tuberculoso...

Em vez de uma poesia gratuitamente agressiva, o que não almejou Filippo Tommaso Marinetti, mas a velocidade estrídula das conexões simbólicas, vemos Cruz e Sousa, no primeiro terceto, exaltar a “fascinante” Lésbia “demoníaca”, atraído pelas “flamejantes atrações do gozo”. Além de sensualizar o amor ao perigo, a audácia de afrontar a “Planta mortal”, traspassa o soneto a revolta de encontrar o caos sexual e de afrontá-lo sem receio. Energia no sexto verso, que “ri, ri risadas de expressão violenta”, unindo a aliteração assonante, que soa como uma risa-

da sarcástica e hiperbólica, à manifestação de escárnio, agressão e poder.

A velocidade do passo ginástico e do salto mortal – nas citadas palavras de Filippo Tommaso Marinetti – vemos na rapidez ciclópica com que Cruz e Sousa afronta a sexualidade perigosa e vai, em fração de instante, do “Amor trágico” ao “espasmo gélido” e “afritivo” da “morte”. Enfrenta os pavores febris da poderosa sexualidade humana, carregada de paradoxos e antíteses, e termina sentindo – textualmente – fluírem “carros aromas” dos seios de Lésbia. A cada grupo de versos as cenas se alternam como em *flashes* cinematográficos: da planta selvagem para a carne sangrenta, da risada que funde Amor e morte à metaforização da mulher em “cruel e demoníaca serpente”, para que a cena, em seguida, conclua com o eu-lírico esgotado dos prazeres luxuriantes, como se dos seios da fêmea fluíssem ópios narcotizantes e, a esta imagem baça, tonta, semelhassem a sensação de palidez na penumbra e a visão enfermiça de um “luar tuberculoso”. Capilaridade simbólica.

O soneto, inteiramente entrechocado de símbolos e expressões dúbias, antitéticas, sugestionadoras e desprovidas de unicidade de sentido, com vocabulário de alto preciosismo expressivo, colidindo a violência com a atração, a ironia das risadas com a tontura orgiaca, a selvageria que vêm das plantas agrestes (da espécie arácea do “tinhorão” ou da euforbiácea do “cróton”, do qual se extrai óleo fortemente purgativo) (CRUZ, 1965), amalgama a rapidez das imagens confundidas em sensações, espasmos, ruídos (“ri, ri, risadas”), com a prodigalidade de elementos, da qual fala Filippo Tommaso Marinetti. Se o soneto encerra com o eu-lírico entontecido pelos delírios “pecaminosos” do gozo, recordamos o trecho acima, do futurista italiano: “a poesia deve ser um assalto violento contra as forças desconhecidas, para intimá-las a deitar-se diante do homem”.

Fica-nos a hipótese de que alguns parâmetros teóricos modernistas provieram, de fato, das vanguardas, mas quantos intelectuais do período, respeitosos ao Simbolismo e silentes (ou quase) sobre Cruz e Sousa, leram sua obra e se apropriaram de recursos da estética do catarinense? Resta seguir a linha histórica das vanguardas e o processo eclóxico do Modernismo.

Assim, é curioso que o estudioso Mário da Silva Brito pontue – como tantos outros já o fizeram – dois eixos decisórios para o fomento modernista e sua futura irrupção, *que não vieram das Letras*: a exposição da pintora Anitta Malfatti, em 1917, que reunia 53 trabalhos, e a mostra

das esculturas de Victor Brecheret, em 1920. Os aplausos para *Juca Mulato*, de Menotti del Picchia e a estreia ainda hesitante de Mário de Andrade, em *Há uma gota de sangue em cada poema*, ambas as publicações também de 1917, não haviam motivado “os novos” ao engajamento imediato na revolução literária – ou, pelo menos, à eclosão imediata, pois a Semana de 1922 esperaria ainda cinco anos, não obstante Mário de Andrade, em 1942, dissesse que esse tempo anterior foi de “gestação”. Ora, recordemos que foi em cinco anos (1893 – 1898) que Cruz e Sousa compôs toda sua obra simbolista “central” em prosa e verso. Trata-se de bastante tempo.

O expressionismo das telas de Anitta Malfatti provocou verdadeira reviravolta, como “a arte que se faz atualmente nos mais adiantados meios de cultura”<sup>61</sup>, gerando um artigo de crítica ácida, de Monteiro Lobato, que acendeu as defesas e ânimos dos jovens intelectuais, a ponto de Mário de Andrade considerar que devia à força dos quadros da pintora “a revelação do novo e a convicção da revolta”, arrematando que “foi ela, foram seus quadros, que nos deram uma primeira consciência de revolta e de coletividade em luta pela modernização das artes brasileiras. Pelo menos para mim”. (ANDRADE, M., 1944)

Se é notável que vários escritores e poetas, como Menotti del Picchia, José Pereira da Graça Aranha, Oswald de Andrade e o próprio Mário tenham dado impulso ao ideal modernista a partir de uma pintora, é também impactante – para o estudioso – o fato de o desfecho do movimento “novo” ter sido inspirado por um tímido escultor, Victor Brecheret, que foi descoberto em quase anonimato pelos protagonistas das futuras letras vanguardistas brasileiras. Mário de Andrade (1920)<sup>62</sup> escreve que o escultor é tão “ignorado que conhecê-lo assume quase a proporção de um descobrimento”, pois o artista, que havia estudado na Europa, como Anitta Malfatti, “não reflete apenas as ideias modernas. Não é um espelho, é uma fonte viva de criação, impressionante na coerência com que

---

61 Registro de Arte. Exposição Malfatti. *Correio Paulistano* de 14 de dezembro de 1917, p. 6. O artigo não é assinado.

62 Com o pseudônimo de Ivan. Mário da Silva Brito alude que o artigo, assinado por “um certo Ivan”, “deve ser Oswald de Andrade”, mas a especialista em Modernismo e seus autores, Telê Ancona Lopez, não duvida: “Prestando-se atenção ao estilo, no uso da língua portuguesa do Brasil, na epígrafe colhida em Frei Luís de Sousa, no conhecimento sólido de História da Arte, no nome Michelangelo abraçado para Miguel Anjo e, principalmente, na religiosidade, outra autoria se esgueira – Mário de Andrade”. (LOPEZ, 2013, pp. 51-89)

junta à utilização eloquente do símbolo a sadia inocência dos primitivos”. (ANDRADE, M., 1920)

O Simbolismo de Cruz e Sousa, que não passou – e nem poderia passar – despercebido ou não-lido por nossos modernistas<sup>63</sup>, envolvia profundamente, como recursos de escola, o jogo sinestésico de cores, imagens, sons, formas, texturas, sabores, odores. Sob a forma de poesia, em verso ou prosa, *de certa forma* Cruz e Sousa já havia “produzido” os traços avançados de Anitta Malfatti ou as formas primitivo-modernizantes de Brecheret, às quais alude Mário de Andrade. (A recente comparação que fizemos entre Cruz e Sousa e o Futurismo é uma mostra dessa interpenetração de artes e estilos).

As vanguardas europeias, que ainda estavam consolidando seus manifestos, não possuíam um contingente de obras lidas e absorvidas pelos intelectuais brasileiros a ponto de os entusiasmar, e por isso Oswald de Andrade, que lera o *Prefácio Interessantíssimo* de Mário antes da publicação, escrevendo em periódico que o via como “meu poeta futurista”, gerou réplica no mesmo meio, em que o autor de *Pauliceia Desvairada* desmentia ser futurista, afirmando-se como moderno, malgrado Oswald persistir em classificá-lo como futurista. (BRITO, 1974), em artigo seguinte.

O arrojo surpreendente das formas esculpidas por Victor Brecheret, ou mesmo o flagrante pós-impressionismo original, de Anitta Malfatti, poderiam ser “simbolismos extraliterários”? Parece-nos plausível a tese, não obstante as escolas ganhassem nomenclaturas diversas. Cruz e

---

63 Embora sobre Cruz e Sousa não se tenham encontrado depoimentos da lavra de Oswald de Andrade, Raul Bopp, Menotti del Picchia ou Graça Aranha, se Mário de Andrade conhecia e admirava entusiasticamente os textos do poeta de Santa Catarina, não constitui mera “cogitação” que os demais tenham também lido, mesmo sob o entusiasmo do autor de *Pauliceia desvairada*. O fato de Mário nada ter publicado sobre o autor de *Faróis*, segundo Gilberto Mendonça Teles (1994), pode ter ocorrido para não “macular” as novidades das teorias poéticas do autor modernista, algumas já presentes em Cruz e Sousa. A predominância de um homem afro-brasileiro, na dimensão em que atingiu o Simbolismo, no Brasil, contribuiu para que os intelectuais – durante décadas de preconceito, frise-se bem – tenham se omitido de aprofundar a obra do autor de *Últimos Sonetos* e demonstrar sua força precursora publicamente. Quando as anotações pessoais de Mário mencionam mais de uma vez, o “dadaísmo” e o caráter “destrutivo” da poética sousiana – mesmo aspecto que atribui à eclosão do Modernismo, parece claro que as omissões foram propositais. A essas conclusões, de certo modo consoantes às de Gilberto Mendonça Teles, chegamos em recente trabalho de doutorado. Ver em: CAPOBIANCO, 2016.

Sousa já fizera, no campo das letras, realizações expressionistas<sup>64</sup> muito próximas às vanguardas, e qual dos intelectuais próximos a Mário de Andrade não as havia lido? (Lembremos que se tratava de uma das camadas mais cultas da sociedade, e, decerto, haviam lido “tudo” de importante ou repercussivo que já fora publicado).

### **5. O roteiro do próprio Mário de Andrade**

Se nos foi possível vislumbrar traços futuristas a partir de um soneto de Cruz e Sousa, em vez de iniciarmos a análise com trechos de nossa escolha, para marcar os traços antecipadores do modernismo na poesia brasileira, tomemos os exemplos das anotações do próprio Mário de Andrade, pois ao adquirir um volume de *Poesias* completas, de Cruz e Sousa, edição lançada por Nestor Vítor em 1923, o autor de *Paulicéia Desvairada* registrou diversas considerações, de próprio punho, em numerosas páginas do livro do catarinense. Foi somente em 1969 que Nites Terezinha Feres publicou o que Mário havia escrito quase “às ocultas”, e é o autor de *Macunaíma* quem expressamente nos “oferece o roteiro” para entender a influência de Cruz e Sousa na atual pesquisa. Sempre no livro do catarinense, o jovem paulistano manuscreeveu:

[Na página 165:] Estes poemas longos dos Farois são característicos a esse respeito. O poeta [Cruz e Sousa] é escravo das associações. Não sabe o que vai dizer. Tem moto lírico inicial: será a mãe escrava, será a recordação do amigo. [...] E o tema sem leme segue ao leão das associações, corre, bordejando, afunda, sobe à tona e morre finalmente sob o impulso ondulado das rimas./ Agosto de 1923. Vide<sup>65</sup> pgs 184, 195, 170, 217, 241. [Na página 164:] Cruz e Sousa, sem intenção de fazer espírito, [...] é um verdadeiro precursor do dadaísmo. Atingindo o impressionismo mais destrutivo, por meio de sucessões

---

64 Aduz Ivone Daré Rabello que alguns procedimentos do poeta poderiam *hoje* ser “associados” à modernidade, mas “só anos depois, nas vanguardas de início do século XX, se tomarão programáticos. Assim, seria erro de anacronismo nomeá-los como ‘expressionistas’ ou ‘surrealistas’, bem como falar-se de ‘antecipação’ para ressaltá-los” (RABELLO, 2006, p. 148). Como Mário de Andrade anota que Cruz e Sousa era “legítimo dadaísta” ou “precursor” do movimento, e Sonia Brayner assina artigo com terminologia inequívoca (BRAYNER, in: SOARES; MUZART, 1994), em nossa pesquisa atribuiremos à poética do esteta catarinense as características de impressionista, expressionista, dadaísta, futurista ou surrealista como forma de *catacrese*, na falta de outros nomes para designar os processos utilizados por Cruz e Sousa, e que ultrapassam os limites do próprio Simbolismo e de sua época.

65 Nesta expressão (“vide”) está o inequívoco e atento roteiro que Mário seguiu na Obra de Cruz e Sousa, o que nos indica com segurança o itinerário a percorrer e demonstra – mais uma vez – o quanto esses liames ficaram inexplorados até hoje.

de ideias que se ligam não mais por meio de inteligência, mas muito mais por associações, muitas vezes totalmente subconscientes e pessoais. [...] As ideias nascem das rimas e daí muitas vezes um imprevisto delicioso, desconcertante, eminentemente lírico, mas eminentemente impressionista e destrutivo também. [Na página 217:] Do mais legítimo dadaísmo. É como a minha página ‘Trágica’, onde acumulei sem concatenação de ideias, ideias sinistras. (FERES, 1969)

Não foram as únicas anotações de Mário de Andrade, mas o “roteiro” transcrito nos leva à própria obra que manuseou, e é possível identificar quais composições foram destacadas pelo leitor paulista em seus comentários. Na página 165, em que parece descrever o dadaísmo sem nomeá-lo, consta o soneto “Flores da Lua”<sup>66</sup>, de Cruz e Sousa:

Brancuras imortais da Lua Nova  
Frios de nostalgia e sonolência...  
Sonhos brancos da Lua e viva essência  
Dos fantasmas noctívagos da Cova.

Da noite a tarda e taciturna trova  
Soluça, numa tremula dormência...  
Na mais branda, mais leve florescência,  
Tudo em Visões e Imagens se renova.

Mistérios virginais dormem no Espaço,  
Dormem o sono das profundas seivas,  
Monótono, infinito, estranho e lasso...

E das Origens na luxúria forte  
Abrem nos astros, nas sidéreas leivas  
Flores amargas do palor da Morte.

Ao mencionar as associações, “o poeta não sabe o que vai dizer”, vemos que Mário de Andrade foi sensível à ligação do brancor vago lunar com a nostalgia, o sono, os fantasmas humanos imaginários, pois a expressão “fantasmas noctívagos da Cova”, devido à maiúscula, atinge perturbadora dimensão psíquico-simbólica. Não são *meramente* fantasmas visíveis surgindo em covas de cemitérios. São, dentre tantas amplitudes, “covas da existência”. Os elos entre a lua e os “mistérios virginais”, “Espaço” (a maiúscula sideraliza o termo), seivas subterrâneas quase imóveis e as “Visões” e “Imagens” se renovando condizem mais com a percepção quase onírica do poeta catarinense, capturando as associações em êxtase, do que com processos de inteligência e causa/efeito.

---

66 No grande espaço em branco da página 164, em que aparece a última quadra de “Envelhecer”, de Cruz e Sousa, Mário fez as anotações que já ressaltava se referirem a “estes poemas longos dos Faróis”.

Mário teve a acuidade de notar a renovação de toda essa ambiência “monótona e lassa” no surgimento da “luxúria forte” abrindo sulcos (leivas) no Espaço, tamanha a força do desejo se contrapondo à monotonia. Ligações de *animus* poético, não de raciocínio temático. E, mesmo quando cita as demais páginas, o modernista é capaz de sentir com nitidez os processos de escrita sousiana em toda a obra.

Luiz Gonzaga Duque, amigo próximo do simbolista de *Broquéis*, assim compreendeu o processo composicional do artista: “escrevia [Cruz e Sousa] [...] uma série de anotações de autopsiquismo, e por isso guiado unicamente pela sua imaginação de psicopata, demonstrava fecundidade produtora notável”. (DUQUE, in: COUTINHO, 1979, p. 102)

Dentre as páginas citadas por Mário de Andrade, temos a 184, com cinco quadras do longo poema “Esquecimento”, em que Cruz e Sousa vai do amargor da memória, em forma de rio e “céu largo”, ao metapoema dos próprios versos e da proteção autorreflexiva que a poesia lhe dá:

Ó rio roxo e triste, Ó rio morto,  
Ó rio roxo, amargo...  
Rio de vãs melancolias de Horto  
Caídas do céu largo!

[...]

Ó meu verso, ó meu verso, ó meu orgulho,  
Meu tormento e meu vinho,  
Minha sagrada embriaguez e arrulho  
De aves formando ninho.

A concatenação do pensamento sem amarras, poderoso e livre, se dá também na página 195 do livro do simbolista, que Mário assinalou, nas quatro estrofes de “Violões que choram”, em que “malditos, réus, suicidas” surgem em meio a “virgens nos românticos enleios”, “requiebros de faunos”, “mornas melopeias”, “contorções de açoites”, “violões”, “luar das meias-noites”. O processo de ampliação do eixo sensorial dissociado de uma lógica racionalista é sentido intensamente pelo modernista paulistano, que também menciona a página 170, em que o poeta catarinense escreve, entre outros versos:

Tédio do Réquiem do Universo inteiro,  
Morbus negro, nefando,  
Sentimento fatal e derradeiro  
Das estrelas gelando.

Se *morbus* é termo técnico para doença, enfermidade, variação ra-

ra ou erudita de “morbo”, o poeta entoava uma obra fúnebre – o Réquiem – para o Universo em que estrelas se congelam e a vida, então, se paralisa, muito embora na estrofe seguinte, sempre sobre o Tédio, constem nos dois versos finais:

És o sol negro, o criador, o gêmeo,  
Velho irmão do meu sonho!

A rapidez com que a morte se transmuta em vida, e volta a ser antigo sonho, “velho irmão”, tudo sob o símbolo misterioso e plurissignificativo do “sol negro”, parece evidente e abrange processos poéticos cuja modernidade não estava ajustada à época em que o poeta compunha, e surpreenderam Mário de Andrade, como vimos, que cita também a página 217, final do poema “Pressago”, em que surgem versos de inspiração descentrada e afastados da lógica prosaica:

Sob o céu que nos oprime  
Languescem formas de crime.  
Com os mais sinistros furores,  
Saem gemidos das flores.  
[...] A morte com Sancho Pança,  
Grotesca e trágica dança.

O crítico paulistano, vendo mesclar-se no mesmo contexto “formas de crime”, “flores” e “Sancho Pança” (personagem de *Dom Quixote*, de Cervantes) dançando com a morte, identifica a ressignificação da poética como liberdade vanguardista e destrutiva, página exata em que escreveu à mão: “do mais legítimo dadaísmo”, e compara ao seu próprio poema, “Trágica”. A influência e “filiação” declarada ficaram em anotações pessoais, em seu poder; não obstante, indubitáveis.

Na página 241, a última que mencionou, encontramos o início do poema “Litania dos Pobres”, já com versos desse calibre:

Os miseráveis, os rotos  
São as flores dos esgotos.  
[...] São os grandes visionários  
Dos abismos tumultuários.

Estão rotos, nos esgotos, ou são visionários abismais? Os versos de associação guiada pela sensorialidade livre, decerto, tiveram forte impacto sobre o autor de *Paulicéia Desvairada*, eis que a numeração das páginas, pelo próprio punho de Mário, não foi obra do acaso.

Em seguida, ao escrever na página 164 de *Poesias* do catarinense, em que consta apenas a quadra final do poema “Envelhecer”, menciona o

dadaísmo, que nos remete às anteriores impressões de destrutividade e impressionismo que identificara nos versos de Cruz e Sousa, vindo ao encontro do que Márcia Camargos (2007, p. 46) considerou sobre a *Semana de 1922*: “foi essencialmente destruidora”.

Se Mário de Andrade se surpreendeu de tal forma com a leitura das composições do simbolista catarinense, se foi a figura central e mais influente do Modernismo, o que é consenso crítico, e se absolutamente nada publicou (artigos, textos, livros) sobre Cruz e Sousa, a influência merece análise pormenorizada. É preciso retornar à correnteza que levou os entusiastas e jovens autores até o irromper da *Semana de Arte Moderna*, retomando sutis contradições e ambiguidades.

Márcia Camargos entende que o “ódio ao burguês” como ideologia, ademais, ideia que se subentende no título de um poema de *Paulicéia Desvairada*, “Ode ao burguês”, não encontrava seu oposto no proletariado, mas no boêmio (CAMARGOS, 2007, p. 43)<sup>67</sup>, sendo não exatamente a “arte do povo” o que os modernistas intentavam fundar, como diz a autora, mas um movimento que somava “vanguarda, folclore e urbanismo”, engajado com as camadas abastadas da sociedade, “coisa de grã-fino”, a exemplo dos louros que vimos Mário atribuir ao mecenas Paulo Prado. Isto porque, ainda na denúncia de Márcia Camargos, inúmeros artistas de proeminência na época ficaram excluídos da *Semana de Arte Moderna*, como o escritor pernambucano Joaquim Inojosa, o carioca Adelino Magalhães, o pintor ítalo-brasileiro Eliseu Visconti (que produziu obras naturalistas, renascentistas, simbolistas, de *art nouveau*, pontilhistas, impressionistas e neorrealistas) (OLIVEIRA, 2008), o chargista Voltolino, as raízes brasileiras em Ernesto de Nazaré, e diversos outros artistas. Até mesmo a fotografia, o teatro e o cinema – todos já com produções de relevo nacional/nacionalista, ficaram excluídos da *Semana*.

O próprio Oswald de Andrade, escrevendo em 1954, justificou que o Modernismo, “como qualquer movimento literário, [...] se processou no início sem esquema, sem passaporte e sem justa definição” (ANDRADE, O., 1992), omitindo o fato de que as vanguardas estrangeiras, desde o irromper do século XX, surgiam com manifestos mais ou menos definidos, como o *Futurismo* (1909), o *Expressionismo* (1911, 1912, 1918), o *Cubismo* (1913), o *Dadaísmo* (1918), o *Espírito-novismo* (1918, 1920), para citar somente aquelas cujos manifestos organizados em mai-

---

67 Márcia Camargos atribui a ideia a Oswald de Andrade.

or ou menor grau foram publicados antes da *Semana de 1922* (TELES, 2012). Tal processo não se deu com o Modernismo brasileiro, o que fica evidenciado na heterogeneidade das manifestações teóricas posteriores à *Semana*, eis que não houve anteriores: “A escrava que não é Isaura” (1924-1925), de Mário de Andrade; “O Espírito Moderno” (1924), conferência de José Pereira da Graça Aranha; “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” (1924) e “Manifesto Antropófago” (1928)<sup>68</sup>, ambos de Oswald de Andrade; “Manifesto do Verde-amarelismo” (1929), de vários autores.

A dicotomia nacionalismo/universalidade, que confusamente permeou o movimento modernista, é observada por Alfredo Bosi ao revelar a própria ambiguidade em que se via Mário, em cujos artigos lhe oscilava o pêndulo da “cor nacional” e da “arte em si mesma”. Alfredo Bosi escreve:

Uma tendência dramática do projeto crítico de Mário de Andrade o induzia às vezes a relativizar o caráter vinculante da instância nacional e a reconhecer a prioridade dos processos universais da imaginação e do desejo intimamente ligados ‘àquela vida intuitiva e paraconsciente do Ser, onde se realiza no seu mais divinatório e profundo sentido o fenômeno da invenção’ (‘Um crítico’) [nome do artigo do qual Bosi extraiu as palavras de Mário] (BOSI, 2008. p. 25).

Márcia Camargos lembra, também, a incongruência de um artigo de Oswald de Andrade, “Meu poeta futurista” (1921), referindo-se a Mário, que respondeu no artigo “Futurista?”, negando ser um autor futurista, malgrado algumas conexões, sucedido de outro artigo de Oswald, reafirmando a ideia inicial – como já nos mencionamos. Márcia Camargos, ainda, observa a noção endossada por boa parte da crítica de que o irromper do Modernismo em nossas artes, em essência, surgia como tentativa de reafirmação nacionalista, abalada pelo caos pós-Primeira Guerra (1914-1918).

A falta de uma hegemonia ideológica desperta suspeitas sobre a ligação entre a poética de Cruz e Sousa e a escrita Modernista (devido ao silêncio dos “novos” a esse respeito), embora a temática “brasílica” qui-

---

68 O escritor e diplomata João Almino inicia seu artigo “Por um universalismo descentrado: considerações sobre a metáfora antropófaga” demonstrando a fragilidade teórica que permeou o nascimento do pensamento modernista: “Não há no *Manifesto Antropófago*, escrito e lançado por Oswald de Andrade, um corpo coerente de ideias a que possamos nos referir para uma análise de seu significado e alcance. Existiu – ou existe ainda –, contudo, uma rica metáfora, presente tanto no Manifesto quanto na Revista de Antropofagia, que serviu para animar parte do debate cultural no Brasil e teve grande repercussão para o modernismo brasileiro” (ALMINO, 2011, p. 55. Grifos no original).

sesse se impor como tônica. Gilberto Mendonça Teles (2012, p. 170), ao se referir à acentuada tendência “desagregadora” do Dadaísmo, remete-nos ao caráter “destrutivo” que Mário de Andrade viu na obra do poeta catarinense.

Em recente pesquisa de doutorado observamos que a crítica leu Cruz e Sousa ao largo do século XX sem se manifestar diretamente sobre o conteúdo da poética, o que raríssimos comentários em outro sentido não denegam a constatação, pelo menos até 1945, quando José Cândido de Andrade Muricy publica numerosas composições inéditas do simbolista catarinense, modificando aspectos estruturais do projeto estético original de Cruz e Sousa, cuja atuação não mais passou a ser encarada como “omissa” da causa abolicionista do final do século XIX, além de outras transformações.

Os elementos que possuímos (acrescendo agora alguns), portanto, nos permitem sopesar os valores da trajetória modernista e suas influências, ainda que até o entorno da *Semana de 1922*, da seguinte forma: a forte impressão de Mário de Andrade sobre a poética de Cruz e Sousa, registrada “em segredo”; a preponderante influência (ou liderança) do escritor de *Macunaíma* sobre os demais autores modernistas, que ultrapassou 1922; o silêncio de todos sobre o afro-brasileiro Cruz e Sousa; a afirmação de Gilberto Mendonça Teles sobre o risco da poética simbolista do desterrense prejudicar as “novidades modernistas” de Mário de Andrade; a constatação de numerosos críticos de relevo (Otto Maria Carpeaux, Donald Schüller, Massaud Moisés, Oswald de Andrade, para citar alguns) sobre a “filiação” da estética modernista ao Simbolismo – fundado por Cruz e Sousa no país, o que levou Mário a escrever a Manuel Bandeira, em 1924: “deixa eu te falar sobre o modernismo e descendência do simbolismo [...] Não sou mais modernista. Mas sou moderno, como você. Hoje eu já posso dizer que sou também um descendente do simbolismo. O modernismo evoluciona” (ANDRADE, M., in: MORAES, 2000, p. 168), a dissensão sobre uma unidade teórica que guiasse os modernistas em busca de uma “vanguarda brasileira”; e a falta de um mergulho legítimo nas raízes populares (ao menos até *Macunaíma*, de 1928 – “longe”, portanto, da *Semana de 1922*); bem como a semelhança simbolista na escrita de Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos e no “medalhão” José Pereira da Graça Aranha (figura algo “patronal” da eclosão modernista), que constatamos em trecho de *Canaã* (1902).

Mais que o encerramento totalitário de um problema, prossegue o severo questionamento da infiltração profunda da obra de Cruz e Sousa

na escrita destes (pré)-modernistas, ocorrida talvez inconscientemente sobre o grupo de autores – exceto Mário –, e a significativa possibilidade do simbolismo sousiano ter sido omitido das modernas rodas literárias para dar destaque às vanguardas (conferindo aos intelectuais brasileiros a ideia apoteótica de “antropofagizar” as novidades estrangeiras, [re]criando a nossa); e pelo óbvio fato do movimento capitaneado por Cruz e Sousa não ter recebido o aval das elites críticas nos primórdios e nos decênios inaugurais do século XX, além de tratar-se de um autor afro-brasileiro sem miscigenação. Na época que envolveu a *Semana*, e dispensa fundamento dada a notoriedade, o preconceito etnorracial era bastante severo, penetrando forçosamente nas camadas literárias, eis que a gênese sociológica que aprofunda o racismo era bem mais contundente do que contemporaneamente ainda o é.

## **6. Conclusão**

Pensando fora do campo subjetivo, as semelhanças sousianas na escrita modernista; a gênese simbolista como “patrona” das grandes vanguardas novecentistas; a sobrevivência misteriosamente “clandestina” da obra de Cruz e Sousa e o preconceito nos levam a uma influência do poeta de *Faróis* muito maior do que os estudos e autores afirmam. Será que a mesma política que gerenciou o custo astronômico da *Semana* também engajou os intelectuais a alardearem as inovações estrangeiras, quando já havia no país um afro-brasileiro que explorara a fundo muitos dos processos criativos ditos “novos”, pelos modernistas? Qual o interesse em projetar o poeta simbolista brasileiro do oitocentos? Talvez “nenhum”.

As perguntas se multiplicam, mas uma certeza resta incólume e permite a atual pesquisa: é preciso aprofundar *bem mais* os estudos sobre a modernidade nas letras brasileiras tomando como ponto de partida não exclusivamente as vanguardas, mas o pontapé inicial gigantesco de nosso Simbolismo: a obra de Cruz e Sousa, o que – sem dúvida – gerará inusitadas e renovadas conclusões.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMINO, João. Por um universalismo descentrado: considerações sobre a metáfora antropófaga. In: ROCHA, João Cezar de Castro; RUFFINELLI, Jorge (Orgs.). *Antropofagia hoje?* Oswald de Andrade em cena. São Paulo: Realizações, 2011.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ANDRADE, Mário de. Carta a Alphonsus de Guimaraens. *A cigarra*, 01/08/1919.

\_\_\_\_\_. Mundo musical: fazer a história. *Folha da Manhã*, de 24/08/1944.

\_\_\_\_\_. O Movimento Modernista. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas: Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, p. 231-255, 1965.

\_\_\_\_\_. Mestres do passado. *Jornal do Commercio*. Em 2, 12, 15, 16, 20, 23 de agosto e 1º de setembro de 1921. Reproduzidos em: BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo brasileiro*. I – Antecedentes da semana de arte moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 254-309.

\_\_\_\_\_. Carta a Manuel Bandeira. In: MORAES, Marcos Antonio de. *Correspondência de Mário de Andrade a Manuel Bandeira*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 2000.

\_\_\_\_\_. [pseud. Ivan]. Victor Brecheret. *Papel e Tinta*. n. 2, junho de 1920. In: LOPEZ, Telê Ancona. *Mário de Andrade cronista de São Paulo nos primórdios do Modernismo*. Remate de males. Campinas, vol. 33, n. 1-2, p. 51-89, jan./dez. 2013.

ANDRADE, Oswald de. In: GÓES, Fernando. *O Simbolismo*, vol. IV do Panorama da Poesia Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

\_\_\_\_\_. *Estética e política*. São Paulo: Globo, 1992.

\_\_\_\_\_. Questões de arte. *Jornal do Commercio*, 25/07/1921.

ANÔNIMO. Registro de Arte. Exposição Malfatti. *Correio Paulistano*, de 14/12/1917, p. 6.

ARANHA, José Pereira da Graça. *Canaã [Chanaan] [1902]*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. 1. reimpr. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix. 49. ed., 2013.

BRAYNER, Sonia. Cruz e Sousa expressionista. In: SOARES, Iaponan; MUZART, Zahidé Lupinacci (Orgs.). *Cruz e Sousa: no centenário de Broquéis e Missal*. Florianópolis: UFSC, 1994.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo brasileiro*. I – Antecedentes da semana de arte moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

CAMARGOS, Márcia. *13 a 18 de fevereiro de 1922: a Semana de 22: revolução estética?* São Paulo: Lazuli, 2007.

CAPOBIANCO, Juan Marcello. Cruz e Sousa e os poetas modernos: um olhar endógeno. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFil, vol. XVII, p. 75-89, 2013.

\_\_\_\_\_. *O leitor de Cruz e Sousa: um estudo comparado das recepções críticas de sua obra*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói.

CARDEMAN, David; CARDEMAN Rogério Goldfeld. *O Rio de Janeiro nas alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016

CARPEAUX, Otto Maria. *Origens e fins*. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1944.

CRUZ, Gilberto Luis da. *Livro verde das plantas medicinais e industriais do Brasil: descrição das plantas medicinais, industriais, comestíveis, tóxicas e venenosas; suas curiosidades históricas e lendas*. Belo Horizonte: Velloso, 1965, vol. 2.

DUQUE, Luiz Gonzaga. “O poeta negro”. *Revista Kosmos*, nº 2, fevereiro de 1909. Reproduzido em: COUTINHO, Afrânio. (Org.) *Cruz e Sousa*. Col. Fortuna Crítica, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

FERES, Nites Therezinha. *Leituras em francês de Mário de Andrade*. Seleção e comentários com fundamento na marginália. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro sintético da literatura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro. Agir, 1969.

LISBOA, Henriqueta. *Alphonsus de Guimaraens*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

LOPEZ, Telê Ancona. Mário de Andrade cronista de São Paulo nos primórdios do Modernismo. *Remate de Males*, Campinas, vol. 33, n. 1-2, p. 51-89, jan./dez. 2013.

MARINETTI, Filippo Tommaso Emilio. Manifesto del futurismo. *Le Fig-*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ro, n. 20, fev. de 1909. Reproduzido em: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012, p. 118-121.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: Realismo e simbolismo*, 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2001, vol. 2.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Edusp, 2004.

MURICY, José Cândido de Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 3. ed. Brasília: INL, 1987, vol. I e II.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: SOUSA, João da Cruz e. *Obra completa*. Organização, Introdução, Notas, Cronologia e Bibliografia por... Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

OLIVEIRA, Valéria Ochoa. *A arte na belle époque: o simbolismo de Eliseu Visconti e as Musas*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – EdUFU, 2008.

PRIORE, Mary Del. *Histórias da gente brasileira: vol. 2: Império*. São Paulo: Leya, 2016.

RABELLO, Ivone Daré. *Um canto à margem: uma leitura da poética de Cruz e Sousa*. São Paulo: Universidade de São Paulo – EdUSP, 2006.

RODRIGUES, Juciano Martins. Considerações de mobilidade urbana e organização social do território. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Ed.). *Letra Capital*. Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. 2015.

SCHÜLLER, Donald. *Aspectos do modernismo brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1970.

SELBACH, Jeferson Francisco. *Mobilidade urbana em São Luis*. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. Do polichinelo ao arlequim ou de Cruz e Sousa a Mário de Andrade. In: SOARES, Iaponan; MUZART, Zahidé Lupinacci (Orgs.). *Cruz e Sousa: no centenário de Broquéis e Missal*. Santa Catarina: FCC, 1994.

\_\_\_\_\_. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. 20. ed. Rio de Janeiro:

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ro: José Olympio, 2012.

**EDIÇÃO DIPLOMÁTICO-INTERPRETATIVA  
DE UMA PROVISÃO RÉGIA DA CAPITANIA DO CEARÁ  
DE 1761, NUMA PERSPECTIVA  
DOS ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS<sup>69</sup>**

*Francisco Jeimes de Oliveira Paiva (UECE)*  
[geimesraulino@yahoo.com.br](mailto:geimesraulino@yahoo.com.br)

**RESUMO**

De um prisma filológico, compreende-se que esta ciência, a filologia está ancorada nos textos e não existe sem os textos escritos (XIMENES, 2009), e muito menos sem os textos orais (TELLES, 2004). Dessa forma, objetivamos compreender a relação entre essa atividade filológica e linguística com a diplomática, a partir da leitura crítico-textual das práticas de letramentos, em um *Registo da Provisão do Offício de Almo-xarife da Fazenda Real setecentista*, datada de 18 de dezembro de 1761. Num viés meto-dológico da tipologia diplomática, conseguimos analisar o contexto sócio-histórico des-se manuscrito à luz dos aspectos linguístico-filológicos determinantes, para se enten-der, durante o *modus faciendi* dessa edição – a sua composição, criação e origem desse documento na perspectiva da ciência diplomática. Apreendemos que esse diploma, no entanto, cumpre ou (cumpriu) um papel social muito relevante na esfera administrati-vo-jurídica do Governo Real de Portugal, outorgando cargos/funções, benesses e obriga-ções de acordo com os anseios da Coroa Imperial, estabelecendo um ordenamento retórico na escrita e nas relações sociais, através de uma espécie documental com fins de nomear ou dar alguma mercê a outrem. No caso dessa *Provisão Régia*, o direito de ocupar a função de Almo-xarife da Fazenda real na Vila do Aquiraz. Portanto, fica e-vidente, por esse ato registral autêntico e de fé pública, um conjunto homogêneo de atos, estando expresso em um conjunto homogêneo de documentos, com uma unifor-midade de vigência.

**Palavras-chave:** Edição diplomático-interpretativa. Tipo documental. *Provisão Régia*.

**1. Da gênese documental à análise da tipologia documental**

É preciso considerar, em primeiro lugar, que os estudos filológi-cos e de edição da espécie documental *Registo da Provisão*, datada de 18 de dezembro de 1761, requer um cotejamento e uma análise crítico-textual de várias outras áreas do conhecimento, em especial das ciências e/ou outras áreas que contribuem sobremaneira com a atividade do filó-logo ou crítico textual, tais como a paleografia, a codicologia, a diplomá-

---

69 Uma versão deste artigo foi apresentada ao Prof. Dr. Expedito Eloisio Ximenes, como parte da avaliação da disciplina – Edição e interpretação de textos manuscritos, no Programa de Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, da Universidade Estadual do Ceará.

tica, a bibliografia material, a história, a linguística, a linguística histórica e outras que apreciam os textos do passado. (CAMBRAIA, 2005, p. 22-3)

Além do mais, para conferir *autenticidade e fé pública* ao diploma ora em análise, é necessário saber que o *documento diplomático* é “o testemunho escrito e redigido segundo uma forma determinada, variável em relação ao lugar, à época, à pessoa e ao tema, sobre um fato de natureza jurídica”. (SICKEL, *apud* BELLOTO, 2007, p. 48). Dessa forma, concordamos com Adriana Marly Sampaio Josino (2015, p. 27), ao esclarecer que “[o]s documentos diplomáticos têm uma estrutura discursiva responsável por garantir-lhes a veracidade”.

A pesquisadora acima, seguindo as ideias de Heloisa Liberalli Belloto (2002) coloca que “embora tenha nascido muito imbricada à paleografia e ao direito eclesiástico, a diplomática modificou seus instrumentos, ampliando seu objeto e seu campo de ação e, hoje, é importante aliada do direito, da arquivística, da filologia e, por sua vez, da crítica textual”. (JOSINO, 2015, p. 27). Uma vez que, nas atividades de letramento ao editar semidiplomaticamente a espécie diplomática “*Registo da Provisão do Offício de Almojarife da Fazenda real*”, estamos frisando que, como espécie documental, esse diploma se caracteriza tipológico e sociorretoricamente por seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente à sua produção, como a seus efeitos (CARUCCI, 1987).

## 2. *O contexto sócio-histórico de atuação das Juntas da Real Fazenda do Brasil – o caso do registo da provisão do ofício de almojarife*

### 2.1. *O erário régio e o controle político dos territórios ultramarinos*

Segundo Miguel Dantas da Cruz (2015), com a lei de 22 de dezembro de 1761, o Erário Régio deveria passar a controlar “tão-somente” a generalidade dos rendimentos que antes se consignavam às demais repartições e tribunais. Instituiu-se, então, um tesouro-geral onde deveriam ser recolhidos todos os rendimentos da monarquia, agora significativamente denominados “públicos”. Por tal tesouro, deveriam ser igualmente

suportadas todas as despesas<sup>70</sup>. Dificilmente poderia existir maneira mais direta de restringir as autonomias e as jurisdições anteriores.

De fato, até esse momento, muitas repartições e tribunais tinham autonomia para administrar rendas, direitos ou quaisquer outros bens que lhe tivessem sido concedidos<sup>71</sup>, frequentemente para o cumprimento de funções atribuídas ou para o sustento dos seus membros (caso das propinas aplicadas sobre contratos). Assim era o caso, por exemplo, do Conselho Ultramarino, por onde, para fazer face à sua obrigação de socorrer as conquistas com munições e outros materiais, D. Pedro II ordenara que corresse parte das receitas ultramarinas que chegavam a Lisboa. (Cf. CRUZ, 2013, p. 151-158, *in*: CRUZ, 2014 e 2015)

Em regra, esses rendimentos eram recolhidos por contratadores, rendeiros, almoxarifes e recebedores e entregues na repartição estipulada, sendo as suas contas posteriormente conferidas em uma repartição específica (embora organicamente ligada ao Conselho da Fazenda): Contos do Reino e Casa. Tal era o procedimento adotado para o reino e, desde 1627, para todas as partes ultramarinas<sup>72</sup>.

Nesse sentido, Bruno Aidar esclarece qual a intenção da organização do erário régio e a organização político-administrativa das atividades, sobretudo fiscais que se faziam presentes nessas atividades nas capitânicas do Brasil ao analisar *a reforma do Tesouro Nacional e os liberais moderados*, ele enfatiza:

A Câmara dos Deputados possuía prioridade com relação à criação de impostos (art. 36), o que excluía as pretensões dos Conselhos Gerais das províncias quanto à matéria (art. 83). Por sua vez, o ordenamento da Fazenda Nacional versava sobre três pontos principais: a criação do Tesouro Nacional, as contribuições diretas e o orçamento anual. O artigo 170 indicava que: A Receita, e despesa da Fazenda Nacional será encarregada a um Tribunal, debaixo de nome de ‘Tesouro Nacional’ aonde em diversas estações, devidamente es-

---

70 José Roberto M. C. Coelho Sousa, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo III, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785, p. 451-473. *In*: CRUZ, 2014 e 2015.

71 Álvaro Ferreira da Silva, "Finanças Públicas", *In*: Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva (Orgs.), *História económica de Portugal - 1700-2000: o século XVIII*, vol. 1, Lisboa, ICS, 2005, p. 225. *In*: CRUZ, 2014 e 2015.

72 O capítulo XVIII do regimento dos Contos revogou a prática de serem quitados nas próprias conquistas os oficiais que recebessem rendimentos da fazenda. Daí em diante, tudo deveria ser confirmado no reino (Regimento dos Contos, 1627). *Cf.* José Roberto M. C. Coelho Sousa, *op. cit.*, p. 367-446. *In*: CRUZ, 2014 e 2015.

tabelecidas por Lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade, em recíproca correspondência com as Tesourarias, e Autoridades das Províncias do Império. Quanto à Fazenda Nacional, notam-se diferenças consideráveis com relação ao projeto de Constituição apresentado pela comissão de deputados durante a Constituinte de 1823. O projeto definia a forma de repartição das contribuições diretas por comarcas, distritos, termos e indivíduos (art. 218), sendo que as despesas de cada comarca também seriam agrupadas à parte do orçamento geral (art. 220). (AIDAR, 2016, p. 18)

A partir do nosso *modus operandi* de análise filológica e diplomática, observa-se que a edição deste diploma pode nos fazer compreender o contexto social, econômico e político relacionados à gestão fiscal e arrecadatória das capitanias brasileiras, contexto de produção esse presente na constituição diplomática do documento e em seu efeito jurídico-administrativo.

Por outro lado, nesse diploma ora em análise, um de *Registo da Provisão* setecentista de 1761, na Capitania do Ceará, em que *Ioam Balthazar de Quebedo*, chefe maior da Casa de Sua Majestade da Capitania do Ceará e do Exército Real, e outras Capitanias, concede provisoriamente autorização pública a *Francisco Pinheiro do Lago* para função de almoxarife pela Fazenda Real na Vila do Aquiraz, a fim de cumprir seu mister no sentido de garantir à Coroa o recebimento dos tributos e pecúnias que lhe são de direito.

Em suma, compreende-se que a expansão das atividades da Coroa Portuguesa, bem como as atividades comerciais do período requereram uma fiscalização dos tributos nas capitanias de forma centralizadora em cargos/funções de nomeação legal e real, assim como coloca Fernando José Amed (2000) essas atividades eram bem específicas, objetivando atender as necessidades de melhorar a tributação no Brasil, sendo que quem arrecadava e fiscalizava os tributos não eram os donatários das capitanias, mas servidores especiais da Coroa ('rendeiros') e seus auxiliares ('contadores', 'feitores' e 'almoxarifes).

E esse princípio de modelo arrecadador talvez tenha sido também o início das dificuldades dos colonos em relação às autoridades tributárias. Essas dificuldades se concretizavam em função da enorme autoridade de tais agentes do Erário Real luso. (AMED, 2000). Nesse objetivo, que Portugal procurou enquadrar muito bem o Brasil na dinâmica do sistema colonial da época mercantilista.

Numa análise acerca da *Tributação na História do Brasil*<sup>73</sup>, percebe-se que até o final da era colonial (1500-1822), mudanças significativas caracterizaram o aparato fiscal aplicado no Brasil. Novos órgãos foram criados, a exemplo do Conselho Ultramarino e do Conselho da Fazenda. Em nível de capitanias, destaca-se a criação da Alfândega, a Intendência da Marinha e os Armazéns Gerais. A criação do Conselho Ultramarino foi um marco, na medida em que procurou estruturar as práticas coloniais e sugar ao máximo a Colônia, através de uma rígida política fiscal, com o aumento e a criação de novos impostos e de companhias de comércio, para manter o monopólio real.

Em nível administrativo-fazendário, estava assim estabelecido: vice-rei, seguido de um provedor-mor, capitães-gerais das capitanias gerais e capitães-mores das subalternas; as juntas de Fazenda em cada capitania, Casas dos Contos e Vedores da Fazenda; provedores das capitanias; oficiais da fazenda (contadores, almoxarifes, tesoureiros).

Por fim, as juntas da Fazenda eram responsáveis pela administração dos negócios fiscais. Subordinadas à Junta da Fazenda estavam as alfândegas, provedorias da moeda, que de forma geral administravam e arrecadavam todas as rendas régias, observando as ordens do Erário. Os vedores eram os inspetores fazendários e os almoxarifes cuidavam apenas da cobrança dos direitos reais e do pagamento de ordenados. Nesse período, os tributos consumiam um quarto da produção total, dividindo-se em ordinários e extraordinários (donativos voluntários).

### **3. O trajeto metodológico de nosso fazer filológico: a edição semiplomática – o método tipológico documental**

Pode-se considerar que o *documento diplomático* é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico. Se é “ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos”, o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado pela finalidade pública. (BELLOTO, 2002, p. 17)

Isto significa dizer que o tipo documental pode ser identificado

---

73 Disponível em:

[http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10370606032012Temas\\_de\\_Historia\\_Economica\\_Aula\\_20.pdf](http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10370606032012Temas_de_Historia_Economica_Aula_20.pdf). Acesso em: 17-12-2017.

como o

atributo de um documento que, originado na atividade administrativa a que serve, manifesta-se em uma diagramação, formato e conteúdo distintivos e serve de elemento para classificá-lo, descrevê-lo e determinar-lhe a categoria diplomática. (VÁZQUEZ, 1987, *apud* BELLOTO, 2007, p. 57)

Ademais, Expedito Eloísio Ximenes (2013, p. 198), ao classificar os tipos de edições, ressalta que “[a] diplomática tem sua origem na arte de ler os antigos diplomas, ou seja, documentos oficiais nos quais se concediam alguma mercê, direito ou privilégio”. Ele ainda expõe que neste fazer filológico de editar diplomaticamente uns documentos, é preciso compreender “a arte de avaliar [...] com exatidão esses antigos diplomas, distinguindo os verdadeiros dos falsos e dos duvidosos”.

No sentido de obtermos, metodologicamente, uma caracterização da tipologia diplomática, aplicamos o seguinte modelo, elaborado por Heloisa Liberalli Belloto (2002, p. 20-22), para que se possa chegar à compreensão das análises diplomática e tipológica, cujas metodologias e aplicações são extremamente úteis para a concretização das tarefas arquivísticas básicas (classificação, avaliação e descrição), é preciso que se reiterem as conceituações essenciais desde sua raiz, isto é, da informação ao documento, do documento à espécie, e da espécie ao tipo.

### 3.1. Método – diplomático e tipológico

Na identificação *diplomática* do documento deve-se estabelecer e/ou reconhecer, sequencialmente:

- 1) a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade;
- 2) a datação (datas tópica e cronológica);
- 3) a sua origem/proveniência;
- 4) a transmissão/tradição documental;
- 5) a fixação do texto.

Na identificação *tipológica* do documento, a sequência é distinta, devendo-se reconhecer e/ou estabelecer:

- 1) a sua origem/proveniência;
- 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumulado-

ra;

- 3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- 4) o conteúdo;
- 5) a datação.

FONTE: BELLOTO, 2002. p. 20.

### 3.2. Normas da edição diplomático-interpretativa – grupo de pesquisa PRAETECE<sup>74</sup>

- A transcrição será conservadora.
- As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico e em negrito, as letras omitidas na abreviatura. No caso de variação (Deos e Deus) no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma mais frequente usada no documento.
- Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, (desde que não haja nenhuma dúvida, em havendo, prefere-se separar as palavras), não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: epor ser; aellas; daPiedade; ominino; dosertão; mostrandoselhe; achandose; sesegue.
- A pontuação original será rigorosamente mantida, assim como a translineação.
- A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: aRepublica; decommercio; edemarcando também lugar; Rey D. Jose; oRioPirahy; oexercicio; hé m.to convenientes.
- Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original, (desde que não haja dúvida, em havendo, prefere-se a forma minúscula). No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
- Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção.
- Inserções do escriba ou do copista, nas entrelinhas ou nas margens superior, inferior ou laterais, bem como toda e qualquer intervenção de terceiros no documento original, serão indicadas na edição em nota de rodapé.
- No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a

---

74 Para mais informações, ver: <http://praecece-ce.blogspot.com.br/>. Acesso em: 16-12-2017.

ser indicada pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fu-gi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdiração opaco.

- Letras ou palavras não legíveis serão indicadas entre colchetes com a forma [ilegível]. Da mesma forma letras ou palavras deterioradas serão indicadas entre colchetes: [deteriorada].
- Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corridas + ou – 5 linhas]. Se for caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
- A disposição das linhas do documento original será mantida na edição, sem necessidade de nenhuma marca. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência, alinhado à direita da seguinte forma: fl.1v. fl.2r. fl.2v. fl.3r. Caso tenha rubrica será indicada abaixo do número do fólio entre colchetes.
- Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
- As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena.
- Quaisquer tipos de informação que o editor julgar significativas para a compreensão do texto, quer digam respeito a aspectos da diagramação ou do *layout*, serão indicadas em notas de rodapé.



| EDIÇÃO DIPLOMÁTICO-INTERPRETATIVA |   |
|-----------------------------------|---|
| IDENTIFICAÇÃO                     | Arquivo Público – CEARÁ   |
| ASSUNTO                           | Registro de Provisão do Ofício de Almojarife da Fazenda real para a Vila de Aquiraz, autorizado pelo Capitão maior do Ceará Ioam Balthazar de Quebedo ao público em geral, fazendo saber da nomeação de Francisco Pinheiro do Lago para substituir o Almojarife antecedente Geraldo Marques da Costa no referido lugar. |
| LOCAL                             | Vila da Fortaleza - Brasil  |
| DATA                              | 18 de Dezembro de 1.761   |
| ASSINATURA                        | Manoel de Siqueira Braga  |

### 3.3.1. Edição diplomático-interpretativa

Ao efetuarmos a edição abaixo, adotamos alguns critérios do ramo da informática, como por exemplo, a utilização da tabela.doc para o fólio editado, a fonte ARIAL, no estilo NORMAL e com o TAMANHO 11. A fim de cotejar e extinguir as dúvidas relacionadas ao *corpus*, apresentou-se antes a edição fac-similada e depois a edição diplomático-interpretativa ou semidiplomática (SILVA, 2014, p.46).

Fl.9r  
[rubrica]

Regysto da Provizão do officio de Al-  
mojarife da Fazenda real desta Capitania passada por  
tempo de hum anno a Francisco Pinheiro  
do Lago, em 18 de Dezembro de 1.761 et

Ioam Balthazar de Quebedo Homem de Magalhaez Fidaldo da caza Ma-  
gestade

Capitam mór da Capitania do Ceará grande governador das armas da  
mesma Capitania e da Fortaleza de

Nossa Senhora da Assumpção, e Sam Josê de riba mar pello mesmo Se-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*n*hor *que* Deusgarde

Faço Saber aos *que* esta *minha* Provição virem *que* havendo respeito a Francisco Pinheiro

do Lago ser proposto em primeyro lugar pello senado da camara da *villa* do *Aquiraz*

para servir de *Almozarife* da *Fazenda* real dessa, *Capitania* por se ter acabado o tempo

da Provição com que servia o *Almozarife* antecedente Geraldo Marques da Costa

e porque na forma da ordem de *Sua Magestade* de dezasete de *Dezembro* demil e Sette

centos equinze me pertensse tambem prover os officios da *fazenda* desta *Capitania*

em vertudem dadita ordem, e da certidão do escripto da *Fazenda* Real, que fica

Cujo o decreto pello qual constou ter pago *por* tempo de hum anno o novo *direito*

*que* devia *que* se carregou no Livro delles em receyta viva a *folha* 36v. Hey por bem

de prover como por esta ofaço ao dito Francisco Pinheiro do Lago, no officio de Al=

*moxarife* da *Fazenda* Real por *tempo* de hum anno, com oqual havendo o ordenado *que* no

tocar etodos os mais porvez, e percalços *que* licitamente lhe pretencerem. Pel=

lo qual ordeno ao *Doutor Provedor* // pago // da *Fazenda* Real desta *Capitania*. E dê posse ejuramento

na forma do estilo, *que* por firmeza detudo lhe mandey a *prezente* por mí assignada, e sellada com o sinête deminhas armas, *que* se cumprirá, e guardará

Taõ inteiramente como nella secontem, e se registrarâ nos Livros da *Se=*

taria deste governo, e onde mais tocar. // Dada e passada nesta *Villa* da *Fortaleza*

aos 18 dias do mez de *Dezembro* de 176 // eu Manoel de Siqueira Braga *que*

por empedimento do *Secretario* actual o escrevy // Lugar do Sello // Estava a rubrica //

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Provizão do qual vossa senhoria há por bemprover a Francisco pinheiro do lagoo officio

do Almo<sup>x</sup>arife da faz<sup>enda</sup> real desta cap<sup>it</sup>ania por tempo de hum anno como nella se com

tem // Para Vossa Senhoria ver // e não se continha mais em a dita provi-zaõ *que* aquy

bem, e finalmente registey da propria deverbo, adverbum sem couza *que* duvida

faça, em mesmo dia que, eera ut supra

Por empedimento do secret<sup>ario</sup> actual

Manoel deSiqueira Braga

### 3.3.2. *Aplicando o método – diplomático e tipológico*

Fl.9r

[rubrica]

#### **ESPÉCIE DOCUMENTAL (PROVISÃO RÉGIA)**

Regysto da Provizaõ do officio de Al-  
mo<sup>x</sup>arife da Faz<sup>enda</sup> reâl desta Cap<sup>it</sup>ania passada por  
tempo de hum anno a Francisco Pinheiro  
do Lago, em 18 de Dezembro de 1.761 et

#### **PROTOCOLO INICIAL (TITULAÇÃO E DIREÇÃO)**

Ioam Balthazar de Quebedo Homem de Magal<sup>haez</sup> Fidaldo da caza Ma-  
gestade

Cap<sup>it</sup>am mór da Cap<sup>it</sup>ania do Ceará *grande governador* das armas da  
mesma Cap<sup>it</sup>ania e da Fort<sup>aleza</sup> de

Nossa *Senhora* da Assumpção, e Sam Josê de riba mar pello mesmo *Se-  
nhor que Deusgarde*

Faço Saber aos *que* esta *minha* Provizaõ virem

#### **PRÉÂMBULO**

*que* havendo respeyto a Francisco Pinheiro

do Lago ser proposto em primeyro lugar pello senado da camara da *villa* do *Aquiraz*

para servir de *Almoxarife* da *Fazenda* real dessa, *Capitania* por se ter acabado o tempo da *Provizaõ* com que servia o *Almoxerife* antecedente Geraldo Marques da Costa

### **EXPOSIÇÃO**

e porque na forma da ordem de *Sua Magestade* de dezasete de *Dezembro* demil e Sette

centos equinze me pertensse tambem prover os officios da *fazenda* desta *Capitania*

em vertudem dadita ordem, e da certidaõ do *escrivaõ* da *Fazenda* Real,

### **DISPOSITIVO**

que fica

Cujo o decreto pello qual constou ter pago *por* tempo de hum anno o novo *direito*

*que* devia *que* se carregou no Livro delles em receyta viva a *folha* 36v. Hey por bem

de prover como por esta ofaço ao dito *Francisco Pinheiro* do Lago, no officio de Al=

*moxarife* da *Fazenda* Real por *tempo* de hum anno, com oqual havendo o ordenado *que* no

tocar etodos os mais porvez, e percalços *que* licitamente lhe pretencerem. Pel=

lo qual ordeno ao *Doutor Provedor* // pago // da *Fazenda* Real desta *Capitania*.

**CORROBORAÇÃO**

E dê posse e juramento

na forma do estilo, *que* por firmeza detudo lhe mandey a *prezente* por mí assignada, e sellada com o sinête de minhas armas, *que* se cumprirá, e guardará Taõ inteiramente como nella secontem, e se registrarâ nos Livros da Secretaria deste governo, e onde mais tocar.

**PROTOCOLO FINAL**

// Dada e passada nesta *Villa* da *Fortaleza*

aos 18 dias do mez de Dezembro de 176 // eu Manoel de Siqueira Braga *que*

por empedimento do *Secretario* actual o escrevy // Lugar do Sello // Estava a rubrica //

Provição do qual vossa senhoria há por bemprover a Francisco pinheiro do lagoa officio

do *Almoxarife* da *fazenda* real desta *capitania* por tempo de hum anno como nella se com

tem // Para *Vossa Senhoria* ver // e não se continha mais em a *dita* proviçãõ *que* aquy

bem, e finalmente registey da propria deverbo, adverbium sem couza *que* duvida faça, em mesmo dia que, eera ut supra

Por empedimento do *secretario* actual

Manoel de Siqueira Braga

**4. Considerações finais acerca das questões diplomáticas ao contexto histórico-social de uso do diploma Provisão Régia**

Levando em conta que a *transcrição semidiplomática*, também conhecida por *diplomático-interpretativa*, de acordo com Segismundo Spina (1977, p. 79), “[...] vai mais longe na interpretação do texto original, pois já representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas [...] e às vezes até com pontuação”. A descrição realizada neste estudo, portanto, apresentada anteriormente, forneceu os elementos linguísticos de caracterização de espécies documentais, em que essa atividade letrada e diplomática torna mais clara a estrutura formal e o propósito dos atos escritos de origem

governamental e/ou notarial.

Porquanto, a partir da análise diplomática e tipológica, atrelada a esse tipo de edição, resultou no entendimento de que o documento *Provisão* tem uma caracterização intrínseca e extrínseca, tanto quanto aos aspectos formais que compõem a estrutura textual, ordenada linguisticamente desde o protocolo inicial até o final, evidenciando também os aspectos do conteúdo e do propósito dentro de uma esfera administrativa de funções a serem empreendidas e executadas. Ademais, essa atividade filológica de edição diplomática-interpretativa nos ajudou otimizar nossas práticas de letramentos paleográficos, diplomáticos etc., bem como a “dissociar a diagramação e a construção material deste documento no seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação” (*Ibidem*, p. 45) num dado contexto sócio-historicamente situado.

Entendemos que esse gênero e/ou diploma - *provisão*, denomina-se, conforme Heloisa Liberalli Belloto (2007) como um ato pelo qual o rei concede algum benefício ou algum cargo a alguém. Sendo documento de correspondência, está sempre ligado a algum ato dispositivo anterior. Também pode ser definido como carta de orem, da qual se servem os tribunais para o despacho de seu expediente.

Dessa forma, o documento *Provisão Régia*, objeto de análise deste ensaio, possui um contexto peculiar e marcado historicamente, no qual um capitão maior da Casa Real no Ceará, investido de autoridade real, designa outra pessoa ao cargo de almoxarife da Fazenda de Sua Majestade para o cumprimento de deveres e direitos ao Erário Régio, por isso teria efeito legal e efetivo, para se dar posse na função referida por meio deste ato notarial e de fé pública para conhecimento de quem dela souber.

No contexto histórico da produção e circulação destes documentos de natureza público-administrativa, percebe-se como o governo real, de fato, tinha interesse em arrecadar mais riquezas ao *Tesouro Nacional da Coroa Portuguesa*, visto que, de acordo com Graça Salgado (1985, p. 45), com o fato de que, na segunda metade do século XVIII, a economia portuguesa apresentava quadro de decadência desde 1762, com a crise do ouro brasileiro. À frente de um império grande demais para se sustentar, com um território metropolitano culturalmente “viciado” pelo jesuitismo, carente demográfica e economicamente, havia necessidade de se resolver a crise com o reforço do fisco, com reformas de toda ordem e com o aumento do poder central.

Podemos concluir que o *modus operandi* do nosso *fazer filológico e linguístico* propiciou a compreensão através de uma análise e leitura crítico-textual das práticas de letramentos em um *Registo da Provisão do Offício de Almoxarife da Fazenda* real, datada de 18 de dezembro de 1761, que após serem delineados os aspectos extrínsecos e intrínsecos desta espécie documental, ficaram claros muitos elementos linguístico-filológicos determinantes para se entender o processo de edição deste documento, a sua composição, a criação e a origem na perspectiva da ciência denominada, diplomática.

Dessa forma, o uso social deste diploma, possibilitou o cumprimento do papel de civilidade relevante dessas espécies documentais na esfera administrativo-jurídica do Governo Real da época, concedendo cargos/funções, ações, direitos e obrigações de acordo com os anseios da Coroa Imperial, posto que é perceptível se observar uma organização sociorretórica na escrita e nas relações sociais, por meio desta espécie documental, com fins específicos de nomear uma outra pessoa para ocupar a função de almoxarife na vila do Aquiraz, sob a autoridade da Coroa Portuguesa.

Finalmente, a edição diplomático-interpretativa realizada neste ensaio, possibilitou um conhecimento filológico, linguístico e histórico da importância social deste diploma, tendo em vista que eles são “o núcleo fundamental da correspondência ativa e passiva” de muitos agentes a serviço da Coroa por meio de “Avisos e Cartas Régias” e a “Provisões Régias” são, portanto, veículos de “correspondência” de um administrador colonial com seus superiores e com seus subordinados a forma como se processa o receber e dar ordens. (BELLOTO, 1979, p. 18)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDAR, Bruno. A reforma do Tesouro Nacional e os liberais moderados. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira. (Orgs.). *Histórias sobre o Brasil no oitocentos*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

AMED, Fernando José. *História dos tributos no Brasil*. São Paulo: SINAFRESP, 2000.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de docu-*

mento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, *Anais...*, 1979, p. 133-147.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARUCCI, Paola. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

CRUZ, Miguel Dantas da. Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio. *Tempo*, Niterói, vol. 20, 2014, Epub Jan 13, 2015.

JOSINO, Adriana Marly Sampaio. *Edição filológica e estudo fraseológico dos autos de arrematação da vila de sobral (1817-1823)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade estadual do Ceará, Fortaleza.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Org.: Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.

SALGADO, Graça. (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Daianna Quelle da Silva Santos da. *Entre a escrita e a sexualidade: edição semidiplomática e estudo léxico-semântico do processo-crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977.

TELLES, Célia Marques. Rumos da filologia. In: *Encontro Internacional de Filologia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004 [Digitado].

XIMENES, Expedito Eloísio. *Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística). – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

\_\_\_\_\_. *Fraseologias jurídicas: estudo filológico e linguístico do período colonial*. Curitiba: Appris, 2013.

**EDIÇÕES FILOLÓGICAS  
DE UM AUTO DE DEFLORAMENTO DE 1914**

*Jéssica Pâmela Bomfim Silva* (UEFS)

[jelbomfim@live.com](mailto:jelbomfim@live.com)

*Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto* (UEFS)

[nilce11.barreto@gmail.com](mailto:nilce11.barreto@gmail.com)

**RESUMO**

Desde o século passado, a virgindade era vinculada “diretamente” ao caráter da mulher, pois a castidade era a comprovação de que a moça possuía honra, consequentemente, boa fama e bons costumes. Por esta razão, a mulher deveria permanecer “pura” até o matrimônio e nunca ceder às vontades sexuais do seu companheiro, para não “manchar” a sua reputação. As moças que burlavam essa regra social eram julgadas, visto que o padrão da época ditava que perder a virgindade antes do casamento era sinônimo de desonra e de vergonha tanto para a mulher como para a família. A partir disso, apresentamos a história de Lindaura Maria de Jesus, uma moça de 19 anos, que cedeu aos desejos sexuais do seu noivo, João de Vasconcelos, pois este vinha lhe prometendo casamento há dois anos. Com o intuito de conservar as informações do documento, disponibilizar a edição para outros pesquisadores e contribuir para as pesquisas na área da filologia, que é a ciência dos textos escritos, propomos, neste trabalho, as edições filológicas do Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus. Valemo-nos da edição semidiplomática, para a preservação das informações do manuscrito, e da edição fac-similar, que ajuda na visualização dos detalhes de todo o documento como, por exemplo, selos, carimbos, rubricas etc. Para melhor embasamento teórico, tomamos por base os trabalhos desenvolvidos por Aldacelis dos Santos Lima Barbosa (2014), Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (2013) e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (2007), entre outros.

**Palavras chave:** Filologia. Edições filológicas. Auto de defloração.

**1. Introdução: algumas palavras sobre o surgimento da filologia**

A Biblioteca de Alexandria possuía a maior coleção de livros da Antiguidade e era conhecida como um centro cultural avançado de descobertas, isto porque os gregos, que frequentavam o local, tinham anseio pelo conhecimento e curiosidade sobre diversas ciências. Os eruditos que trabalhavam na referida Biblioteca buscavam manter um acervo diversificado, por isso, de acordo com William MacDonald (1996), existiam cerca de 400/500 mil livros na coleção. Para torná-la mais vasta, vários homens eram enviados a outros países para trazerem obras novas e, também, existia uma lei que ordenava que os viajantes, que passassem pelo Porto de Alexandria, deveriam ser revistados à

procura de livros, dentre os quais os mais importantes eram reescritos por escribas. Dessa maneira, “nasce” a filologia, ciência que possibilita a transmissão de informações, contidas nos documentos escritos, através das edições.

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (2007, p. 30) relata que “[...] os gregos já se preocupavam em salvar suas obras clássicas do esquecimento e da degradação, criando, a partir do séc. III a.C, a filologia, com o intuito de editar criticamente os textos de Homero e de outros autores”. Dessa forma, apesar dos gregos não seguirem critérios rigorosos de edição eles já editavam os textos com o intuito de salvar as obras e enriquecer o acervo bibliográfico da Biblioteca de Alexandria.

### **1.1. O que é filologia? Algumas definições**

Há várias acepções que definem e caracterizam a filologia, mas antes de apresentá-las é necessário esclarecer que, do ponto de vista etimológico, o vocábulo filologia advém do grego *Φιλολογία* que significa "amor à palavra" (CAMBRAIA, 2005, p. 15). Portanto, a filologia é a ciência do amor às palavras contidas nos documentos escritos. Após o que foi dito, observemos os conceitos abaixo:

| <b>Conceitos</b>  | <b>Autores</b>                  |
|---|---------------------------------|
| “[...] a filologia desde os tempos antigos legitimou como sua a tarefa de realizar edições textuais com o intuito de preservar dos estragos do tempo documentos pretéritos que relatam a história de povos que viveram em outras épocas”. | (BARRETO; QUEIROZ, 2013, p. 29) |
| “[...] emprega-se aqui o termo filologia para designar o estudo global de um texto, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc.”.    | (CAMBRAIA, 2005, p. 18)         |
| “A filologia é a ciência que possibilita o estudo da língua e da cultura de um povo através dos textos ou registros escritos”.  | (JESUS; QUEIROZ, 2011, p. 460)  |
| “Ciência histórica, que pode definir-se como estudo científico de língua atestada por documentos escritos”.   | (MELO, 1971, p. 23)             |

**Tabela 1: Definições filológicas**

Como podemos constatar na tabela anterior, várias são as acepções acerca da filologia. Em todas aquelas, é explícito que a ciência filológica se preocupa com os documentos e que estes possibilitam a preservação dos aspectos linguísticos, sociais, constitucionais, culturais, religiosos etc. de uma época. Enfim, a filologia é a ciência dos textos escritos e permite, através das edições textuais, trazer à tona a memória sócio-histórica de um povo.

## **2. As edições filológicas e os critérios estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa**

As edições são essenciais para o trabalho do filólogo, pois o permite “[...] editar criticamente um texto [...] e apresentá-lo ao leitor em sua forma possivelmente originária ou livre de impurezas” (AZEVEDO FILHO, 2006, p. 18). De acordo com Gladstone Chaves de Melo (1971), existem quatro tipos de edições, a saber: a *princeps* (primeira edição de uma obra antiga); a crítica (que permite a comparação de manuscritos para estabelecer o texto perfeito); a diplomática (que preserva o texto *ipsis litteris*); e a fac-similar (reprodução feita através de meios mecânicos como, por exemplo, a fotografia, a escanerização, a xerografia etc.).

Assim como Gladstone Chaves de Melo (1971), César Nardelli Cambraia (2005) também cita as edições críticas, diplomáticas e fac-similares, todavia ele menciona mais três edições, tais quais: a interpretativa (que aproxima o texto da sua forma genuína possibilitando corrigir os erros por conjectura), a genética (que permite a comparação de textos originais para buscar a forma que o autor achou definitiva) e, também, a semidiplomática (ou paleográfica), esta viabiliza realizar, no texto, “[...] modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais [...]”. (CAMBRAIA, 2005, p. 95). Assim, essas modificações propiciam a conservação das informações presentes no texto de forma fidedigna, porém aquela permite algumas interferências no sentido de desdobrar as abreviaturas, apresentando-as em itálico e, também, separar as palavras unidas e unir as palavras separadas, o que facilita a leitura do documento por parte de interessados em geral. Essas interferências seguem os critérios de edição estipulados pelo Núcleo de Estudos do Manuscrito (NEMa), coordenado por Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, professora pesquisadora na Universidade Estadual de Feira de Santana.

Para a edição do Auto de Defloração de 1914, de Lindaura Ma-

ria de Jesus, foram escolhidas apenas duas edições: a fac-similar e a semi-diplomática. Para esta, foram observados no manuscrito, alguns critérios de descrição e de transcrição, baseados em Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (2007, p. 34), os quais são:

Para a *descrição* do manuscrito, observa-se:

- Número de colunas;
- Número de linhas da mancha escrita;
- Existência de ornamentos;
- Existências de sinais especiais;
- Tipo de escrita;
- Tipo de papel.

Para a *transcrição* do manuscrito, opta-se por:

- Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos, cor da tinta utilizada etc.;
- Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- Utilizar colchetes para as interpolações: [ ];
- Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:

((†)) rasura ilegível;

[†] escrito não identificado;

(...) leitura impossível por dano do suporte;

// leitura conjecturada;

<> supressão;

( ) rasura ou mancha;

[ ] acréscimo;

[↑] acréscimo na entrelinha superior;

- As partes impressas estarão em negrito.

### **3. O Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus, de 1914**

Há algumas décadas, as mulheres não tinham vontades próprias, logo deveriam se preocupar absolutamente em serem submissas aos seus pais e/ou aos seus maridos, tendo a obrigação de manterem-se virgens até o casamento, no qual as regras sociais ditavam que elas (apenas) deveriam cuidar de assuntos domésticos, que incluía o cuidado com o marido e os filhos, e com os afazeres do lar. Neste contexto, a virgindade era vinculada diretamente ao caráter da mulher, pois a castidade era a comprovação de que a moça possuía honra, conseqüentemente, boa fama e bons costumes. Por esta razão, a mulher deveria permanecer “pura” até o matrimônio e nunca ceder às vontades sexuais do seu companheiro, para não “manchar” a sua reputação.

No entanto, existiam mulheres que burlavam essa regra social e cediam aos desejos dos seus companheiros sendo, portanto, defloradas. Silva e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (2013, p. 175) nos esclarece que a mulher:

[...] deflorada representava a mulher que não era mais virgem, ou seja, que já havia praticado o sexo com penetração; lugar de sua honra representava a vagina e é neste órgão sexual feminino em que se localiza o hímen (membrana venerada pela sociedade da época porque atestava a virgindade ou não de uma mulher); ofendida representava a mulher desvirginada, ou seja, que praticou o sexo antes ou fora do casamento e por esta razão a sua “honra” fora “manchada”.

Por conta disso, para a honra da mulher ser “limpa”, o sujeito deveria casar-se com a “ofendida”. Caso ele não contraísse matrimônio, a família entrava com uma ação judicial na comarca da cidade para que o sujeito “reparasse a honra” da vítima, através do casamento, ou fosse preso, pois o defloração era considerado crime. O processo poderia durar anos e, ao final do inquérito, o réu se casava, era preso ou, por vezes, inocentado.

Vale salientar que, atualmente, o defloração ainda ocorre, mas

as mulheres desvirginadas antes do casamento não têm mais o direito constitucional de prestarem queixas contra os acusados de sedução e crime contra a honra, como ocorreu com de Lindaura Maria de Jesus, porque o defloramento deixou de ser caracterizado como crime desde o Código Penal de 1940.

Dito isto, apresentamos o Auto de Defloramento de Lindaura Maria de Jesus, de 1914, que se trata de um documento manuscrito jurídico, da esfera crime, lavrado entre os anos de 1914 a 1924, contém 89 fólios (escritos no recto e verso), está localizado em um arquivo público denominado Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O processo estudado se encontra na caixa 110, estante 4 e documento de número 2279, o qual foi escrito em papel almaço, em letra cursiva, em tinta preta e apresenta algumas partes escritas na cor verde. O texto apresenta grafias distintas, o que comprova que o documento foi redigido por escritivães diferentes.

O conteúdo do *corpus* trata da história de Lindaura Maria de Jesus, que confiou na promessa de casamento feita por seu noivo, João de Vasconcellos, e cedeu aos desejos sexuais do referido. Assim, a vítima foi desonrada e o acusado deveria contrair matrimônio para reparar a sua honra, porém não foi o que ele fez, pois este se recusou a casar-se com a ofendida e assumir a criança (mais tarde registrada como Antonia), visto que a jovem ficou grávida, após o seu defloramento. Dessa forma, Avelino José da Costa, pai da jovem, entrou na justiça com um processo na Comarca de “Feira de Sant’Anna”, em 1914, para prestar uma queixa de defloramento contra o réu. O Processo Crime de Defloramento foi instaurado e, depois de 10 anos, João de Vasconcellos foi condenado a quatro anos de prisão, mas o crime prescreveu e ele só pagou as custas do processo.

Vale ressaltar que Lindaura Maria de Jesus nasceu em 31 de janeiro de 1895, era filha de Idalina Maria de Jesus e de Avelino José da Costa, não sabia ler e nem escrever, residia no Distrito de Almas (atual município denominado Anguera, localizado na Bahia) e, segundo testemunhas, era “alva”, honesta, trabalhadora, de “bons costumes” e só saía na companhia de seus pais.

### **3.1. Aspectos codicológicos do Auto de Defloramento**

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Através da edição fac-similar do Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus é possível a visualização dos aspectos codicológicos do *corpus*. Assim, esses aspectos oferecem ao leitor uma dimensão ampla dos detalhes do documento. Posto isto, notamos no Auto de Defloração algumas particularidades, tais como: rasgo (14r), selos (65v e 82r), rasuras (23r, 30r, 58v, 63r, 63v, 64r e 64v), manchas (1r, 33r, 39v, 40r, 59v, 60r, 62r, 76v e 77r), giz de cera (4r, 11v, 12r, 15v, 16v, 19r, 19v, 20r, 20v, 35r, 38r, 38v, 39v, 40v, 41v, 45r, 46v, 47v, 48r, 49r, 50r, 50v, 60v e 65r), rubricas (15r, 16r, 17r, 18r, 19r, 20r, 21r e 57r), carimbo (1r), inscrição esverdeada presente na parte superior dos fólios (26r ao 28r, 59r ao 64v e 66r ao 75v) e sinal especial (28r). Abaixo seguem alguns exemplos, que representam tais características:

**Rasgo - f. 14r**



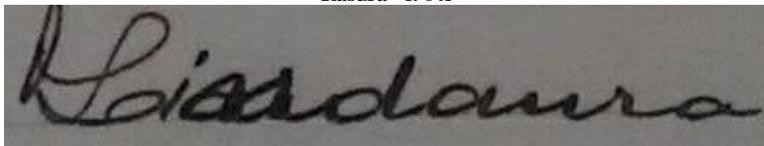
**Selos - f. 65v**



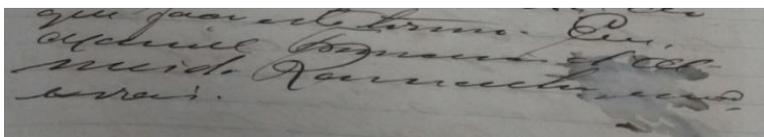
**Selos - f. 82r**



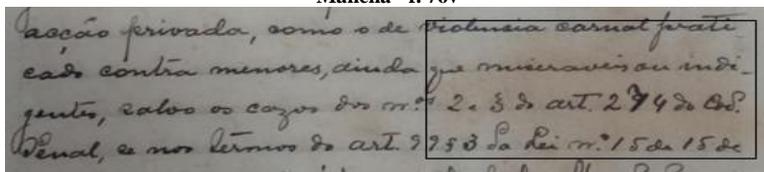
**Rasura - f. 64r**



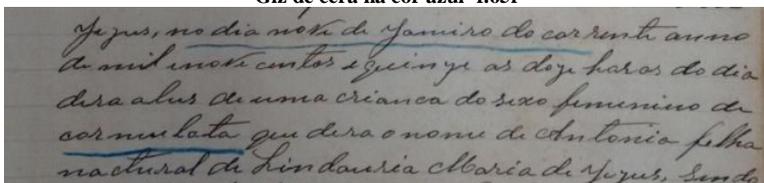
**Mancha - f. 59v**



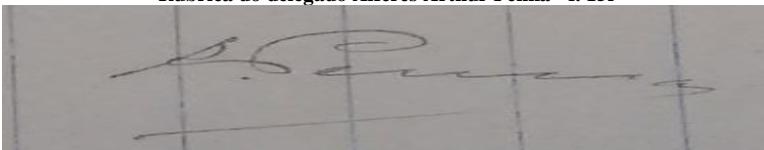
Mancha - f. 76v



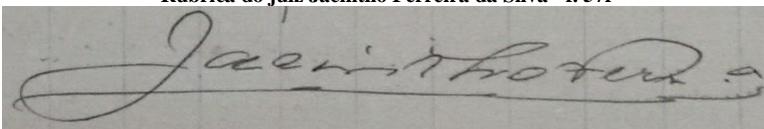
Giz de cera na cor azul- f.65r



Rubrica do delegado Alferes Arthur Penna - f. 15r



Rubrica do juiz Jacintho Ferreira da Silva - f. 57r



Inscrição “Thesouro do Estado da Bahia” presente em quase todos os fólhos recto - f.26r



Carimbo do escrivão Epaminondas Vicente dos Reis - f.1r



Sinal especial feito pelo escrivão Agenor Lopes da Silva - f.28r

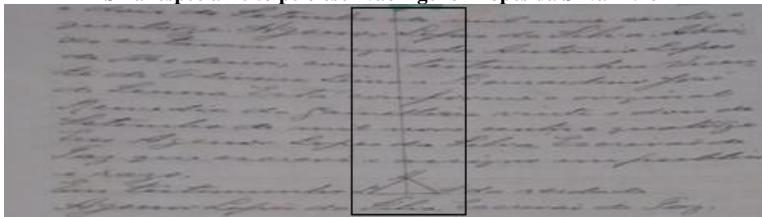
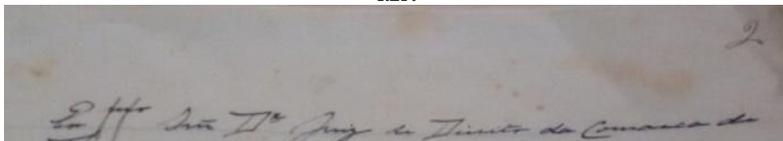


Tabela 2:

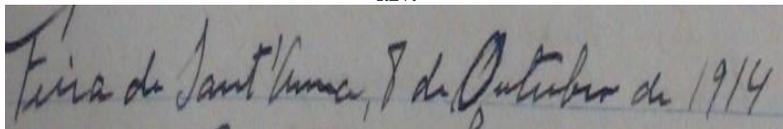
Particularidades do Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus.  
Fotografias: Jéssica Silva.

No documento há outros detalhes, a saber: 1° Os fólhos 1v, 3v, 7v, 8v, 14v, 25r, 26v, 28v, 31r, 67v, 80v, 81v, 89v e os três últimos fólhos finais estão em branco. 2° Quase todos os fólhos rectos apresentam uma numeração no ângulo superior direito, exceto os fólhos 1r, 88r e 89r. 3° Há numerações como algumas datações e numerais ordinais, estes últimos vão, por exemplo, de 1 a 5 indicando as cinco testemunhas arroladas no processo, como podemos observar nas figuras a seguir:

f.2r:



f.2v:



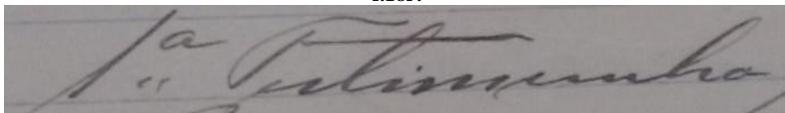
f.1r:



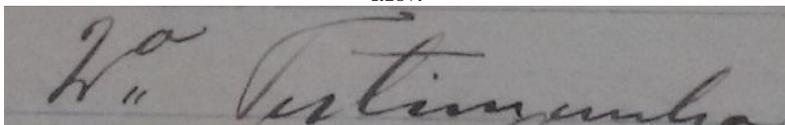
f.67r:



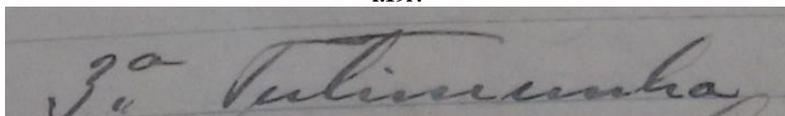
f.18r:



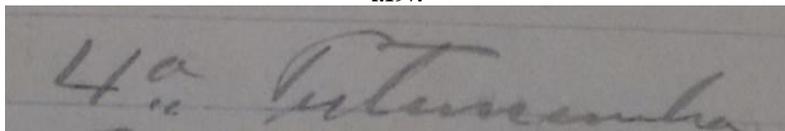
f.18v:



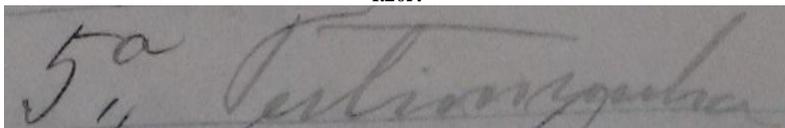
f.19r:



f.19v:



f.20r:



**Tabela 3:**

**Aspectos codicológicos do Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus.**

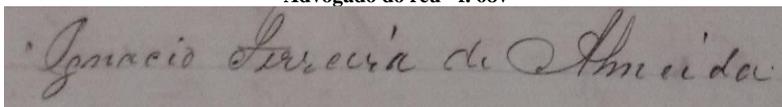
**Fotografias: Jéssica Silva**

Identificamos, também, no manuscrito, várias assinaturas, sendo estas a de Tharsisio Cezar Milton (advogado do réu), Ignacio Ferreira de Almeida (oficial de justiça), Alferes Arthur Penna (delegado), Auto Esmeraldo dos Reis (perito), José Alves Boaventura (perito), Euvado Luz

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

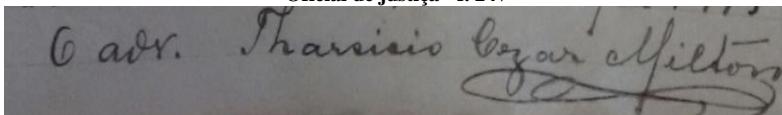
(promotor Público) e Manuel Francisco de Almeida Ramalho (escrivão). Por não saberem ler e nem escrever, José Picho de Vasconcellos (réu), Lindaura Maria de Jesus (vítima) e Avelino José da Costa (pai da vítima) não assinaram no processo, mas pediram que outras pessoas assinassem a seu rogo. Seguem as imagens de algumas dessas assinaturas:

Advogado do réu - f. 68v



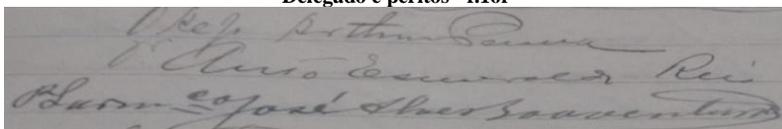
Ignácio Ferreira de Almeida

Oficial de justiça - f. 24v



O. adv. Transição Bozar Filiz

Delegado e peritos - f.16r



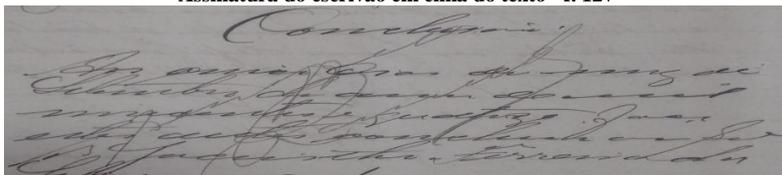
Delegado e Peritos

Promotor Público - f. 2v



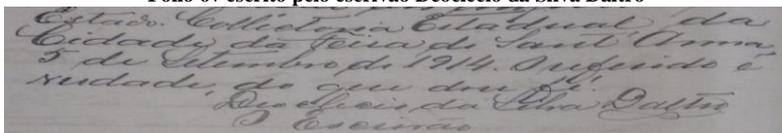
Promotor Público

Assinatura do escrivão em cima do texto - f. 12v



Assinatura do escrivão

Fólio 6v escrito pelo escrivão Deoclecio da Silva Daltro



Fólio 6v escrito pelo escrivão Deoclecio da Silva Daltro

**Tabela 4:**

**Assinaturas presentes no Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus.  
Punhos que redigiram o Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus  
Fotografias: Jéssica Silva**

Constatamos, no total de 10 anos de processo, vários punhos que redigiram o Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus, dentre os

quais podemos citar os escrivães: Deoclecio da Silva Daltro, Aurelio de Vasconcellos, Leoncio Evangelista dos Santos, Manuel Francisco de Almeida Ramalho. Os escrivães de paz: Agenor Lopes da Silva e Manoel Miranda de Figueiredo. Os Oficiais de Justiça: Ignacio Ferreira de Almeida e João Lizardo de Oliveira. A seguir podemos observar as assinaturas referentes aos punhos descritos:

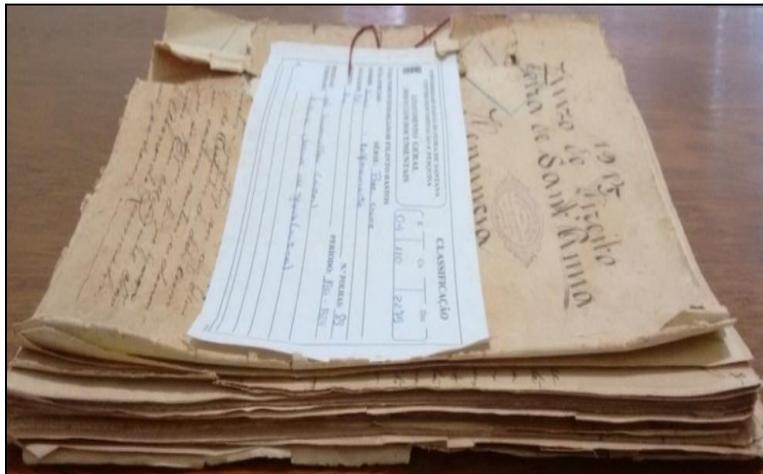
Outro aspecto que merece destaque são as abreviaturas, pois o documento apresenta várias palavras abreviadas, das quais destacamos apenas dez:

| Fac-símile da abreviatura | Abreviatura          | Desdobramento da abreviatura | Fólio em que se encontra a abreviatura |
|---------------------------|----------------------|------------------------------|--|
|                           | adv.                 | Advogado                     | f.68v                                  |
|                           | C <sup>el.</sup>     | Coronel                      | f.5r                                   |
|                           | Dr.                  | Doutor                       | f.26r                                  |
|                           | Exm. <sup>o</sup>    | Excelentíssimo               | f.26r                                  |
|                           | Ill <sup>mo</sup>    | Ilustríssimo                 | f.5r                                   |
|                           | P. Público           | Promotor Público             | f.22v                                  |
|                           | supp <sup>e</sup>    | Supplicante                  | f. 5r                                  |
|                           | V. Ex <sup>cia</sup> | Vossa Excelência             | f. 2v                                  |
|                           | V.S.                 | Vossa Senhoria               | f. 5r                                  |
|                           | Trib                 | Tribunal                     | f. 60r                                 |

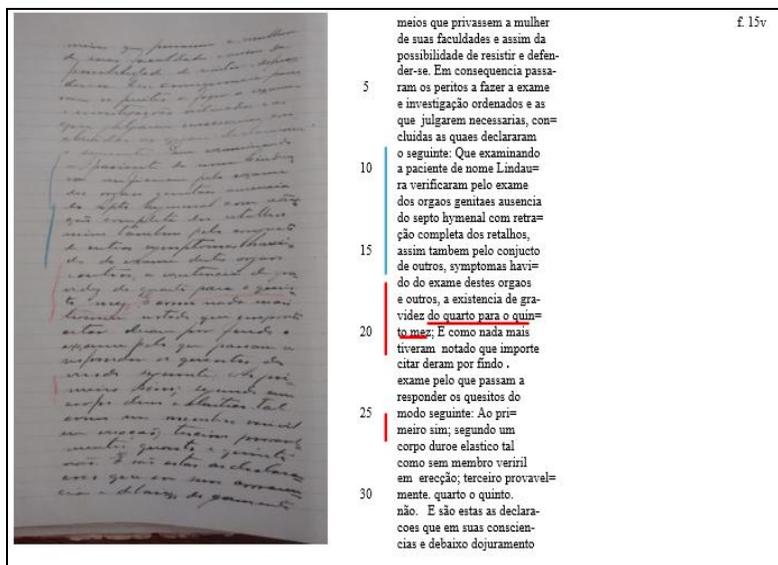
**Tabela 6:**  
Abreviaturas presentes no Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus.  
Fotografias: Jéssica Silva

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

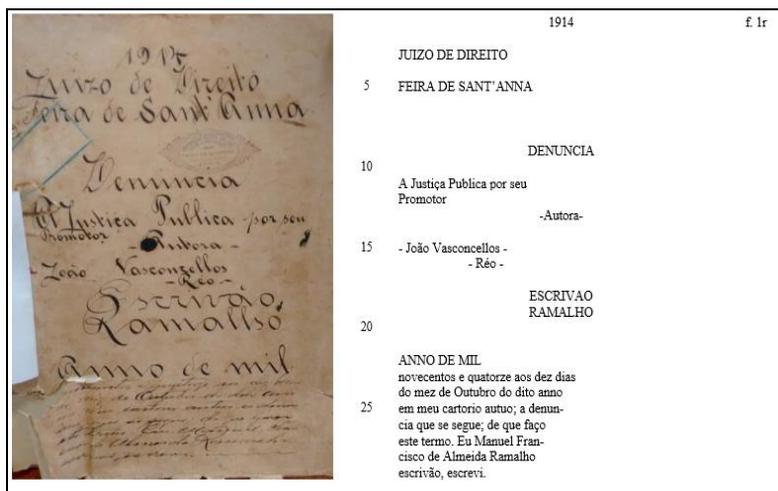
Como o documento possui 89 fólios, escritos no recto e verso, escolhemos apenas três exemplos das edições fac-similar e semidiplomática do Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus, de 1914, para constar aqui:

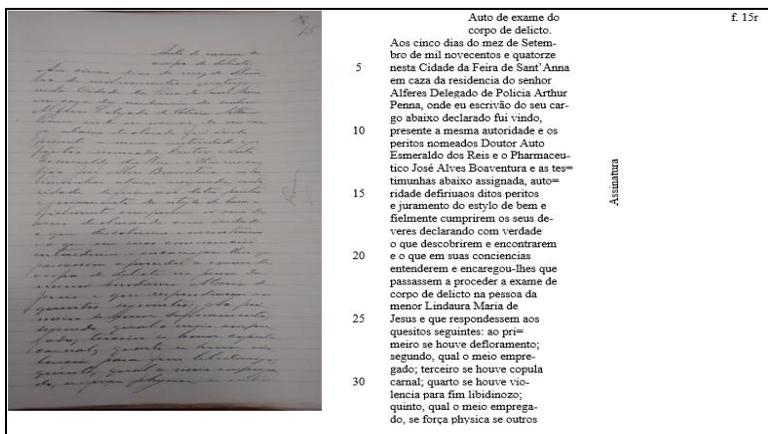


**Figuras 1 e 2: Edição fac-similar do Auto de Defloração de Lindaura Maria de Jesus, lavrado em 1914. Fotografias: Jéssica Silva.**



**Figura 3: Edições fac-similar e semidiplomática do fólio 1r do Auto de Deflramento de Lindaura Maria de Jesus, lavrado em 1914. Fotografia: Jéssica Silva**





**Figuras 4 e 5: Edições fac-similar e semidiplomática dos fólhos 15r e 15v, nos quais é descrito o exame de corpo de delicto feito em Lindaura Maria de Jesus. Fotografias: Jéssica Silva.**

#### 4. *Palavras finais*

É incontestável a importância da filologia, porquanto esta permite, através dos documentos, conhecermos o *modus vivendi* de um povo. Assim, ao termos acesso ao Auto de Defloramento de Lindaura Maria de Jesus, através das edições, temos contato com a situação das mulheres do início do século XX, na qual as mesmas não tinham vozes na sociedade, mas eram submissas aos pais ou aos seus maridos e deveriam manter seus corpos “puros” até a data do casamento.

Concluimos que é imprescindível manejar os textos escritos, já que “Todas as ações do homem estão postas no papel: sua literatura, sua ciência, seu direito, sua religião etc.” (QUEIROZ, 2007, p. 24). Sendo assim, o Auto de Defloramento de Lindaura Maria de Jesus, sem dúvida, é uma amostra que nos permite conhecer a sociedade baiana no início do século XX e as histórias anônimas, que nos revelam como era o período de 1914 a 1924 no antigo Distrito de Almas e em Feira de Santana, no que concerne à posição da mulher na sociedade brasileira daquela época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. Sobre o conceito de edição crítica. *Humanitas*, Rio de Janeiro, vol. 58, p. 15-22, 2006.

BARBOSA, Aldacelis dos Santos Lima. *Edição conservadora do livro IV do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia e estudos vocabulares*. 2014. Dissertação (de mestrado). – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BARRETO, Josenilce Rodrigues de Oliveira; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Edição Semidiplomática de uma “Acção Ordinaria de Desquite” do início do século XX: Considerações Preliminares. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, CiFEFiL, ano 19, n. 55, p. 18-29, jan./abr. 2013.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

JESUS, Ivanete Martins de; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Documentos jurídicos: a filologia como ferramenta para a edição e o estudo do discurso em autos de defloração. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, CiFEFiL, vol. XV, n. 5, p. 460-472, ago. 2011.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Filologia e lexicologia: a edição e o estudo do vocabulário de autos de defloração. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, Catalão, vol. 16, n. 2, p. 15-28, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/33527/17733>>.

\_\_\_\_\_. Introdução metodológica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007, p. 23-34.

SILVA, Daianna Quelle da Silva Santos da; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Registro de um crime sexual: edição filológica e estudo léxico-semântico de um processo crime de estupro. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XVII, n. 3, p. 170-179, ago. 2013. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xvii\\_cnlf/cnlf/03/12.pdf](http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/03/12.pdf)>

**ESTUDO GEONÍMICO  
DAS FEIÇÕES DA COSTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO<sup>75</sup>**

*Pamela Marcia Ferreira Dionisio* (UFRJ)

[pameladionisio1@gmail.com](mailto:pameladionisio1@gmail.com)

*Thiago Costa Virgilio* (UFRJ)

[virgilio\\_thiago@yahoo.com.br](mailto:virgilio_thiago@yahoo.com.br)

*Paulo Marcio Leal de Menezes* (UFRJ)

[pmenezes@acd.ufrj.br](mailto:pmenezes@acd.ufrj.br)

**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo principal realizar um levantamento da geonímia pertinente as feições da costa fluminense, tais como ilhas, pontas, praias, lagoas costeiras, dentre outras feições. Para isto, procurar-se-á investigar as etimologias destes nomes geográficos, bem como suas classificações e diacronia. Os mapas históricos e as cartas hodiernas do estado do Rio de Janeiro e, especificamente, de suas baías serão o substrato para a obtenção geonímica. Desta forma, a memória da costa fluminense, que foi a porta de entrada ao processo de ocupação do estado do Rio de Janeiro, será desvelada a partir das formas simbólicas identitárias dos geônimos.

**Palavras-chave:** Geonímia do Rio de Janeiro. Feições da costa. Diacronia geonímica.

**1. Introdução**

A toponímia, vocábulo donde advém o termo geonímia, tem sido uma forma simbólica utilizada para estabelecer uma relação de identidade entre um núcleo urbano ou feição natural, e um determinado grupo social, de forma a imbuir este objeto de significado. Significado este que reflete também relações de poder, uma vez que identificar um lugar é certificá-lo que um grupo se apropriou deste. (CORREA, 2007; AZARYAHU & GOLAN, 2001)

Desta forma, investigar os geônimos das feições naturais da costa do estado do Rio de Janeiro (objetivo geral), a partir da etimologia, classificação e diacronia geonímica (objetivos específicos), reflete em múltiplas relações de identidade e de poder que determinados grupos vão e-

---

75 AGRADECIMENTOS: Este trabalho somente foi possível graças aos mapas históricos cedidos pelo Arquivo Histórico do Exército e pelo Arquivo Nacional, além das cartas do IBGE, que já haviam sido fornecidas ao acervo do Laboratório de Cartografia. Por isso, é importante agradecer, especialmente, as duas instituições citadas.

xercer sobre esta porção do território fluminense. Estes nomes podem, ainda, de forma pormenorizada, refletir motivações históricas, antropológicas, culturais, sociológicas, lexicográficas, geográficas, dentre outras, que não são excludentes entre si. (MENEZES & SANTOS, 2006)

No que tange aos objetos do artigo, estes são as feições naturais da costa fluminense. Isto inclui ilhas, cabos, baías, praias, pontas, sacos, enseadas e lagoas costeiras.

Optou-se por elencar estes objetos, primeiramente, porque não existem estudos que abarquem todos os geônimos da costa fluminense de uma única vez, analisados sob os aspectos supracitados. Outra justificativa importante é o próprio processo de ocupação do território fluminense, que começou pela entrada de baía de Guanabara, isto é, uma feição natural costeira.

No que concerne a temática geral, geonímia, o estudo também é importante, uma vez que há pouco estudo de geonímia no país, se comparado aos Estados Unidos e a França, que apresentam banco de dados com geônimos protegidos e padronizados. A ciência geográfica e a cartografia histórica devem, ainda, se apropriar desta temática, que tem sido mais objeto de estudo dos linguistas no país.

## **2. Recorte espacial**

O litoral do estado do Rio de Janeiro apresenta 365Km de extensão, e múltiplos acidentes geográficos, sendo suplantado somente pela costa da Bahia e do Maranhão, de acordo com o endereço eletrônico da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)<sup>76</sup>.

| <b>Municípios Costeiros do Estado do Rio de Janeiro</b> |
|---|
| 1. São Francisco de Itabapoana                          |
| 2. São João da Barra                                    |
| 3. Campos dos Goytacazes                                |
| 4. Quissamã   |
| 5. Carapebus  |
| 6. Macaé  |
| 7. Rio das Ostras                                       |
| 8. Casimiro de Abreu                                    |
| 9. Cabo Frio  |

---

76 Disponível em: <<http://www.fiperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 15-06-2011.

|                       |
|-----------------------|
| 10. Armação de Búzios |
| 11. Arraial do Cabo   |
| 12. Araruama          |
| 13. Saquarema         |
| 14. Niterói           |
| 15. São Gonçalo       |
| 16. Itaboraí          |
| 17. Guapimirim        |
| 18. Magé              |
| 19. Duque de Caxias   |
| 20. Rio de Janeiro    |
| 21. Itaguaí           |
| 22. Mangaratiba       |
| 23. Angra dos Reis    |
| 24. Parati            |

Elaboração dos autores, baseada nos dados da FIPERJ  
(<http://www.fiperj.rj.gov.br/pesca.html>). Data de acesso: 15-06-2011)



MAPA 1. Fonte: Elaboração dos autores, com base na tabela 1 do acervo do Laboratório de Cartografia

### **3. Discussão teórico-conceitual**

Antes de adentrar nos aspectos metodológicos e nos resultados obtidos, nesta seção serão levantados os principais conceitos e temas que permeiam o artigo. O termo toponímia é proveniente de dois radicais do grego: *topos*, que significa lugar e *onoma*, nome. A antroponímia, isto é, o estudo dos nomes das pessoas e a toponímia constituem dois ramos de pesquisa da ciência que estuda os nomes próprios: a denominada onomástica. (SANTOS, 2008)

Adotou-se o termo geonímia para se evidenciar o fato desse artigo pesquisar topônimos que apresentam representação gráfica e identificação das coordenadas geográficas. Destarte, estas duas últimas características fazem com que a toponímia se torne geonímia (HOUAISS, 1999). Vale salientar que a identificação da latitude e da longitude pode se dar pelo sistema hodierno ou pretérito e não somente através de documentos cartográficos, mas também históricos.

No que concerne à cartografia, geonímia e geografia, os pontos de tangência são evidentes, podendo ocorrer até interpenetração dos campos. Um mapa e/ou uma carta sem os geônimos não podem ser considerados instrumentos cartográficos completos. Os nomes geográficos são uma espécie de registro civil de uma determinada parcela do espaço. (FURTADO, 1960)

Relacionando o binômio cartografia e geografia, a ciência cartográfica funciona como instrumento e até como produto para as pesquisas geográficas, uma vez que propiciam criar modelos de representação dos objetos existentes na superfície terrestre. A cartografia histórica, especificamente, possibilita descortinar os tempos pretéritos, resgatando sua memória, história e representações gráficas.

A afinidade entre geonímia e geografia vai além do prefixo idêntico. Nomear feições da terra e lugares constitui formas simbólicas, marcas dos grupos sociais no espaço, podendo ser decorrência de questões políticas, culturais, sentimentais, históricas, geográficas, culturais, econômicas e de disputas pelo poder. Assim, a temática geonímica também dialoga com uma série de campos do conhecimento.

Segundo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), a toponímia pode ser dividida e classificada em dois grandes grupos: a de natureza física e a de natureza antropocultural. No interior destas duas bifurcações, obtém-se uma série de classificações (tabela 2 e tabela 3), que

foram as utilizadas nos resultados do presente artigo. Os objetos deste trabalho, isto é, as feições físicas são formadas por uma parte genérica, que determina os nomes, o *gênero geográfico*: como ilha e baía, e por outra parte específica, que qualifica estes mesmos nomes, como: Grande e Guanabara.

| <b>Taxionomia de Natureza Física</b> | <b>Referências dos topônimos</b>  |
|--------------------------------------|---|
| Astrotopônimo                        | Relacionados aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (RJ)  |
| Cardinotopônimo                      | Pertinente às posições geográficas em geral Ex.: do Leste, de Fora (RJ)   |
| Cromotopônimos                       | Relativos à escala cromática. Ex.: Ilha Vermelha (RJ)   |
| Dimensiotopônimo                     | Relativos aos aspectos dimensionais das feições naturais, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: Ilha Comprida (RJ)   |
| Fitotopônimo                         | Pertinente ao vegetal, que surgiu espontaneamente, em sua individualidade, em grupos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formações que não são espontâneas, mas são individuais e em grupo. Ex.: Ponta do Bananal (RJ) |
| Geomorfotopônimo                     | Referente às formas topográficas. Ex.: Monte Alto (RS)  |
| Hidrotopônimo                        | Resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Ponta da Maresia (RJ)   |
| Litotopônimo                         | Pertinente aos topônimos de índole mineral, relativos também à constituições do solo. Ex.: Pedreiras (MG)   |
| Meteorotopônimo                      | Relativo a fenômenos atmosféricos. Ex: vento: Serra do Vento (PB).  |
| Morfotopônimo                        | Reflete o sentido de forma geométrica. Ex: Curva Grande (AM)  |
| Zootopônimo                          | Relativo ao animal. Ex.: Vacaria (RS)   |

**Tabela 2- Classificação dos topônimos de natureza física.**  
**Fonte: Elaborada pelos autores baseada em DICK (1990)**

| <b>Taxionomias de Natureza Antropocultural</b> | <b>Referências dos Topônimos</b>  |
|--|---|
| Animotopônimo ou neotopônimo                   | Referente à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano. Ex.: vitória: Vitória (CE) |
| Antropotopônimo                                | Pertinente aos nomes próprios individuais. Ex.: prenome: Abel (MG)  |
| Axiotopônimo                                   | Relacionado aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente (SP)    |
| Corotopônimo                                   | Reflete os nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Brasil (AM)   |
| Cronotopônimo                                  | Relativo aos indicadores cronológicos representados. Ex.: Velha Boipeba (BA)  |
| Ecotopônimo                                    | Referente às habitações de um modo geral. Ex.: Casa da Telha (BA)   |
| Ergotopônimo                                   | Pertinente aos elementos da cultura material. Ex.: flecha: córrego da   |

|                               |   |
|-------------------------------|---|
|                               | Flecha (MT)   |
| Enotopônimo                   | Referente aos elementos étnicos, isolados ou não. Ex.: Guarani (PE)   |
| Dirrematotopônimo             | Formado por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há mais Tempo (MA); Valha-me Deus (MA)  |
| Hierotopônimo                 | Pertinente aos nomes sagrados de diferentes crenças. Ex.: Cristo Rei (PR).<br>Podem ocorrer duas subdivisões: hagiotopônimos, isto é, referente aos santos e santas do hagiológico romano: São Paulo (SP); e mitotopônimos, ou seja, que diz respeito às entidades mitológicas. Ex.: saci: ribeirão do Saci (ES). |
| Historiotopônimo              | Referente aos movimentos de cunho histórico-social. Ex.: Independência (AC)   |
| Hodotopônimo (ou Odotopônimo) | Relativo às vias de comunicação rural ou urbana. Ex.: Estradas (AM)   |
| Númerotopônimo                | Pertinente aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras (BA)  |
| Poliotopônimo                 | Formado pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade (RJ)  |
| Sociotopônimo                 | Relacionado às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex.: Sapateiro (serra de SP)  |
| Somatotopônimo                | Relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovel (MG); Pé de Boi (AH SE)  |

**TABELA 3 – Classificação dos topônimos de natureza antropocultural**

**Fonte: Elaborada pelos autores baseada em DICK (1990).**

Vale salientar, dentre os objetos, o de lagoa costeira, pois o litoral do estado do Rio de Janeiro é repleto de lagoas, umas mais próximas a linha de costa, e outras, mais longínquas. Desta forma, é importante que se levante o conceito desta feição natural, a fim de que possibilite o levantamento apenas dos gênomos de lagoas costeiras.

Extensões rasas de água, muitas vezes, em orientação paralela ao litoral e, majoritariamente, ou completamente apartada do mar por restingas pequenas, recifes ou ilha barreira: esta é a definição de lagoa costeira proposta por Marcos César dos Santos (2008). Cynthia Moreira Damázio e Loreine Hermida Silva e Silva (2006) complementam a ideia, ao declarar que este tipo de feição oferece água salobra ou salgada.

Este tipo de ambiente costeiro costuma ocorrer com frequência em área que tem extensa plataforma continental, em conjunto com ampla planície costeira, marés de baixa estatura, ondas intensas e vasta quantidade de sedimentos de areia, de acordo com Carlos Augusto França Schettini (2008). É expressivo o número de lagoas costeiras no litoral do Brasil (ROLAND, 1998). O Rio de Janeiro é um dos grandes representantes de maior volume de lagoas costeiras. (ESTEVES, 1998)

#### 4. Metodologia

Primeiramente realizou-se uma discussão teórico-conceitual dos principais conceitos e temas que fazem parte deste artigo, como toponímia, geonímia, relação entre cartografia, geonímia e geografia, classificação toponímica e o conceito de lagoa costeira, a partir de referências bibliográficas (capítulo 3).

Para a extração dos geônimos das feições costeiras do estado do Rio de Janeiro, foram utilizados mapas históricos cedidos pelo Arquivo Histórico do Exército e pelo Arquivo Nacional pertinentes aos séculos XIX e a meados do XX (1848, 1892 e 1943).

Para uma comparação com os geônimos atuais foram buscadas as cartas do estado do Rio de Janeiro levantadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme mostra a tabela 4:

| Carta             | Ano  | Índice de Nomenclatura                |
|-------------------|------|---------------------------------------|
| Angra dos Reis    | 1974 | Folha: SF-23-Z-C-II-1                 |
| Araruama          | 1978 | Folha: SF-23-Z-B-IV-3                 |
| Baía de Guanabara | 1987 | Folha: SF-23-Z-B-IV-4 e SF-23-Z-D-I-2 |
| Cabo Frio         | 1987 | Folha: SF-23-Z-B-VI-4                 |
| Campos            | 1968 | Folha: SF-24-Z-G-IV-3                 |
| Ilha Grande       | 1974 | Folha: SF-23-Z-C-II-2                 |
| Itaguaí           | 1970 | Folha: SF-23-Z-A-VI-3                 |
| Lagoa Feia        | 1968 | Folha: SF-24-Z-M-II-1                 |
| Macaé             | 1969 | Folha: SF-24-Z-M-I-3                  |
| Mangaratiba       | 1981 | Folha: SF-23-Z-A-V-4                  |
| Marambaia         | 1975 | Folha: SF-23-Z-C-III-1                |
| Maricá            | 1966 | Folha: SF-23-Z-B-V-3                  |
| Paraty            | 1974 | Folha: SF-23-Z-C-I-2                  |
| Petrópolis        | 1979 | Folha: SF-23-Z-B-IV-2                 |
| Rio das Ostras    | 1983 | Folha: SF-23-Y-A-IV-1                 |
| Saquarema         | 1974 | Folha: SF-23-Z-B-V-4                  |

**Tabela 4 - Cartas do IBGE,**

**Fonte: Elaborado pelos autores. Baseada nas cartas do IBGE**

Em conjunto com o levantamento dos geônimos nos mapas foram utilizados dicionários impressos e eletrônicos relativos a língua portuguesa, indígena e africana, de forma a abarcar o máximo de etimologias e classificações dos nomes geográficos.

Tanto na etapa de extração dos geônimos, quanto na fase de definição etimológica, classificatória e diacrônica, foram encontradas dificuldades. Com relação ao recorte espacial, os mapas históricos somente

abrangiam ou o estado do Rio de Janeiro em sua completude ou, especificamente, a Baía de Guanabara, o que impediu uma análise mais pormenorizada das feições costeiras das outras baías do estado, como a de Setúba, da Ilha Grande, dentre outras.

Deste modo, enquanto que nas cartas mais atuais, como a de Angra de 1987 (na escala de 1:50.000 do IBGE) foram computadas 89 geônimos; no mapa histórico de 1943 do Arquivo Histórico do Exército (na escala de 1:200.000), somente foram levantados 6. Nota-se assim que as escalas não são compatíveis.

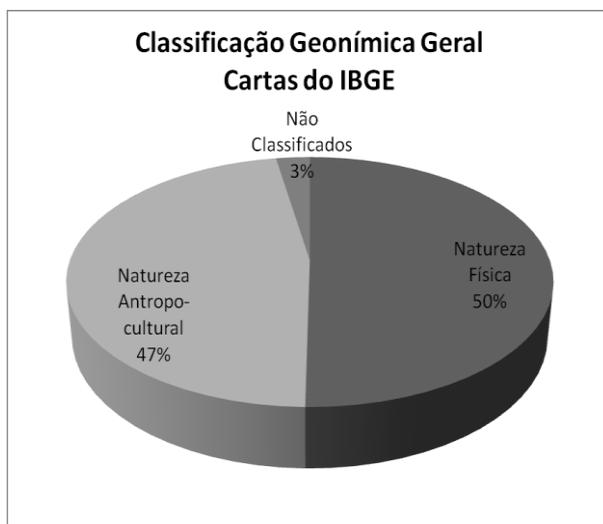
Outra questão importante foi o descarte de mais de 10 mapas históricos, devido a sua ininteligibilidade. Em geral, os nomes de núcleos urbanos são inteligíveis, mas os topônimos referentes às ilhas, lagoas costeiras e pontas, por exemplo, mostraram-se muito pequenos (impossíveis de se ler até com o uso de lupa) e/ou apagados.

Desta forma, foram extraídos mapa por mapa todos os nomes geográficos das feições da costa e comparados uns com os outros se ocorreu variância temporal dos nomes (mudança brutal ou de grafia), supressão e/ ou surgimento de uma nova feição. Posteriormente, foram criados gráficos com percentagens de etimologia, classificação e diacronia dos geônimos levantados.

## **5. Resultados obtidos**

Para o levantamento atual dos geônimos, foram utilizadas as cartas provenientes do IBGE, todas em escala 1:50.000 (tabela 4 do cap. 4).

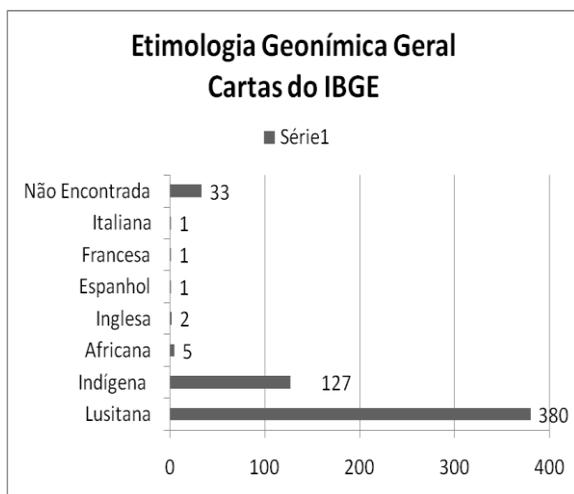
Ainda com relação as cartas do IBGE, no que tange a divisão proposta por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) entre geônimos de natureza física e de natureza antropocultural, houve proporção semelhante dos percentuais. Do total de 694 geônimos levantados, 399, isto é, aproximadamente a metade do total, são nomes geográficos relacionados a natureza física, enquanto que 374 são concernentes a natureza antropocultural, ou seja 47%. Apesar das subdivisões desta classificação ser bastante detalhada e abrangente (tabelas 2 e 3 do capítulo 3), ainda assim não foi capaz de categorizar todos os geônimos, uma vez que 3%, isto é, 21 nomes, não foram passíveis de classificação (gráfico 1).



**GRÁFICO 1- Percentuais da classificação geonímica. Fonte: Elaboração dos autores. Baseada em DICK (1990) e geônimos das cartas do IBGE (tabela 4).**

A carta de Angra dos Reis de 1987 do IBGE apresenta exemplo de geônimo não classificável. O nome Ponta da Picirica, cujo significado é o ato sexual, não se enquadra em nenhuma das classificações. Desta forma, é importante também que se criem novas subdivisões a partir da classificação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), como as subdivisões referentes a verbos e ações em geral. O geônimo arpoador (carta da Baía de Guanabara), também carece de uma classificação, pois refere-se ao verbo arpoar.

Vale salientar, ainda, que a etimologia não foi encontrada em 6% dos geônimos, isto é, 33 nomes (gráfico 2). Logo, sem o conhecimento da origem da palavra e do seu significado, a classificação geonímica torna-se inviável. Como foi o caso da ilha Tanhaga, topônimo encontrado na carta de Parati.



**GRÁFICO 2 – Percentuais da etimologia geonímica.**

**Fonte:** Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e em dicionários impressos e eletrônicos (referências bibliográficas).

A partir da observação do gráfico 2, conclui-se que a maior parte dos geônimos são de origem lusitana (69%), o que demonstra a apropriação portuguesa do território fluminense, que ocorreu a partir do litoral, mas especificamente, a partir da baía de Guanabara.

Apesar disso, a origem indígena é a segunda maior percentagem (23%). Os vocábulos do tupi são marcas dos povos autóctones que habitavam o território fluminense antes da chegada dos portugueses. O tupi, apesar de ser considerada uma língua de origem indígena, não é específica de uma tribo. Em realidade, foi uma língua criada pelos jesuítas a partir da estrutura linguística de uma série de tribos, de forma a obter a catequização e a dominação dos nativos, conforme afirma Teodoro Sampaio (1955).

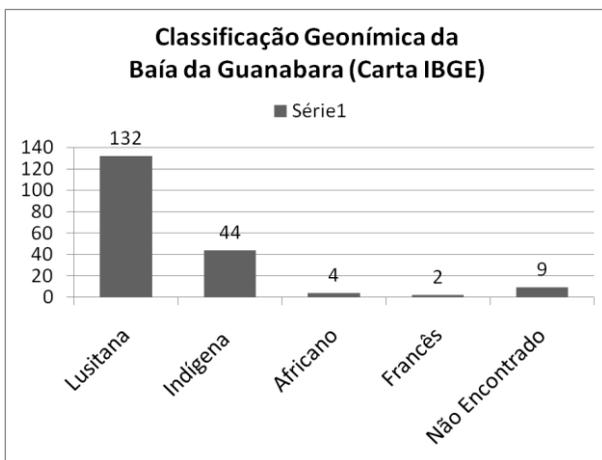
Como exemplo de nome advindo do indígena, encontrou-se na carta de Marambaía, o geônimo baía de Sepetiba, em que o termo que qualifica é formado por dois radicais *sapé* (*sapê*, a gramínea) e *tiba* (sítio, lugar; abundância), que aglutinados dizem respeito ao “sítio dos sapês”, ao “sapezal”. (SILVA, 1966, p. 295)

Os índices de nomes oriundos da língua inglesa, espanhola, italiana, francesa e africana mostram-se menos expressivos. São respectivamente, 2, 1, 1, 1 e 5 nomes geográficos. Os dois últimos refletem a histó-

ria do estado do Rio de Janeiro, repleto de invasões, sobretudo francesas; e marcado pela escravidão africana.

A carta de Araruama do IBGE apresenta o topônimo Ponta das Bananeiras, que é um vocábulo de origem africana, assim como o nome Ponta do Gambelo<sup>77</sup> da carta de Ilha Grande, que de acordo com Nei Lopes (2003), é de origem banta, significando festa ou carícia, carinho.

A carta da baía de Guanabara, “porta” inicial e principal da colonização lusitana é a carta que apresenta uma das cinco maiores quantidades de geônimos de origem lusitana (69%). Ademais é a que vai ter em seu conteúdo o único topônimo francês (francês) do estado do Rio de Janeiro, a Ilha de Villegaignon (gráfico 3).



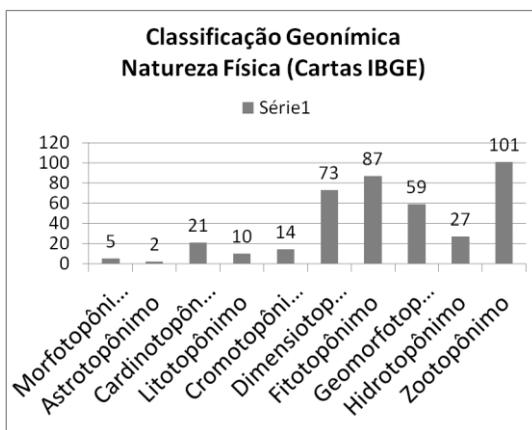
**Gráfico 3- Percentuais da etimologia geonímica – baía de Guanabara.**

**Fonte:** Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos da carta da Baía de Guanabara e em dicionários impressos e eletrônicos (referências bibliográficas).

Por terem um modo de vida pautado numa relação com o meio natural de forma menos impactante e mais harmoniosa do que a sociedade dita “civilizada”, os nativos vão produzir geônimos em sua maioria de classificação zootopônica, fitotopônica e geomorfotopônica. As duas últimas primeiras classificações apresentam as percentagens mais elevadas na geonímica geral das feições costeiras do estado do Rio de Janeiro, sendo de, respectivamente, 25% e 22%. (gráfico 4).

---

77 <<http://pt.wiktionary.org/wiki>>. Data de acesso: 10-06-2011.



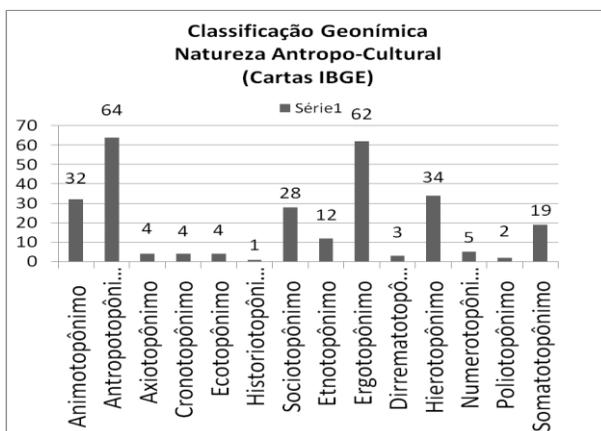
**GRÁFICO 4-** Geônimos de natureza física. Fonte: Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e na classificação de Dick (1990).

Os dimensiotopônimos são os terceiros a serem os mais encontrados (18%), seguidos pelos geomorfotopônimos (15%). Vale salientar ainda que os topônimos de classificação em: meterotopônimo, não foram encontrados em nenhuma das feições costeiras pesquisadas.

No que concerne a geonímia de natureza antropocultural, os ergotopônimos e antropotopônimos dividem a liderança, com 23% (gráfico 5). A ilha dos Fernandes e a Ponta da Mochila, extraídas da carta da lagoa Feia do IBGE, evidenciam a grande presença de antropotopônimos e ergotopônimos.

Os hierotopônimos, isto é, os relacionados às questões sacras são o segundo tipo de geônimo mais encontrado (12%). Na carta de Angra, do IBGE, são encontrados dois exemplos, que também podem ser classificados como hagiotopônimos, ou seja, referentes aos nomes de santos da igreja católica apostólica romana. São eles: a ilha de São João e a ilha do Bonfim.

Com relação a ausência na classificação, duas subdivisões não foram encontradas: os corotopônimos e os hodotopônimos (gráfico 5).



**GRÁFICO 5- Geônimos de natureza antropocultural.**

**Fonte:** Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e na classificação de DICK (1990)

Com relação a variância temporal, as cartas do IBGE foram comparadas com mapas históricos provenientes do Arquivo Nacional e do Arquivo Histórico do Exército (1848, 1857, 1892 e 1943), que abarcavam todo o estado do Rio de Janeiro.

A variação de grafia na diacronia dos nomes pode ser evidenciada no geônimo Ilha Rasa (tabela 5), que na carta do IBGE da Baía de Guanabara aparece com a grafia já mencionada, mas no mapa do Arquivo Histórico do Exército de 1943 é mostrado como Ilha Raza. A Ilha da Andorinha (atual grafia da carta do IBGE) aparece como Ilha de Andorinha no mapa de 1943.

Ainda no mapa de 1943, a Ilha da Saúde, sendo pertencente a baía da Ilha Grande, não foi encontrada na carta da Ilha Grande do IBGE. Com relação aos outros geônimos encontrados neste mapa, permaneceram com a mesma nomenclatura das cartas do IBGE (tabela 5).

|                       |                             |
|-----------------------|-----------------------------|
| Geônimos em 1943      | Geônimos nas cartas do IBGE |
| Baía de Jacuacanga    | Idem a 1943                 |
| Ilha Comprida         | Idem a 1943                 |
| Ilha Grande           | Idem a 1943                 |
| Ilha do Jorge Grego   | Idem a 1943                 |
| Ilha da Saúde         | Não encontrada              |
| Ilha do Algodão       | Idem a 1943                 |
| Ilha de Andorinha     | Ilha da Andorinha           |
| Ilha Guaíba           | Idem a 1943                 |
| Ilha Furtado          | Idem a 1943                 |
| Ilha Bonita           | Idem a 1943                 |
| Restinga de Marambaia | Idem a 1943                 |
| Praia Vermelha        | Idem a 1943                 |
| Ilha do Governador    | Idem a 1943                 |
| Ilha de Paquetá       | Idem a 1943                 |
| Ilha de Bom Jesus     | Idem a 1943                 |
| Lagoa de Maricá       | Idem a 1943                 |
| Ponta Negra           | Idem a 1943                 |
| Lagoa de Saquarema    | Idem a 1943                 |
| Ilhas de Maricá       | Idem a 1943                 |

**TABELA 5- Comparação das cartas do IBGE com o mapa histórico de 1943.**

**Fonte: Elaboração dos autores.**

**Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1943, intitulado: *Planta de um trecho do estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal*. Escala: 1:200.000**

O geônimo Ilha Rasa volta aparecer com a grafia atual no mapa de 1857, assim como outros 13 geônimos, que se apresentam com a mesma grafia das cartas do IBGE (tabela 6).

| <b>Geônimos idênticos</b> |                    |
|---------------------------|--------------------|
| Ponta de Jacutinga        | Ilha Grande        |
| Ilha Redonda              | Pta da Guaratiba   |
| Ponta do Arpoador         | Ilha Rasa          |
| Lagoa de Maricá           | Ponta Negra        |
| Praia de Cabo Frio        | Praia de Saquarema |
| Ilha dos Papagaios        | Ponta dos Búzios   |
| Ilha Vermelha             | Cabo de São Tomé   |

**TABELA 6- Geônimos iguais (cartas do IBGE e mapa de 1857).**

**Fonte: Elaboração dos autores. Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1857, intitulado: *Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro desde Parati até o Cabo de São Tomé*. Escala não informada.**

Em contrapartida, a Baía de Marambaia da carta do IBGE, foi denominada de Boca da Marambaia, tendo assim variação no seu termo genérico. Já os geônimos: Ilha da Tromba, Ilha D'âncora e Bahia Formosa não foram encontrados nas cartas do IBGE.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

O mapa do estado do Rio de Janeiro de 1892, obtido junto ao Arquivo Nacional, apresenta uma série de mudanças na diacronia dos geônimos, em comparação com as cartas do IBGE, principalmente na porção correspondente a Baía de Guanabara e adjacências, conforme mostra a tabela 8, que somente abarca este último recorte espacial.

| <b>Geônimo em 1892</b> | <b>Geônimo na carta do IBGE</b>                |
|------------------------|--|
| Ilha do Pão Torto      | Ilha do Veado                                  |
| Ilha Imbuy             | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Mocangue       | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha da Conceição      | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Vianna         | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha da Velha          | Ilha de Santa Cruz                             |
| Ilha do Cajú           | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Cachimbaó      | Não foi encontrada. Provavelmente foi aterrada |
| Ilha do Ajudante       | Ilha do Carvalho                               |
| Ilha do Ananaz         | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha das Flores        | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Engenho        | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha dos Tavares       | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Manguinho      | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha Comprida          | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha d'Agôa            | Ilha d'Água                                    |
| Ilha da Mãe Maria      | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha Secca             | Ilha Seca                                      |
| Ilha do Governador     | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Saravatá       | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha Comprida          | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Raimundo       | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Fora Semanas   | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Cambambé       | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha do Fundão         | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha das Cabras        | atual Ilha do Fundão                           |
| Ilha do Baiacú         | atual Ilha do Fundão                           |
| Ilha do Catalão        | atual Ilha do Fundão                           |
| Ilha da Caquerada      | atual Ilha do Fundão                           |
| Ilha da Sapucaia       | atual Ilha do Fundão                           |
| Ilha do M. Luiz        | foi aterrada                                   |
| Ilha do Bom Jardim     | foi aterrada                                   |
| Ilha dos Ferreiros     | Não aparece provavelmente foi aterrado         |
| Ilha da Pombeba        | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha das Moças         | Não aparece, provavelmente foi aterrada        |
| Ilha dos Melões        | Não aparece, provavelmente foi aterrada        |
| Ilha S. Barbara        | Idem a carta do IBGE                           |
| Ilha das Enchadas      | Ilha das Enxadas                               |
| Ilha dos Ratos         | Ilha Fiscal                                    |
| Ilha das Cobras        | Idem a carta do IBGE                           |

|                      |                      |
|----------------------|----------------------|
| Ilha de Villegaignon | Idem a carta do IBGE |
| Ilha da Cotunduba    | Idem a carta do IBGE |

**TABELA 8- Comparação da carta do IBGE com o mapa histórico de 1892 – Baía de Guanabara e adjacências. Fonte: Elaboração dos autores. Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1892, intitulado: *Estado do Rio de Janeiro*. Escala: 1:500 000.**

Ocorreram mudanças de uma série de nomes. A atual Ilha do Pão Torto tornou-se Ilha do Veado. A Ilha da Velha virou Ilha de Santa Cruz e a Ilha Fiscal era denominada de Ilha dos Ratos. A Ilha do Carvalho antes era Ilha do Ajudante. Outros geônimos foram suprimidos das cartas atuais, principalmente devido a aterros, como é o caso da Ilha do M. Luiz e da Ilha do Bom Jesus. A Ilha do Cachimbão provavelmente pode também ter sido suprimida por ocasião de aterros. Já as Ilhas das Moças e dos Melões foram aterradas para a retificação do Porto.

A Ilha da Conceição hoje tem ligação com o continente através de aterros, tendo uma morfologia de península. Três ilhas apresentaram mudanças quanto à grafia de seus nomes: as atuais Ilhas D'água, Seca e das Enxadas; foram em 1892: Ilha d'Agôa, Secca e das Enchadas. A atual Ilha do Fundão é resultado da aglutinação das seguintes ilhas: da Sapucaia, da Caqueirada, do Baiacu e do Catalão.

Ainda com relação ao mapa de 1892, a tabela 9 abarca os geônimos das feições que estão fora da Baía de Guanabara. Com relação a mudanças na grafia, 6 foram os geônimos encontrados: a Ilha Rasa (nome atual), que foi Ilha Raza; a Ilha Cagarra, que denominava-se Ilha Cagarão; a Ilha Itacurussá, que foi Itacurussú; a Ilha Jaguanum, que era Ilha Jaquanam; a Ilha Guaíba, que foi Ilha Guahyba; e, Ilha da Jipóia, que foi a Ilha da Jiboia.

Mudanças mais bruscas nos geônimos ocorreram com duas feições: a antiga Ilha do Funil hoje se chama Ilha Pontuda, enquanto que a Ilha do Mantimento ontem foi a Ilha Bapada. No que concerne a modificação não somente do nome que qualifica, mas também do termo genérico, isto é, o que é a feição em si, houve uma modificação: a atual Lage da Cagarra era a antiga Ilha da Laje (tabela 9).

| Geônimo em 1892    | Geônimo na carta do IBGE |
|--------------------|--------------------------|
| Ilha dos Franceses | Não aparece              |
| Ilha Egg           | Não aparece              |
| Ilha de S. Anna    | Idem a carta do IBGE     |
| Ilha Raza          | Ilha Rasa                |
| Ilha Feia          | Idem a carta do IBGE     |

|                     |                      |
|---------------------|----------------------|
| Ilha Branca         | Idem a carta do IBGE |
| Ilha d'Ancora       | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Comprida       | Idem a carta do IBGE |
| Ilha dos Papagaios  | Idem a carta do IBGE |
| Ilha dos Porcos     | Idem a carta do IBGE |
| Ilha do Cabo Frio   | Idem a carta do IBGE |
| Ilha do Meio        | Não aparece          |
| Ilha Boqueirão      | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Rasa           | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Comprida       | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Redonda        | Idem a carta do IBGE |
| Ilha das Palmas     | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Lage           | Lage da Cagarra      |
| Ilha Cagarão        | Ilha Cagarra         |
| Ilha Funil          | Ilha Pontuda         |
| Ilha do Alfaraca    | Idem a carta do IBGE |
| Ilha da Tijuca      | Não aparece          |
| Ilha da Madeira     | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Itacurussú     | Ilha de Itacurussá   |
| Ilha Jaquanam       | Ilha Jaguanun        |
| Ilha Saracura       | Não aparece          |
| Ilha Guahyba        | Ilha Guaíba          |
| Ilha Grande         | Idem a carta do IBGE |
| Ilha de Jorge Grego | Idem a carta do IBGE |
| Ilha da Giboia      | Ilha da Jipóia       |
| Ilha do Araujo      | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Comprida       | Idem a carta do IBGE |
| Ilha dos Meros      | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Bapada         | Ilha do Mantimento   |
| Ilha dos Cocos      | Idem a carta do IBGE |
| Ilha Algodão        | Idem a carta do IBGE |

**TABELA 9- Comparação da carta do IBGE com o mapa histórico de 1892  
- Feições fora da baía de Guanabara. Fonte: Elaboração dos autores.  
Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1892, intitulado:  
*Estado do Rio de Janeiro*. Escala: 1:500 000.**

## **6. Considerações finais**

A maior parte dos geônimos atuais são de origem lusitana, o que demonstra a marca da colonização portuguesa no território fluminense. No que tange aos geônimos de origem indígena, estes se classificam principalmente em: geomorfotopônimos, zootopônimos e fitotopônimos. Desta forma, em geral, os nomes indígenas descrevem as características físicas existentes na feição por eles nomeada.

A classificação geonímica entre a de natureza física e da antropocultural mostrou-se bem dividida, diferentemente do que ocorre em núcleos urbanos, que, em sua maioria apresentam geônimos de classificação antropocultural. Logo, provavelmente, isto está relacionado ao objeto deste estudo, que por serem feições naturais, culminam em serem identificadas por características igualmente naturais.

Com relação aos mapas históricos, somente foram encontrados os que abarcassem todo o estado do Rio de Janeiro ou somente a Baía de Guanabara. Desta forma, foi encontrada uma elevada variância geonímica na Baía de Guanabara, que se mostrou rica de exemplos com feições que foram suprimidas, transformadas em outros nomes e também modificadas em sua grafia.

Esta questão também está impregnada do poder que se precisava estabelecer nesta área estratégica do Rio de Janeiro, que é a entrada da cidade e ponto de partida para a sua fundação histórica. Desta forma, a maior variância geonímica temporal da Baía de Guanabara reflete o seu complexo processo histórico de ocupação.

A classificação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) não contemplou todas as possibilidades de geônimos encontradas. É *mister* que se criem novas classificações dentro das divisões já existentes, abrangendo também os nomes geográficos relacionados a verbos e ações em geral.

O estudo geonímico é imprescindível para o Brasil, a fim de que se crie o substrato alimentador de um banco de dados espaço-temporal brasileiro, com todos os geônimos do país, abordando, assim, sua etimologia, seu significado, sua classificação e diacronia.

O presente artigo não pretende ser estanque no assunto. Como próximos passos podem-se citar: a busca de novos mapas bem como documentos históricos, além de referências bibliográficas em geral; a realização da deambulação para averiguação dos nomes e localização de feições, que não aparecem nos mapas ou estão inelegíveis; e, finalmente a busca do conhecimento local, por intermédio de entrevistas, para que assim se possam confrontar as referências com o saber *in loco*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZARYAHU, Maoz; GOLAN, Arnon. (Re)Naming the Ladscape: The

Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949-1960. *Journal of Historical Geography*, vol. 27, n. 2, p. 178-195, 2001

CORREA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *Aurora Geography Journal*, ano IX, n. 17, p. 11-19, 2007. Disponível em:

<<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/aurora/article/view/1680/1617>>.

DAMÁZIO, Cynthia Moreira; SILVA, Loreine Hermida Silva e. Cianobactérias em esteiras microbianas coliformes da Lagoa Pitanguinha. *Revista Brasileira de Paleontologia*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, p. 165-170, 2006. Disponível em:

<[http://www.sbpbrasil.org/revista/edicoes/9\\_1/Damazio.pdf](http://www.sbpbrasil.org/revista/edicoes/9_1/Damazio.pdf)>.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ESTEVES, Francisco de Assis. Lagoas costeiras: origem, funcionamento e possibilidades de manejo. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Ecologia do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM/ UFRJ, 1998, p. 63-87.

FURTADO, Sebastião da Silva. *A toponímia e a cartografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra/Diretoria do Serviço Geográfico. 1960.

HOUAISS, Antonio. Notas do prefácio-estudo. In: CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 1999.

LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro. Pallas, 2003.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: reflexões e aspectos relevantes. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 2, p. 193-200, ago. 2006.

ROLAND, Fábio. Produção fitoplanctônica em diferentes classes de tamanho nas lagoas Imboassica e Cabiúnas. In: ESTEVES, Francisco de Assis. (ed.) *Ecologia do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM/ UFRJ, 1998, p. 159-175.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. Salvador: Câ-

mara Municipal do Salvador, 1955.

SANTOS, Marcos César dos. Contribuição à gestão das lagoas costeiras: conhecimento tradicional, técnico e científico associado ao manejo dos recursos naturais da Lagoa de Carapebus, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos dos Goytacazes. Disponível em:

<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp073253.pdf>>.

SCHETTINI, Carlos Augusto França. Hidrologia do Saco da Fazenda. Itajaí, SC. Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology, 2008, vol. 12, n. 1, p. 49-58, 2008. Disponível em:

<<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/bjast/article/download/287/249>>.

SILVA, Júlio Romão da. Denominações indígenas na toponímia carioca. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1966.

**MODOS DE USO DAS TIC  
NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA:  
UMA REFLEXÃO DA PRÁTICA DOCENTE SOBRE AS MÍDIAS**

*Adalberto Romualdo Pereira Henrique* (UCP/RJ)  
[bettohenrique@yahoo.com.br](mailto:bettohenrique@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente artigo se trata de um recorte de minha dissertação de mestrado intitulada “O uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC): um estudo de caso da prática docente nos anos finais do ensino fundamental” realizada entre 2015/2016 e tem como objetivo analisar como as tecnologias da informação e comunicação tem sido utilizadas e apropriadas pelo professor de português no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola particular situada na cidade de Juiz de Fora (MG), bem como refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelo docente e possíveis novas maneiras de explorar as mídias para melhorar o ensino.

**Palavras-chave:** Modos de uso. TIC. Professor de português.

**1. Introdução**

As tecnologias digitais atualmente têm sido incorporadas nos processos educacionais e seus avanços ocasionaram discussões e interpretações diversas sobre o significado social e cultural das novas máquinas de comunicar (BELLONI, 2012). Segundo a autora, na década de 1970, através de estudos realizados por Herbert Marshall McLuhan (1911-1980), já se defendia a ideia dos meios de comunicação como reais extensões dos sentidos humanos, essa proposta denominada de aldeia global, previa que a sociedade viveria em uma realidade virtual que consequentemente modificaria a educação.

Segundo Denise Bértoli Braga (2013), na contemporaneidade, observamos as realizações que antes não faziam parte do cotidiano das pessoas, como a comunicação telefônica entre continentes, caixas automáticos, pesquisas *on-line*, pagamentos eletrônicos, bibliotecas virtuais e etc. Segundo a autora, nosso cotidiano está direta ou indiretamente afetado pelas tecnologias, como por exemplo, a opção de declarar o imposto de renda no formato digital, bem como realizar as transações comerciais e bancárias via internet, tudo isso nos mostra como as tecnologias facilitaram o modo de vida contemporâneo, oferecendo aos usuários novas opções e possibilidades de realizar tais atividades com maior comodidade.

Sobre as tecnologias da informação e comunicação, Maria Luiza Belloni (2012) afirma que elas são o resultado da fusão de três grandes vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas. As possibilidades são infinitas e inexploradas, compreendendo desde as casas ou automóveis inteligentes até os androides reais e virtuais para finalidades diversas, incluindo toda a diversidade dos jogos *online*. De acordo com a autora, existem grandes dificuldades na apropriação das técnicas das tecnologias da informação e comunicação no campo educacional e em sua domesticação para utilização pedagógica, pois demandam concepções metodológicas muito diferentes daquelas metodologias tradicionais de ensino e sua utilização objetivando o ensino-aprendizagem requer mudanças na maneira de compreender o ensino e a didática. Dentro deste ambiente, a presença da mídia também tem sido real e diante disso a educação não tem somente que adaptar-se às novas necessidades dessa sociedade do conhecimento como assumir um papel de ponta nesse processo.

## **2. Modos de uso das tecnologias da informação e comunicação pelo professor de português**

A seguir serão apresentados os modos de uso das tecnologias pelo professor da disciplina de português. Discutiremos sobre modos de uso, tecnologias utilizadas, produções de conteúdos midiáticos, entre outros.

O professor de português relata utilizar as tecnologias da informação e comunicação da seguinte maneira:

*Uso a smart para mostrar vídeos, documentários que encontro no Youtube, se vamos trabalhar algum texto literário e disponível na internet uso a smart para que o texto esteja visível para toda sala, acesso o Google, digito o tema que quero e pronto ou levo o texto de casa e conecto na tv. Na sala de informática quando vamos, uso às vezes para trabalhar com os alunos alguma pesquisa sobre o conteúdo ou produção de relatórios, textos, linguagem. O uso é quase exclusivamente para digitar algo e pesquisar um tema, porque os conteúdos em português são extensos e temos as apostilas que procuro seguir. (Português)*

No relato acima observamos que o professor de português utiliza as tecnologias da informação e comunicação para mostrar vídeos, disponibilizar conteúdos para aos alunos em sala, estimular a pesquisa e para elaborar relatórios, a utilização das tecnologias por ele se resumem apenas nesses quatro modos de uso, pois segundo o professor os conteúdos da disciplina são extensos e ele procura seguir o material didático por ele

produzido, sendo assim, observamos que o uso das tecnologias pelo professor tem sido meramente instrumental. Para alguns pesquisadores como Evelyne Bevort e Maria Luiza Belloni (2009), Maria Elizabete Souza Couto (2001), Mônica Fantin (2012) e Jacques Gonnet (2004) muitos professores em suas práticas pedagógicas tem substituído e/ou diminuído o uso dos livros e do quadro negro, por exemplo, pelas tecnologias como o computador e a televisão, essas ações não podem ser necessariamente vistas como algo errado, porém segundo Maria Luiza Belloni (2009) estes modos de uso das tecnologias da informação e comunicação podem ser reduzidos à instrumentalização caso não ocorra um direcionamento e uma articulação através da leitura/reflexão crítica das mídias. Explorando sobre os modos de uso das tecnologias e sua inserção na prática docente, foi perguntado aos professores se eles já haviam produzido algum conteúdo midiático em sala, já que segundo relatos as tecnologias são utilizadas nas aulas apenas para digitar e pesquisar algum tema utilizando os recursos de vídeo, por exemplo.

Nos relatos observamos que somente o professor de português produziu algo em sua disciplina, apesar de atualmente a produção de conteúdos midiáticos em sua prática se restringir à produção de slides para apresentar conteúdos da disciplina e trabalhos, encontramos em seu relato sobre a ocorrência da produção de blog objetivando a estimulação da escrita. Sobre essa ferramenta, Lucilene da Silva Vieira (2010) nos diz que,

Os blogs educativos podem versar sobre diversidades como notícias, literatura, relatos, debates, histórias colaborativas, registros, enfim, inúmeras possibilidades. O professor pode optar por criar um blog da turma ou propor que os alunos criem os seus. (VIEIRA, 2010, p. 7)

Sobre a criação e uso do blog o professor de português relatou que:

Na época da criação do blog foram divididos grupos e cada grupo ficou responsável por elaborar um blog com a temática que eles escolhessem (...) a cada semana eles tinham que alimentar esse blog e mensalmente elaboravam um relatório sobre a quantidade de acessos, eles também tinham que acessar os blogs dos outros grupos, comentar postagens e tal e nos relatórios fazerem uma análise, expressar a opinião deles sobre o que tinham lido nos outros blogs, foi bacana. *Mas atualmente só produção de slides mesmos.* O blog foi criado para essa turma há uns 3 anos porque senti que eles precisavam de estimulação na linguagem escrita, coisa que não encontrei nessas duas últimas turmas que lecionei. (*Português*)

Apesar da criação e importância do uso do blog descrito pelo professor acima, essa prática não é mais utilizada pelo mesmo, se tornando uma prática estacional e o professor se limitando apenas à produção de slides. A produção do blog descrita acima pelo professor pode ser encontrada nos dizeres de Lucilene da Silva Vieira (2010). Segundo a autora, os blogs são importantes ferramentas no contexto educacional por se caracterizarem como um campo de produção, podendo as informações postadas serem atualizadas a qualquer tempo, convertendo-se em um instrumento de estimulação da leitura e escrita integrando alunos e professores, “pois permite comentários das postagens e a oportunidade de perceber o meio social de forma mais abrangente. (VIEIRA, 2010, p. 7)

Para Paula Teixeira Porto e Luana Teixeira Porto (2012), “o blog tem entre suas funções disseminar informações que o autor do blog julga importantes, destacar dados, compartilhar ideias, conceitos, histórias etc. Parte do princípio de que é preciso haver uma interação entre os sujeitos”. (PORTO & PORTO, 2012, p. 8)

Apesar das autoras acima nos apresentarem pontos positivos sobre o uso do blog na educação como, por exemplo, estimulação da leitura e escrita, interação, disseminação de informações e etc., o professor precisa realizar uma discussão sobre os conteúdos das postagens, tais como veracidade das informações, fontes de consultas, impacto das temáticas na sociedade, entre outros, fato este que não observamos nos relatos do professor, o que ocorreu segundo ele, foram a elaboração de relatórios mensais onde os alunos expressavam suas opiniões sobre as temáticas expostas no blog, não sendo o teor explorado profundamente, sem essa discussão a tecnologia é vista e utilizada apenas como uma máquina e seu uso restrito apenas como algo instrumental.

De acordo com Kenia Kodel Cox (2008), não basta apenas inserir as tecnologias na sala de aula, para que ocorram reais mudanças no contexto educacional é necessário discutir sobre como essas tecnologias estão sendo utilizadas pelos professores, promovendo reflexões sobre as necessidades de desenvolver capacidades de realizar uma leitura crítica sobre tudo o que está sendo veiculado por elas. Para Lidiane de Souza Cavalcante (2010), somente por meio da leitura crítica dos conteúdos midiáticos é que será possível perceber a veracidade do daquilo que está sendo veiculado. Os professores têm a necessidade de superar o uso meramente instrumental das tecnologias, eles precisam compreender que os impactos que elas produzem na educação possuem uma relação entre os conteúdos veiculados pelas mídias e o cotidiano dos alunos. (FÓGLIA,

2004)

Ainda sobre as tecnologias na prática docente do professor de português, encontramos o uso do vídeo, que, para José Manuel Moran (2015), trata-se de uma mídia que possibilita sensações e experiências visuais, contato com a linguagem falada, musical e escrita. Para o autor, essas linguagens não estão separadas, mas superpostas e interligadas, por isso a linguagem do vídeo exerce influência sobre o telespectador, nos seduzindo, nos informando, sendo um importante instrumento de ensino e aprendizagem. O computador também foi outra mídia relatada pelo professor de português, sendo utilizado na elaboração de relatórios e realização de pesquisas dos conteúdos ministrados na disciplina, sobre isso, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* nos dizem que:

A pesquisa pode ser um componente muito importante na relação dos alunos com o meio em que vivem e com a ciência que estão aprendendo. A pesquisa pode ser instrumento importante para o desenvolvimento da compreensão e para explicação dos fenômenos sociais. (BRASIL, 1998, p. 125-126)

Segundo Carlos Manoel Nogueira Fino (2008), o aluno, ao utilizar o editor de texto, registra seu pensamento de forma diferente em relação a um texto manuscrito, promovendo, assim, uma forma diferente de ler e interpretar o que escreve. Para Márcio Roberto Vieira Ramos (2012), mesmo diante da tecnologia na sala de aula, o professor de português terá, portanto, de continuar a trabalhar as questões pertinentes à disciplina como a oralidade, leitura e escrita, linguagem e etc.

Para Lucilene da Silva Vieira (2010), quando o aluno usa o computador para construir o seu conhecimento, o computador passa a ser uma máquina para ser ensinada, propiciando condições para o aluno descrever a resolução de problemas, usando linguagens de programação, refletir sobre os resultados obtidos e depurar suas ideias por intermédio da busca de novos conteúdos e novas estratégias.

O ensino da disciplina de português a partir de recursos tecnológicos, segundo Angelita Gouveia Quevedo e Mercedes Fátima de Canha Crescitelli (2005), necessita de professores capacitados e que saibam utilizar efetivamente as tecnologias da informação e comunicação de maneira a contribuir para que o aluno possa compartilhar os saberes adquiridos, e “a formular e solucionar questões e a buscar informações contextualizadas às dinâmicas sociais de aprendizagem”. (QUEVEDO & CRESCITELLI, 2005, p. 47)

Segundo Lucilene da Silva Vieira (2010), utilizar o computador na educação apenas como fonte de informações ou meio para realizar pesquisas desvaloriza as suas potencialidades. Para Pereira (2008), ao utilizar o computador no ensino para produção de textos, o professor estimula o aluno a enxergar o conteúdo de maneira mais concretizada, pois a tela do computador funciona como se fosse um espelho refletindo a produção. Segundo Kenia Kodel Cox (2008), as ferramentas mais utilizadas no computador pelos professores em suas práticas tem sido o *word*, *excel*, *power point* e a internet.

Para Luciana Silveira Rodrigues (2006), o uso do computador no ensino permite ao aluno visualizar e ouvir o que está sendo transmitido ou o conteúdo que ele próprio criou.

Segundo Sergio Luiz Araújo da Costa Ribeiro (1999), a inteligência necessária para a realização de uma tarefa está distribuída entre o indivíduo, o ambiente e as situações, pondo a utilização consciente de ferramentas colocadas no ambiente como um favorecedor da aprendizagem. Estas ferramentas devem fazer parte do contexto social no qual o aluno está inserido. Para Daniel Ribas (2008), quando a ferramenta utilizada pelo professor faz parte do contexto social em que o aluno está inserido promove uma aprendizagem mais significativa, pois o aluno utiliza o conhecimento que já possui para desempenhar as tarefas propostas.

### **3. Conclusão**

A tecnologia mais utilizada pelo professor é a internet, sobre ela, observamos que essa ferramenta é utilizada como uma grande enciclopédia, sendo apenas uma fonte para informações e pesquisas, porém, tais informações veiculadas por esta mídia não são discutidas sobre a veracidade e confiabilidade dos conteúdos e/ou construção do conhecimento, pois retomando os dizeres de Sonia Livingstone (2011) as mídias ao serem utilizadas, aspectos como cultura, habilidades, mediação, domesticação e riscos são temas que devem ser observados, pois o que temos visto é uma preocupação maior em fazer a ferramenta funcionar do que desenvolver habilidades para uso eficaz das tecnologias. Sendo assim, não desenvolvem em seus alunos uma formação crítica em relação aos conteúdos da internet que são utilizados em sala de aula.

São diversas as possibilidades de exploração das tecnologias da informação e comunicação, porém o que observamos nos modos de uso

das tecnologias pelo professor é que ele reproduz as mesmas práticas midiáticas em suas aulas, tais como, uso do computador e Smart TV para mostrar vídeos, reproduzir textos, imagens e realizar pesquisas, não promovendo inovação no processo de ensino e aprendizagem e não tendo como prática a discussão sobre confiabilidade e veracidade dos conteúdos midiáticos, porém sobre essas discussões, encontramos apenas um professor que mesmo de maneira esporádica as realiza, promovendo assim uma reflexão aos alunos sobre aquilo que está sendo visto e ouvido, diante disso, é necessário rever a posição dentro do contexto escolar ocupada pela discussão sobre consumidores de mídias ressaltada por Henry Jenkins (2009), se é que ela ocorre, pois como seremos consumidores sem refletirmos acerca do que está sendo veiculado? A escola deveria ser esse local, cumprir esse papel de incentivadora de discussões sobre os conteúdos vinculados na mídia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação à distância na Internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 29, n. 2, p. 327-340, jul./ dez. 2003.

BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012

BRAGA, Denise Bértoli. *Ambientes digitais: reflexões teóricas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2013

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BEVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 109, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000400008>>. Acesso em: 07-01-2016.

CAVALCANTE, Lidiane de Souza. *Mídia na educação: o rádio no processo educativo*. Alagoas. Anais do V EPEAL – Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas. 2010. 1-10 p

COUTO. Maria Elizabete Souza. A televisão na sala de aula: possibili-

dades e limites. *Revista Ciências Humanas*, vol. 1, n. 2, p. 125-130, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo3vol1-2.pdf>>. Acesso em: 21-5-2016.

COX, Kenia Kodel. *Informática na educação escolar*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008

FANTIN, Mônica. Mídia-educação no ensino e o currículo como prática cultural. *Revista Currículo sem Fronteiras*, vol. 12, n. 2, p. 437-452, 2012.

FINO, Carlos Manoel Nogueira. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas escolares locais. ESCALLIER, Chirstine; VERÍSSIMO, Nelson. (Orgs.). *Educação e cultura*. Portugal: Universidade da Madeira, 2008, p. 43-53.

FÓGLIA, Eliane. *Um olhar sobre a TV: percepções de professores sobre a leitura crítica de imagens no ensino médio de Londrina*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Estadual de Londrina.

GONNET, Jacques. *Educação e mídias*. São Paulo: Loyola, 2004.

JENKINS, Henry. *A cultura da convergência*. Trad.: Suzana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LIVINGSTONE, Sonia. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. *Matrizes*, São Paulo, ano 4, n. 2, p. 11-42, 2011.

MORAN, José Manuel. *As mídias na educação*. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias\\_eduacacao/midias\\_educ.pdf](http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/midias_educ.pdf)>. Acesso em: 08-01-2015.

PEREIRA, Sílvio da Costa. *Mídia-educação no contexto escolar: mapeamento crítico dos trabalhos realizados nas escolas de ensino fundamental em Florianópolis*. 2008. Dissertação (de Mestrado em Educação). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PORTO, Paula Teixeira; PORTO, Luana Teixeira. Uso de blogs no processo de aprendizagem de literatura no ensino médio. In: *Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, Canoas, vol. 1, n. 1, 2012.

QUEVEDO, Angelita Gouveia; CRESCITELLI, Mercedes Fátima de Canha. Recursos tecnológicos e ensino de língua materna e estrangeira (a

distância ou semipresencial). *Linha d' Água*, São Paulo, vol. 18, p. 43-59, 2005.

RAMOS, Márcio Roberto Vieira. O uso de tecnologias em sala de aula. *Revista Eletrônica LENPES-PIBID de Ciências Sociais*, UEL, ed. n. 2, vol. 1, jul-dez. 2012.

RODRIGUES, Luciana Silveira. *O uso de software educacional no ensino fundamental de matemática e a aprendizagem do sistema de numeração decimal por alunos de 3ª série*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

RIBAS, Daniel. A docência no ensino superior e as novas tecnologias. *Revista Eletrônica Lato Sensu*, ano 3, n. 1, mar/2008. Disponível em: <<https://www1.ufrb.edu.br/nufordes/pedagogia-universitaria?download=7:a-docncia-superior-e-as-novas-tics>>. Acesso em: 22-05-2015.

RIBEIRO, Sergio Luiz Araújo da Costa. O papel da informática na alfabetização colaborativa. In: MOURA, Denilza. (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999, p. 156-158.

VIEIRA, Lucilene da Silva. Edite web.com: a utilização do blog como instrumento de aprendizagem. Alagoas. *Anais do V EPEAL – Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas*, 2010, p. 1-10.

**O PAPEL DA EBAL  
NA CONSOLIDAÇÃO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS  
COMO FERRAMENTAS EDUCACIONAIS**

*Cesar Augusto Lotufo* (UNESA)

[ca.lotufo@bol.com.br](mailto:ca.lotufo@bol.com.br)

*André Luís Soares Smarra* (UNESA)

[andre@smarra.com.br](mailto:andre@smarra.com.br)

*Nataniel dos Santos Gomes* (UEMS)

[natanielgomes@uol.com.br](mailto:natanielgomes@uol.com.br)

*Luciano Filizola da Silva* (UNESA)

[lucianofilizola1976@gmail.com](mailto:lucianofilizola1976@gmail.com)

**RESUMO**

Atualmente, educadores, de maneira geral, parecem concordar com o fato de que uma imagem associada a um texto direto, simples e explicativo favorece o processo ensino-aprendizagem. Também, aparentam assentir que a quadrinização de obras literárias nacionais e universais, além de capítulos da história (brasileira e geral), tornam mais prazerosos os momentos de estudo. Entretanto, houve uma época em que as histórias em quadrinhos eram consideradas vilãs da educação. Um dos fatores que iniciou a modificação desta imagem foi o lançamento, em 1948 pela EBAL, da revista *Edição Maravilhosa*, que trazia uma adaptação, para os quadrinhos, da obra literária *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas. Esta revista seguia o modelo de sua irmã norte-americana *Classics Illustrated*, já no mercado desde 1941. A EBAL, por meio do seu editor Adolfo Aizen, foi a primeira a valorizar a literatura nacional, com adaptações dos roteiristas e ilustradores da própria editora. Obras como *Mar Morto* (Jorge Amado), *A Moreninha* (Joaquim Manoel Macedo), dentre inúmeras outras, foram adaptadas e quadrinizadas. A partir da década de 1950 lançou quadrinizações memoráveis como *A Bíblia em Quadrinhos*, *História do Brasil* e *Os Lusíadas*. O legado da EBAL e de Adolfo Aizen é inegável diante da diversidade temática que tomou as livrarias e bancas de jornais a partir da década de 1980 e que vem aumentando, ainda mais, nos dias de hoje. Atualmente, a variedade de temas e histórias permite que qualquer professor possa identificar materiais apropriados para serem trabalhados em sala de aula, seja qual for a faixa etária, nível de ensino ou assunto a ser tratado.

Palavras-chave: História em quadrinhos. HQ. EBAL. Ferramentas educacionais.

**1. Introdução**

A famosa “excursão brasileira a Chicago” conforme registrado pelo jornal carioca *O Diário de Notícias*, de 18 de agosto de 1933, fez de Adolfo Aizen, jornalista, o pioneiro na linha editorial em quadrinhos na *Revolução Literária* infantojuvenil, pois seria o criador da famosa EBAL

(Editora Brasil-América Ltda.) em 1945.

De acordo com Gonçalo Jr. (2004), esse passeio entraria para a história, sobretudo pelo encanto das indústrias cinematográfica e editorial, que acabaram por seduzir os membros da famosa excursão, principalmente o jovem jornalista imigrante Adolfo Aizen, impressionado pelas ambições norte-americanas. Começava aí a construção de uma editora voltada para a inclusão dos jovens, antes só imaginada pela mente sonhadora do jovem jornalista.

## **2. Um pouco de Adolfo Aizen sob a lente de Gonçalo Jr (2004)**

Adolfo Aizen se considerava um poeta, mas o sonho de ser jornalista ou exercer alguma profissão relacionada à área editorial virou prioridade em sua vida. Naquela época, como não havia faculdades de jornalismo, o caminho para se chegar a uma redação dependia principalmente das costumeiras indicações de amigos e políticos. Para quem não possuía padrinhos influentes, só era possível a chamada “ponta da cozinha”, isso é, a revisão de texto. Com esforço, o pretendente poderia chegar à reportagem nos editoriais de assuntos gerais ou de polícia. Mas, nem isso Adolfo Aizen conseguiu, depois de visitar várias redações.

Identifica-se como poeta e autodidata – uma petulância corriqueira entre os candidatos e jornalistas. Os poemas que levou para mostrar aos editores e sua extensiva timidez não estimularam muito seus interlocutores a lhe dar mais atenção, desconfiados de que aquele rapaz taciturno ainda estava verde para o ofício. Sem se dar por vencido, Adolfo Aizen continuou a fazer seus versinhos na solidão das noites.

## **3. O DNA do editor**

O jovem editor havia desembarcado no Rio de Janeiro, com apenas três anos de idade e sempre teve uma vida difícil.

Gonçalo Jr. (2004) nos lembra da luta de Adolfo Aizen para ocupar seu espaço de jornalista em revistas, nos difíceis anos 20 e 30:

Sem emprego fixo, o jornalista sobreviveu por meses com poucas colaborações em alguns jornais. Mais uma vez a sorte lhe foi favorável. Conseguiu dois empregos de uma vez só: uma vaga de redator humorística ` *O Malho*, que passava por uma reformação radical naquele momento, para se tornar menos política e mais variedades; e como redator infantil de *O tico-tico*, que tanto le-

ra na infância em Salvador. Ambas funcionavam na mesma redação e pertenciam ao empresário e político Luís Bartolomeu de Souza e Silva.

Em 1931, quando já trabalhava nas duas publicações, Adolfo Aizen e o amigo Sebastião de Oliveira Hersen fundaram a pequena Adersen Editores – fusão do nome dos proprietários. Na prática, tratava-se apenas de uma revendedora de livros por reembolso postal. A ideia do negócio surgiu quando Adolfo Aizen assumiu a coluna “Caixa”, que era a sessão de cartas de *O Malho*. Muitos leitores distantes, de vários estados, escreviam para perguntar como comprar os livros que eram divulgados na revista. A distribuição de livros pelo país era precária e Adolfo Aizen considerou que vendê-los pelo correio seria um bom negócio.

No primeiro ano, a operação do reembolso postal prosperou tanto que a Editora Adersen decidiu até arriscar a edição de livros. Um dos poucos títulos editados foi o, então inédito, *Menino de Engenho*, a primeira obra de José Lins do Rego, lançado em 1932 e bancado por Augusto Frederico Schmidt, amigo do autor. Por isso José Lins se tornaria um dos principais amigos de Adolfo Aizen nas duas décadas seguintes. Sem recursos para tocar o empreendimento, os dois sócios encerraram as atividades da editoria ainda em 1932.

#### **4. Uma jornada gloriosa**

Quando retornou ao Brasil, da famosa excursão de Chicago, Adolfo Aizen tinha certeza que seu caminho era o da criação de uma editora para publicar em solo nacional a sensação da época nos Estados Unidos: as histórias em quadrinhos.

Cesar Augusto Lotufo e André Luís Soares Smarra (2014) dão conta desse começo, quanto da criação do *Suplemento Juvenil*:

Em 1933 Adolfo Aizen trabalhou na editora O Malho, responsável pela publicação da famosa revista O tico-tico. Começava, assim, a epopeia do presidente da Editora Consórcio de Suplementos Nacionais que levaria adiante o histórico Suplemento Juvenil, lançado por Aizen em 1934, após seu retorno dos EUA, onde fez contato com grandes empresários e empresas da indústria norte-americana dos quadrinhos, sobretudo com a King Features Syndicate (detentora dos direitos autorais de quadrinhos famosos como *Flash Gordon*, *Jim das Selvas*, *Mandrake*, *Fantasma*, dentre outros títulos)

**5. O sonho tornou-se realidade: a Editora Brasil-América Ltda.**

Em 18 de maio de 1945, convencido de que era possível ter sua própria editora para ingressar no mercado das revistas em quadrinhos, Adolfo Aizen funda a famosa EBAL.

O jornalista e editor russo Adolfo Aizen foi um dos maiores defensores das histórias em quadrinhos como ferramentas educativas. Da sua famosa fábrica de sonhos infantojuvenil, a Editora Brasil-América Ltda. (EBAL), localizada no bairro carioca de São Cristóvão, saíram gibis, revistas e álbuns que encantaram brasileiros e muitos estrangeiros, embora a luta desse pioneiro tenha começado bem antes da fundação da EBAL em 1945, conforme o exposto até aqui.

**6. O pioneirismo da EBAL na utilização da linguagem dos quadrinhos em prol da educação**

Em recente publicação, Cesar Augusto Lotufo e André Luís Soares Smarra (2014) contam um pouco desse empreendimento de Adolfo Aizen:

A sua luta pela educação de jovens, por meio dos quadrinhos, teve início com a publicação, em 1948, da revista *Edição Maravilhosa*, que em seu primeiro número estampava uma adaptação literária de *Os Três Mosqueteiros*, tal qual ocorrera com a primeira edição famosa *Classics Illustrated*, em outubro de 1941, nos Estados Unidos.

A *Edição Maravilhosa* seguia o modelo lançado pela sua irmã norte-americana, em relação ao contexto de quadrinizar grandes obras da literatura universal como *Moby Dick*, *O Morro dos Ventos Uivantes*, dentre muitas outras, além de ousar, face às demais revistas do gênero existentes em diversos países que também seguiam o padrão da citada *Classics Illustrated*. Foi a primeira a valorizar a literatura nacional e com adaptações dos roteiristas e ilustradores próprios da EBAL.

Dessa forma, obras como *Mar Morto* (Jorge Amado), *Menino de Engenho* (José Lins do Rêgo), *Cabloca* (Ribeiro Couto), *A Moreninha* (Joaquim Manoel Macedo), *O Guarani* (José de Alencar), *O Navio Negro* (Castro Alves), dentre muitas outras, também famosas, foram adaptadas e quadrinizadas por artistas como André Le Balnc (assistente do general Will Eisner), Nico Rosso, Eugênio Collonese, Pedro Anísio e Ivan W. Rodrigues.

Em 1940, antes da EBAL, Adolfo Aizen resistiu às críticas de figuras ilustres como o padre Arlindo Vieira e da famosa jornalista e escritora Dinah Silveira de Queiroz (autora de sucessos como *A Muralha* e *Floradas na Serra*) que apontavam os gibis como prejudiciais ao Brasil por promoverem uma “colonização” norte-americana dos nossos jovens leitores. Também sobreviveu a uma crise de importação de papel para publicações. E foi nesse ano que lançou o segundo livro em quadrinhos da série *Grandes Figuras do Brasil* (o primeiro fora publicado em 1939), de acordo com Gonçalves Jr. (2004, p.95).

Partiu para a briga contra os censores, os críticos arrogantes, os que desejavam destruir as revistas em quadrinhos no Brasil. Lutou contra os preconceitos e levou essa dedicação para ser o “cimento” que estruturaria a EBAL: mostrar que os quadrinhos são úteis como uma ferramenta educacional na formação de uma consciência cidadã.

Cesar Augusto Lotufo e André Luís Soares Smarra (2014) destacam o papel da famosa *Edição Maravilhosa* na construção de uma linha editorial voltada para a educação: “Para o estudioso de histórias em quadrinhos e artista Álvaro Moyá, essas adaptações dos clássicos da literatura brasileira demonstraram para os críticos e literatos que os quadrinhos eram uma ferramenta educativa muito eficiente”.

A EBAL lançara ainda, a partir da década de 1950, outras séries que atravessariam o tempo como álbum gigante, além de obras quadrinizadas memoráveis como *A Bíblia em Quadrinhos*, *História do Brasil e Os Lusíadas*, dentre outros.

O visionário Adolfo Aizen lançou ainda outras adaptações literárias brasileiras e universais ao longo dos anos de 1970, em preto e branco e em cores, mesmo após a decretação do fim do subsídio do papel, em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros, “além do esgotamento temático e da migração de leitores para outros segmentos tais como humor, super-heróis, quadrinhos infantis, que se mostravam mais lucrativos para a indústria dos quadrinhos”.

## **7. A EBAL e a educação de crianças e adolescentes**

Recorremos mais uma vez a Gonçalves Jr. (2004) para demonstrar o sucesso da EBAL junto ao público infantil e juvenil e seu papel junto a professores, estudantes e diretores para além da sala de aula:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Em 1959 a EBAL editava 41 títulos mensais, além de edições especiais, livros para recortar e montar e álbum de figurinhas. Adolfo Aizen começou a fazer, nas escolas públicas e particulares, convites para que caravanas de professores e estudantes visitassem a sede da editora. Muitos desses comboios vinham do interior do Rio e de estados vizinhos como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Nesses passeios, as crianças conheciam as instalações da EBAL e o processo de produção das revistas. Também faziam lanches, ganhavam exemplares de cortesia, conheciam a biblioteca permanente de histórias em quadrinhos e ainda podiam brincar no parquinho que o editor construía no jardim da editora.

Se a EBAL era só festa para a garotada, seu fundador não se acomodou e continuava tomando medidas que amenizassem as críticas. Havia cinco anos que publicava no canto superior esquerdo da capa de suas revistas uma classificação por faixa etária que pretendia servir de guia de leitura para pais e professores. Agora, passava a reforçar essa orientação, listando no expediente de cada edição dos títulos do catálogo a editora, apresentando-os por faixa etária. Os que tinham classificação “para crianças” traziam exclusivamente histórias de fadas e bichos que falavam – com poucas legendas e muitas gravuras.

As revistinhas dirigidas ao público com “mais de 13 anos de idade”, explicou o diretor, pretendiam atingir uma faixa etária de leitores que viviam “dos sonhos de aventuras e heroísmo”, com histórias de mocinho e faroeste. A categoria “para moças e rapazes” reunia sete revistas com histórias românticas em quadrinhos. As classificadas como “para adultos” estavam liberadas para leitores acima de 21 anos. Havia ainda as revistas educativas e religiosas, sem restrições, “para todas as idades” (GONÇALO JR., 2004, p. 310 e 311).

A EBAL também participava de concursos realizados pelas escolas públicas, quando o assunto era literatura, redação e comunicação. Um dos autores desse artigo, Cesar Augusto Lotufo e André Luís Soares Smarra, quando era estudante do ensino fundamental, foi premiado em um desses concursos, através de sua redação sobre um reclame da TV que envolvia personagem chamado Apolônio e o “fusca”, automóvel memorável da Volkswagen. Em Cesar Augusto Lotufo e André Luís Soares Smarra (2012a) temos esse registro, quando o menino Cesar Augusto Lotufo recebeu das mãos do famoso Capitão Aza (Wilson Vasconcelos Vianna) – apresentador do programa infantil da extinta TV Tupi – gibis e livros em quadrinhos da EBAL como premiação.

## 8. O legado de Adolfo Aizen: A EBAL e a educação

O legado de Adolfo Aizen para a literatura em quadrinhos é inegável diante da diversidade temática que tomou conta das bancas de jornais e livrarias a partir de 1980 e que conquista a cada dia mais e mais leitores, sobretudo a partir de 2001, com títulos relacionados à história universal, história do Brasil, Filosofia e Cinema, além dos já consagrados clássicos literários nacionais e internacionais.

Cesar Augusto Lotufo e André Luís Soares Smarra (2012a) destacavam a herança da EBAL:

Em tempos revolucionários de mundialização da cultura a editora Escala Educativa presta um grande serviço à educação brasileira ao resgatar desde 2005 aquela tradição da EBAL, em relação as adaptações literárias para os quadrinhos. Aproveitando a inclusão das histórias em quadrinhos nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* – um complemento didático do ensino – essa editora aprimorou a estatística das quadrinizações da EBAL, além de apresentar novas adaptações de obras de Machado de Assis, como *A Cartomante*; de Lima Barreto, *O Homem que Sabia Javanês*; de Aluísio de Azevedo; *O Cortiço* de Manuel Antônio e *Memórias de um Sargento de Milícia*.

Outras editoras seguem nessa lista de novíssimas adaptações da literatura nacional, como a Ediouro/Agir responsável pela nova versão de *O Alienista*, de José de Alencar, de 2007.

Alguns títulos de obras em quadrinhos da EBAL voltadas para literatura, ciência e educação: álbum gigante

- Bibliografias em quadrinhos
- Ciências em quadrinhos
- Clássicos da década, os
- Clássicos HQ
- Clássicos ilustrados da literatura
- Clássicos ilustrados da literatura brasileira
- Edição maravilhosa.

## 9. Conclusão

Diante do exposto, podemos concluir que a história do jornalista e editor Adolfo Aizen pode ser confundida com a história de sua criação

maior, a Editora Brasil-América Ltda. (EBAL). Não haveria necessidade da existência de um Adolfo Aizen ou de uma EBAL, se não fossem as crianças, os adolescentes, pais e professores.

A EBAL (ou Adolfo Aizen) teve o mérito de transportar para o gênero história em quadrinhos grandes obras literárias e biográficas, algumas monumentais como a *Bíblia*.

É importante lembrar que a arte gráfica e a produção textual da época devem ser contextualizadas com aquela tecnologia, mas tratavam-se de belíssimas obras em quadrinhos. Não havia os famosos diálogos em balões – uma das características fundamentais das histórias em quadrinhos – o que existia era uma narrativa no formato nota de rodapé nos principais quadrinhos que exibiam as cenas. A revolução digital das artes gráficas teria que esperar algumas décadas.

O que importa mesmo é o caráter revolucionário da obra de Adolfo Aizen e seu legado editorial para a Educação Nacional.

Até 1995, foram cadastradas 10.023 capas de revistas da EBAL e hoje, cerca de 30% de seu acervo está digitalizado.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIZEN, Naumin. *Adolfo Aizen: um pioneiro dos quadrinhos no Brasil*. Catálogo da exposição, UERJ, Rio de Janeiro, 7 a 29 de novembro de 1991.

GONÇALO JUNIOR. *A guerra dos gibis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

LOTUFO, Cesar Augusto; SMARRA, André Luís Soares. A eterna luta do bem contra o mal: os quadrinhos pela educação. In: GOMES, Nataniel dos Santos (Org.). *Quadrinhos e transdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2012a, vol. 1, p. 109-133.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Assim fizeram os deuses, assim fizeram os seres humanos: uma mitologia dos heróis. In: GOMES, Nataniel dos Santos; RODRIGUES, Marlon Leal. (Orgs.). *Para o alto e avante: textos sobre histórias em quadrinhos para usar em sala de aula*. Curitiba: Appris, 2012b, vol. 1, p. 163-180.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Os super-heróis brasileiros que educam por meio dos

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

quadrinhos. In: GOMES, Nataniel dos Santos; ABRÃO, Daniel. (Orgs.). *Grandes poderes trazem grandes responsabilidades: refletindo sobre o uso das histórias em quadrinhos em sala de aula*. Curitiba: Appris, 2014, vol. 1, p. 157-176.

## INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial e pelo Conselho Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
  - 3.2. Configuração da página: A5 (148 X 210 mm) e margens de 22 mm;
  - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações de mais de três linhas e notas;
  - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
  - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 3.8. As citações devem ser seguidas da indicação resumida da fonte, entre parênteses, como em (BECHARA, 2009, p. 387).
  - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de 100 a 250 palavras, com indicação de três palavras-chave, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
  - 3.10. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto, segundo a NBR 6022 da ABNT.
4. Os artigos devem ser enviados para [publica@filologia.org.br](mailto:publica@filologia.org.br) até o fim do primeiro mês do quadrimestre da publicação.

**REVISTA PHILOGOGUS**  
**A/C de José Pereira da Silva**  
**Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603**  
**Vila Isabel**  
**20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ**

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [publica@filologia.org.br](mailto:publica@filologia.org.br), pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal <http://www.filologia.org.br/revista>